

O Milagre da Igreja

A. D. Sertillanges

Índice

Preâmbulo	3
A Igreja antes da Igreja	4
O nascimento da Igreja	17
Os primeiros desenvolvimentos da Igreja	31
As primeiras conquistas	43
A Igreja e as civilizações anteriores	57
A Igreja em face dos césaes	69
A Igreja em face do tempo presente	80
Notas	93

PERÂMBULO

O Milagre da Igreja tem tantas formas, que foi deveras impossível, neste pequeno escrito, dar dele uma ideia suficiente, ou mesmo sumária.

Tem-se distinguido: o milagre dessa instituição que se precede a si mesma e domina o tempo; o milagre do estabelecimento evangélico, compreendendo o estabelecimento do Homem-Deus em sua pessoa, vida, manifestações, obra; o milagre da difusão cristã: entrada da Igreja na história por meios politicamente desproporcionados, adaptação prodigiosa aos regimes humanos acolhedores ou hostis, poder incomparável de absorção e de assimilação do princípio cristão relativamente aos elementos religiosos ou profanos que o meio lhe apresenta; finalmente, o milagre imanente à existência atual da Igreja e à sua perpetuidade.

É um esquema. É a compreensão excessiva de um tema o qual, aliás, nenhum pensamento iguala. Na hora atual, vai crescendo por toda parte, no mundo, o interesse concernente ao fato católico e à Igreja. Se Deus o permitisse, de acordo com esse movimento teríamos aqui contribuído para despertar mais alguns espíritos, senão à compreensão, ao menos à suspeita de uma maravilha que eles acotovelam sem ter ideia do que ela oculta e do que significa para eles mesmos. Vêem somente exterioridades onde reside um interior incomparável. Realçam somente fraquezas e insuficiências, muitíssimas vezes ilusórias, lá onde o Único Necessário elegeu a sua morada, ao mesmo tempo patente e oculto.

Se é que não fomos de todo mal sucedidos, tenham eles ao menos uma visão obscura, geradora de um movimento do coração, a respeito dessa Pessoa misteriosa, humana e celeste, uma e múltipla, imóvel e ativa, infalível e investigadora, perfeita e sujeita às crises, santa e, em nós, pecadora, que respira através do tempo.

Le Saulchoir, Julho de 1933.

CAPÍTULO I A IGREJA ANTES DA IGREJA

I

Demos ao nosso primeiro estudo um título que não poderia convir a muitas instituições. Ele significa que a instituição religiosa de que falamos se precede de alguma sorte a si mesma; que, portanto, por alguma coisa de si mesma ela é superior ao tempo; que em todo caso lhe é igual; mas dá no mesmo; pois só é igual ao tempo, ao invés de se deixar talhar nele uma parte arbitrária, aquilo que se mostra superior ao que o tempo mede.

A história de toda instituição é como uma página branca tarjada de preto; precede-a o nascimento de si e outro nada segue-a; porque tudo morre. Só a Igreja não somente não morre, mas, em certo sentido, não nasceu; porquanto, se ela é uma realidade temporal, tendo uma história, é também uma realidade extratemporal, em razão de não passar a sua história de uma espécie de símbolo. Símbolo real, símbolo que é uma parte da sua realidade, mas que se acha transcendido por uma realidade mais alta, pertencente ao mundo do espírito e roçando pelo tempo apenas com a ponta das asas. Aliás, essas asas são tão largas de envergadura que envolvem todo o tempo, à feição do Espírito criador, de quem a Igreja é uma emanação direta.

Tal é a primeira noção a penetrar quando se quer falar corretamente dos antecedentes da Igreja.

É que, para o católico, a Igreja não é uma instituição particular, como haveria outras ao lado, antes ou depois: é uma instituição universal, que chama a si e que a si subordina realmente toda a raça, no intuito de, por Cristo, homem universal, uni-la a Deus que habita Cristo e que se fez homem n'Ele, a fim de que por Ele o homem suba e tenha acesso a Deus. Nestas poucas palavras, todo o pensamento católico se encerra. Ora, a raça de que Cristo é o chefe religioso e da qual, por Ele, o Espírito de Deus se torna a alma, a raça, digo, é todo o passado e todo o futuro, ao mesmo tempo que o presente.

A humanidade compõe-se de mortos tanto e mais do que de vivos, escreveu Augusto Comte: pela mesma razão compõe-se de homens nascituros tanto e mais – penso eu – do que de homens já nascidos ou desaparecidos. A humanidade é todo o desdobramento das gerações sobre a terra, como um eu individual é o desdobramento de uma vida em seus diversos estados. Era o que Pascal via ao escrever a sua fórmula célebre: “A humanidade é como um homem único, que subsiste sempre e aprende continuamente”.

Portanto, se a Igreja é a humanidade religiosamente organizada por meio desse Filho de Deus – Filho do Homem, que é Cristo, deve a Igreja ser necessariamente onitemporal. Poder-se-ia dizer que é eterna, considerando apenas o seu caráter divino: foi o que permitiu a João, o inspirado, dizer de Cristo, chefe da Igreja, que *ele é antes que o mundo fosse nascido*, ou seja, como Deus. Mas como homem, precisamente

enquanto chefe da Igreja, S. Paulo di-lo-á não mais eterno, porém onitemporal, pertencente a todos os tempos: *Ontem, hoje e em todos os séculos* (Hebreus 13, 8).

Não que queiramos ressuscitar aquelas lendas rabínicas segundo as quais Cristo viveria de uma vida positiva, posto que invisível, através das gerações, por exemplo, como diziam alguns, no paraíso terreal, conservado e guardado pela espada de fogo do arcanjo contra a curiosidade dos geógrafos! Mas não são essas realidades materiais as únicas realidades.

Se sempre foi verdade dizer que nenhum homem chega a Deus senão por Cristo, que em Cristo a humanidade toda é oferecida a Deus, aceita por Deus e unida a Deus para uma vida eterna, bem necessário se torna que, de uma maneira ou de outra, Cristo tenha existido sempre, sempre à disposição de quem quer que, homem de ontem ou de hoje, daqui ou dacolá, procurasse o caminho para o Único Necessário e o Único Suficiente da alma humana.

Há uma gravitação universal das almas, e Cristo lhes é o Sol. Somente n'Ele está a grandeza, a inocência e a felicidade da terra. Religião viva, se assim posso falar, já que Ele se apresenta como o Vínculo, a Ponte, a Entrada, a Porta que faz comunicar e estabelece numa vida comum o homem e Deus, deve Ele dominar a raça na sua dupla extensão, espacial e temporal. De tão longe quanto venhamos sobre o imenso meridiano do universo moral, e qualquer que seja o momento do tempo em que situemos a nossa frágil existência, cumpre que, de uma maneira ou de outra, toquemos nesse ponto, para tocarmos no divino que lhe é parcialmente idêntico. Só aí a tangente infinita toca o círculo humano.

Toda a questão, para nós, está em definir sob que formas históricas essa vida espiritual, que Cristo preside e que é a vida da Igreja, pôde manifestar-se antes que a própria Igreja fosse deste mundo na sua forma presente.

Mas primeiro devemos perguntar por que é que somos trazidos a esta complicação: a Igreja antes da Igreja, Cristo antes de Cristo, e a todas as conseqüências que daí decorrem.

Há aí uma questão de filosofia religiosa que muitos não percebem, mas que nem por isso deixa de existir, e cujo desconhecimento dá lugar a objeções variadas contra a teologia católica. Se Cristo é o ponto de partida e o meio único de todo o movimento religioso humano, por que é que, historicamente, ele não se acha no início da história humana? Aquilo que é definido como princípio deveria, ao que parece, fazer-se ver no principio. Natural seria que o Novo Adão, como nós chamamos a Jesus Cristo, o segundo primeiro homem, como diz o Padre Lagrange, fosse colocado no começo da vida universal, com toda a sua linhagem diante dele, como nosso chefe de raça temporal tem a sua linhagem diante de si.

Em lugar disso, somos levados a estabelecer o nosso sistema religioso sobre um duplo plano: um plano quase metafísico, segundo o qual Deus é situado em primeiro, depois Cristo, e finalmente todos os homens, seja qual for a sua época; e, doutra parte, um plano histórico, em virtude do qual Deus está, de fato, na dianteira, mas desta vez considerando como na ordem do tempo; em seguida, toda uma longa série de séculos ou mesmo de milênios, em que os homens viveram sem o Cristo histórico; depois Cristo; depois uma segunda série de gerações saídas dele.

Esses dois planos coexistem e não coincidem. Podemos-nos perguntar por quê. Mas a razão não é difícil de dar, e é pouco filosófico o motivo alegado em sentido contrário.

Um pai é obrigado a vir ao mundo antes do filho; mas um príncipe já não é obrigado a nascer antes dos súditos: podem estes preparar-lhe o reinado. Com maioria de razão um chefe espiritual, cuja ação utiliza a Divindade, senhora dos tempos, não tem ele necessidade de situar sua vida num momento antes que noutro? O homem poderá unir-se a Cristo futuro tanto quanto a Cristo passado, a Cristo desconhecido tanto como a Cristo conhecido. Antes de Lavoisier os homens viviam do oxigênio do ar e não o conheciam.

Chefe de raça espiritual, Cristo pode, pois, inserir sua vida temporal onde quer que seja, como o ponto de partida do círculo é não importa onde, e como o fazedor de carros que empurra uma roda imprime a ação, sobre o contorno desta, em qualquer das pinas, mas nem por isso deixa de acionar a roda toda. A roda dos séculos tem assim pinas sucessivas que são as diversas épocas; a ação de Cristo, exercendo-se sobre uma delas, animará todas as outras.

Verdade é que será com modalidades diferentes, e eu não pretendo que a presença real de Cristo, na sua vida histórica, seja desprovida de interesse religioso. Mas fica assente que a ação de Cristo, exercendo-se num certo ponto do tempo, poderá irradiar-se sobre todos os outros, e sobre cada um conforme a sua natureza própria. O passado não se comportará em relação a ele como o futuro, nem tal passado ou tal futuro como tal outro passado ou tal outro futuro; portanto a roda do tempo não é em toda parte idêntica a si mesma, como uma roda de veículo – nisto nossa comparação claudica; mas tudo estará, entretanto, sob a dependência dele.

Abstraindo por enquanto as diferenças particulares, dizemos: aparecendo Cristo no meio dos séculos – *na plenitude dos tempos*, como diz S. Paulo -, o passado liga-se a ele sob os auspícios da esperança, da espera, das preparações; o presente é a posse, e o futuro, voltando-se para ele, tomará uma atitude inversa, ligando-se a ele pela lembrança, pelos desenvolvimentos da sua obra, pelo progresso. Cristo é assim todo de todos, posto que sob modos diversos.

Resta saber por que essa organização. Mas este porquê é de uma simplicidade que só uma ignorância absoluta do que é a vida religiosa pode desconhecer.

Há quem imagine que a religião é toda divina, vinda do alto para nós que a recebemos, sem condição de reciprocidade, pelo menos inicial. Se ela é assim um puro benefício, não se vê bem por que não é logo concedida por um Deus bom, por um Deus que não faz acepção nem de pessoas nem de épocas. Mas isto é raciocinar como crianças.

A religião não é um dom unilateral; é uma permuta; é uma relação do homem com Deus. E, seguramente, nessa relação é Deus quem começa; mas, já que o homem deve seguir, cumpre que a iniciativa de Deus se submeta às condições naturais da vida humana, que implicam desenvolvimento e, por conseguinte, antecedentes, concomitantes e consequentes; preparação, posse e utilização; começo, meio e fim. Esta trindade é inevitável, resultado da natureza profunda de tudo o que nasce no tempo, visto ser da natureza do tempo comportar o passado, o presente e o futuro.

São Tomás repetidas vezes explicou quais as razões de psicologia individual e social que se opunham aqui à confusão das datas, se assim posso dizer, de um Cristo a preceder os antecedentes de Cristo, de uma lei evangélica não preparada por uma lei judaica, e de uma lei judaica coincidente com uma lei natural do início dos tempos. Não entramos neste detalhe; porém sustentamos que a nossa Igreja eterna, que se compõe de três elementos: Deus, o homem, encarado na sua unidade onitemporal, e o Homem-Deus como vínculo, deve escalonar as suas manifestações conforme as divisões essenciais da duração humana. Haverá primeiro as preparações, as antecipações da Igreja. Haverá o fato central, constituído pela vinda de Cristo que, trazendo a Deus em si e representando o homem chegado ao posto desejado para inaugurar uma obra religiosa perfeita, iniciará o trabalho propriamente dito da Igreja. Haverá, enfim, o desenvolvimento, o progresso de uma obra destinada a transformar o mundo. Será aqui a história da Igreja no sentido próprio, embora historiadores tais como Rohrbacher, vindo ao encontro do pensamento que eu exprimo, façam remontar seus relatos até a Adão e mesmo – conforme em breve explicarei – até ao dealbar do mundo.

Eis aqui, pois, justificado e explicado já por uma parte o nosso título: *A Igreja antes da Igreja*. Cumpre, porém, precisar.

Partindo do fato de representar a vinda de Cristo, para o cristianismo, um episódio central e não um início, há razão de nos perguntarmos que condições se impõem a cada um dos dramas desta trilogia: as preparações da Igreja, o nascimento da Igreja, o desenvolvimento da Igreja.

Os dois últimos atos não nos interessam neste momento; resta, porém, o primeiro, e, para encará-lo nitidamente, proponho um exemplo tanto mais próprio para esclarecer o nosso caso quanto, de certa maneira, faz parte dele.

Todos nós, cristãos ou simplesmente filósofos espiritualistas, dizemos que a criatura pensante é neste mundo a razão de ser de todo o trabalho da natureza. *Tudo é para os eleitos*, diz S. Paulo. A humanidade é um fim em si, dirá Kant, ou, noutros termos, a coisa subordina-se à pessoa. Sabe-se que Bergson, na sua recente obra *As duas Fontes da Moral e da Religião*, retomou à sua conta esta tese.

Justamente por causa dessa finalidade, e em razão da nossa observação de há pouco, o homem não aparece no início, mas deve ser preparado. Como? Primeira mente sob uma forma remota, pelo estabelecimento do seu meio, pela elaboração das substâncias que devem assimilar-se à sua vida, pela organização das forças que ele terá de utilizar e de que a sua vida será, por um lado, a resultante, e, por outro, a conquista. Como serão precisos séculos para este trabalho! Começamos a suspeitá-lo; mas só poderíamos admirar-nos disto desconhecendo a desproporção quase infinita do espírito para a matéria.

Em seguida, a título intermediário entre o trabalho cósmico e a humanidade constituída, são necessários os lentos progressos das espécies inferiores, a cera viva de onde jorrará um dia a flama do espírito. E esse jorramento não se dará sem uma intervenção especial do Criador; será como que um lampejo novo da Fonte luminosa imanente a este mundo enquanto ele contém Deus; mas essa obra última nem por isso

estará menos implicada numa série de que ela será o último termo, mormente se, a coisa permitida pela fé tanto como pela ciência, admitirmos que o corpo do homem foi preparado pela vida antropológica.

Apliquemos o nosso exemplo, e, ao invés da humanidade em relação ao globo e a tudo o que ele encerra, encaremos a Igreja em relação à humanidade. É o mesmo caso prolongado, e a lei de desenvolvimento será a mesma.

Diremos primeiro, e desta vez em sentido nitidamente religioso, e não somente espiritualista: *Tudo é para os eleitos*, isto é: Cristo, e o grupo de Cristo, a Igreja, é a finalidade de toda a história. Nada se agita no mundo senão para promover o reinado dos fins espirituais da humanidade, que é o trabalho próprio da Igreja. O Discurso sobre a História universal, a despeito de certas fraquezas inevitáveis a quem se propõe seguir assim os vestígios da Providência, é, no fundo, não somente magnífico como a eloquência de Bousset, mas inatacável. Ele não faz senão desenvolver esta antiga afirmação do Pastor de Hermas (século II): “A Igreja foi fundada antes de todas as coisas, e para ela é que o mundo foi feito”.

Ora, se é verdade que os fins últimos devem governar desde o começo, deve-se dizer, como já o fizemos, que o trabalho relativo à Igreja, e mesmo o trabalho da Igreja, remonta às origens do nosso mundo, e do mundo em geral, por que tudo se liga em Deus e porque a preparação do meio natural do homem faz parte da produção do homem.

Por esta razão é que o nosso livro religioso, a Bíblia, se abre por um relato da criação: *No princípio, criou Deus o céu e a terra*, como também a genealogia de Cristo remonta até Adão e até Deus: *Qui fuit Dei*. Sem isso, o plano religioso do mundo não seria completo ao sentido do passado, do mesmo modo que, se não tivéssemos os apocalipses e os relatos da parusia, o plano religioso do mundo não seria completo em face do futuro.

Num sentido como no outro, é preciso ir até o limite do criado e até o limiar de Deus, se assim posso dizer, de tal sorte que Deus, tocado como Providência ao longo de toda a curva do tempo, seja tocado também, como iniciador e como fim, nas extremidades dessa curva, à partida e à chegada do impulso universal.

Não quer isto dizer que os nossos livros sagrados ou os nossos pensamentos religiosos devam preocupar-se com escrever a história total ou com profetizar o futuro total. A sequência dos tempos religiosos não precisa ser completa. Não precisa mesmo ser exata do ponto de vista científico. O seu sentido religioso é que precisa ser exato, e isso requer apenas uma historicidade relativa, feita de símbolos reais, isto é, de notações simplificadas, esquemáticas; sacrificando o detalhe à visão de conjunto, pulando períodos inteiros como a série dos patriarcas na Bíblia, correndo ao fim, que é manifestar o sentido da vida.

Em razão do que, ver-se-á a cosmogonia bíblica situar-se numa região mais ou menos alheia à ciência, a história bíblica só parcialmente satisfazer a ciência, e a profecia bíblica proceder como por saltos, sem grande preocupação das perspectivas. O que, aqui entre parênteses, explica como, sem nenhum erro propriamente religioso, podem os primeiros cristãos crer no fim iminente do mundo. Eles têm na mente o que nós descrevemos: ontem Adão, hoje Cristo, amanhã reintegração do mundo e Deus;

simplificam, e a intensidade com que vivem essa simplificação faz-lhes parecer muito próximos os elementos dela.

A respeito do passado, são eles ainda defendidos pela história, que não se deixa estreitar indefinidamente. Eles a estreitam muito! Mas, a respeito do futuro, não sendo retidos por coisa alguma, e colocando-se-lhes, por assim dizer, aos olhos a sua visão ardente, eles esperam a realização do plano num espaço proporcionado a uma vida de homem. É um erro; mas não é um erro religioso. Eles enredam o fio dos acontecimentos com a ordem histórica das datas de cumprimento: confusão religiosamente sem importância. S. Pedro dirá a palavra da situação observando que, a respeito de um plano religioso universal, em que os acontecimentos têm lugares teóricos mais do que propriamente temporais, *mil anos são como um dia e um dia como mil anos*. Esta reflexão de uma filosofia profunda.

Tal é, pois, a primeira face da nossa comparação. A história da Igreja começa, no mínimo, nas origens da humanidade, como a história da humanidade começa, no mínimo, nas origens do nosso mundo.

Digo agora que as fases das preparações serão as mesmas. Haverá preparações indiretas, conscientes em trabalhar o gênero humano, como as forças cósmicas trabalharam o globo, de tal sorte que, quando a verdadeira religião nele nascer, ache meios de fazer sua vida, assimilando todo o humano que pode favorecer-lhe a obra. Haverá em seguida – ou paralelamente, visto se tratar aqui menos de dividir durações do que de alinhar coisas – haverá, digo, preparações remotas ainda, porém mais diretas, nisto que serão religiosas, do mesmo modo que, sendo a ordem vital, o desenvolvimento da flora e da fauna terrestres preparava remotamente, mas de certo modo diretamente, o homem. E, assim, diremos que as religiões antigas anteriores ou exteriores à obra de Abraão preparavam o Evangelho.

Enfim, do mesmo modo que, quer lógica quer realmente, conforme as hipóteses, o antropoide preparava a vida do homem à terra, desta vez a título imediato, assim também o judaísmo de Abraão a Jesus, preparou Jesus e sua Igreja.

Vê-se o que há diante de nós em matéria de história. Naturalmente feriremos este assunto apenas rapidamente.

II

Não insistirei sobre as preparações remotas da Igreja que consistiam em plasmar o meio humano por um trabalho de civilização geral, introduzindo elementos de ciência, experiência, de moralidade, de direito, de arte, de poesia, etc., onde quer que a religião, que utiliza todas essas coisas, pudesse um dia encontrá-las. Não devemos insistir nisso, já que, em si mesmas, essas preparações são estranhas à ordem religiosa. São-lhe, no entanto, preciosas infinitamente como todos os nossos grandes homens têm sabido reconhecê-lo.

Os apologistas antigos, tais como Justino, Teófilo, Orígenes, Basílio, Gregório de Nazianzo, Crisóstomo, Agostinho, viam nos antigos sábios os análogos seculares dos profetas, isto é, prefaciadores do Evangelho, como se disse em particular de Platão.

Em Sócrates ou em Heráclito, essas vítimas da verdade, ousavam eles ver os análogos de Cristo crucificado, quer dizer, mártires antecipados da ideia cristã preparada de longe pelas suas concepções geniais. Tudo o que de bom houve no paganismo era, para esses Padres, obra do Verbo, que se difundia por toda parte antes de se concentrar em Jesus.

Isso era confessar que as civilizações antigas e todo o trabalho humano na terra foram para o judeu-cristianismo uma espécie de plasma germinativo, de meio nutriente que, primeiramente, o preparava; que, em seguida, o serviria, como a química do globo, que, depois de preparar o homem, continua a servir à subsistência e às invenções deste; com a vida animal, que o preparou mais de perto, mais de perto também o serve para sua alimentação, vestuário, transporte, regalo e tantos outros usos.

É o que se deve ver na palavra de S. Paulo: *Omnia vestra sunt*. Todas as coisas vos pertencem como preparadas providencialmente para vos servirem, a vós filhos de Cristo e irmãos na sua lei, não tendo todo o movimento do mundo outra finalidade senão a realização dos fins superiores que são os fins da Igreja.

Isso é simplíssimo: inútil é repisá-lo, e teremos aliás de voltar a esse ponto dizendo de que maneira se fez a utilização do passado pelo cristianismo¹. Porém o que mais delicado é de justificar é o que dissemos em segundo lugar, a saber: que as religiões antigas preparavam, a seu modo, a Igreja e o trabalho da Igreja.

Muitas vezes, tem-se uma ideia inteiramente oposta. Isto se concebe: porquanto já não se trata aqui de uma matéria a utilizar, porém de uma utilização já adquirida, defeituosa, e que, como parece, para um operário ulterior não pode ser senão um estorvo. Fazer uma boa estátua com um bloco, é normal; mas fazer uma boa estátua com uma má estátua já desbastada, para isto é preciso ser um Miguel Ângelo. O autor do David de Florença faz desses prodígios; mas estes não se repetem muitas vezes, mesmo na sua própria história.

Por isso é que os primeiros cristãos foram tão duros para as religiões estranhas; bem longe de as chamarem providenciais, chamavam-nas demoníacas, e, do seu ponto de vista, tinham razão. Mas, tratando-se um juízo de conjunto, não nos devemos deixar cegar por um ponto de vista, por mais justo e mais importante que seja na sua categoria. Demoníaco e providencia, isto não se opõe tanto como se poderia pensar. O demônio também é providencial; só age segundo a extensão da sua cadeia, e isso mesmo que ele faz pode entrar e entra na grande corrente que Deus dirige.

No cristianismo, sempre temos dito que uma religião qualquer é preferível à ausência de religião. É que, portanto, uma religião qualquer tem valor em relação à nossa, e pode servir-lhe de preparação. Verdade é que é com a condição de morrer, como uma espécie que se transmuda noutra, como um vivente que nutre um vivente superior.

Quando o passado fica aberto no sentido do futuro, prepara-o; quando pretende fechar-se e resistir à absorção, neutraliza-se, e é nisto que se torna demoníaco; porquanto, resistindo ao bem, trabalha para o mal. Com a maioria de razão o será se, à sua imperfeição que deveria fazer-lhe ceder o lugar, se misturam elementos perversos que exigem uma reforma.

É o caso das religiões antigas. O que elas têm de demoníaco é a corrupção de certas crenças e de certos ritos impostos aos seus adeptos; é, depois, a sua pretensão de reger definitivamente por sua própria autoridade a alma humana. Mas nem por isso é menos certo que elas permanecem úteis, e que, aos olhos da Providência, são etapas. Por mais que recusem deixar-se sobrepujar, o que elas recusam Deus saberá fazê-lo, e, completada a obra de Deus, poderemos, como S. Paulo, volver-nos para esse passado de imperfeições e de taras, para reconhecer nele, a despeito de tudo, o *si forte allreetent eum*: a procura a que Deus devia corresponder, por conseguinte uma real preparação.

Digamo-lo, pois, sem hesitar: as próprias religiões falsas foram, no passado, abrigos provisórios para os diversos rebanhos de Cristo disseminados pela superfície do globo. Havia rebanhos de Cristo; havia ovelhas isoladas espalhadas por toda a estrada dos séculos, a saber: os que pertenciam à Igreja interior de que falamos, a isso a que se costuma chamar agora a alma da Igreja. Onde estavam esses pastos, qual era o alimento deles, senão, interiormente, a graça, que a ninguém é recusada, mas também, exteriormente, tudo o que à graça podia servir de preparação e de meio?

Está bem entendido que os ritos pagãos não conferiam a graça por si mesmos; a ela não conduziam por instituição; afastavam dela quando tendiam a perverter os costumes; mas podiam também ocasioná-la, e isso por uma vontade providencial? Como? Primeiramente pelas disposições interiores que eles favoreciam, de fora, como o símbolo favorece a realidade, a palavra o pensamento, o sacrifício o amor. Em segundo lugar, pela solidariedade de sentimentos dos sacerdotes e dos fiéis unidos. Toda associação é criadora, em relação àquilo que vos congrega. As águas lustrais, os sacrifícios expiatórios, os ritos sublimes da agnação, os panateneus gregos, as cerimônias matrimoniais ou funerárias, tudo isso era ou em todo caso podia vir a ser um precioso agente de reforma moral, de misticismo interior, e assim um meio de salvação.

Não é evidente que tais grupos religiosos da antiguidade pagã representavam, como ainda representam, a despeito da sua desastrosa insuficiência, aspectos mui preciosos da verdade religiosa? Negando tão energicamente a vida ilusória que é a natureza sem Deus, e voltando-se para o absoluto, não oferecia o budismo uma das metades imensas da verdade? A infelicidade é que uma só metade de nada serve, para a utilização imediata, se estiver ausente a sua metade complementar. Voltado para o absoluto, o budismo não soube defini-lo senão pelo nada, e tornou-se assim uma religião de nada, um esforço puramente negativo, por consequência perversor, pelo fato de ser visto como um todo. Uma metade de roda que faz a roda, joga o veículo no chão.

Sempre se pode dizer que, uma vez absorvido na verdade integral, o ponto de vista do budismo se tornaria vivificante, do mesmo modo que é bebido nos nossos místicos. O formidável *não* que esse desprezador dirigia ao mundo serviria de relevo ao inefável *sim* evangélico, e, a olhar as coisas com vistas largas, no próprio plano da Providência, não seria sem importância para a história humana que isso houvesse existido.

Outro exemplo bem diferente: o helenismo. Esta alta civilização atingiu por instantes a verdade absoluta, desta vez na sua forma positiva. O Deus de Platão ou de

Aristóteles não está muito longe do nosso Deus; para reduzi-lo completamente a ele, basta harmonizá-lo consigo mesmo. Qual foi o erro do helenismo? Antes de tudo foi permanecer uma pura teoria. Ele só se realizou sob as espécies da beleza, e ainda assim de uma beleza amada até o vício, escreveu Taine, prova de que o equilíbrio moral, que deveria ter correspondido ao equilíbrio relativo do pensamento, permaneceu sempre instável. O ideal foi concebido e permaneceu impotente. O Verbo de Deus irradiava, e refletia-se em pântanos, em vez de descer a eles, humilde e sublime, com o Viandante evangélico, a fim de purificá-los.

Isso não impede a filosofia grega de se mostrar, providencialmente, um dos antecedentes mais preciosos do pensamento cristão, e, quando este aparece, um dos seus maiores recursos. Nós ainda vivemos dela, e humanamente pode-se dizer que o cristianismo não seria o que é se os Gregos não houvessem existido.

Assim, alternativamente, poder-se-ia louvar com louvor parcial cada uma das formas religiosas que o mundo viu aparecer fora do cristianismo. Até nas religiões mais rudimentares, e provavelmente mesmo na mais antiga, existe o culto da família, com um valor já muito alto. Sentir a Deus no lar, ainda quando para isso se houvesse humanizado esse Deus fora de toda medida, é realmente alguma coisa. Bastará ampliar o pensamento para que o lar universal presidido por Deus Padre, tendo por irmão mais velho Cristo e por inspirador o Espírito Santo, se torne precisamente a Igreja.

A certos respeito, esse culto doméstico, tão estreito, valia mais do que os alargamentos pretendidos dos cultos nacionais; porque estes acabavam na política, ao passo que o culto doméstico permanecia íntimo, o que constitui um dos caracteres essenciais da religião. Sob este ponto de vista, os extremos se tocam; o universal e o íntimo vêm a juntar-se, porque, se o Deus dos Romanos só aos Romanos interessa, o Deus universal interessa a cada homem, e lhe interessa a título íntimo, visto como a universalidade absoluta implica a imanência.

Seja lá como for, digo que em graus diversos todas as formas religiosas do passado colaboravam para o progresso da alma humana. Neste sentido, alguém pôde dizer que não há religiões falsas, que há apenas religiões imperfeita: maneira imprópria de se exprimir; porque essas religiões, inconscientes da sua obra e daquilo que a Providência demandava nelas, afundavam-se num particularismo atrofiante e corruptor. De sorte que, se seus grupos eram como que Igreja antecipadas, eram entretanto Igrejas “a latere”, abrigos de ocasião, na grande tempestade moral que agitava o mundo. Se havia nisso coisa melhor do que nada, não havia *a tal coisa* que, provisória ainda, mas definida e nitidamente orientada, já não terá senão que seguir adiante, para desabrochar em perfeição quando soar a hora divina.

De onde virá a grande corrente de que a nossa Igreja será o desfecho natural?

Natural! Natural não poderá sê-lo verdadeiramente; porque o fato decisivo que dará nascimento à Igreja, como o fato que cria o homem infundindo uma alma numa matéria, deverá ser um fato transcendente. Mas, num caso como noutro, o fato criador vem inserir-se numa série de fatos em continuidade natural com todas as preparações anteriores.

Para encontrar a primeira fonte de onde, à sua hora, sairá o rio cristão, cumpre remontar àquele momento decisivo, posto que muito humilde, em que o “scheik”

Abraão, avisado misteriosamente e um desígnio de Deus sobre ele, de uma missão secular para a sua posteridade – que ele vê, em sonho, semelhante às areias de ouro que pontilham as praças do céu – deixa de repente a sua terra Caldeia à frente de um bando de quinhentos ou seiscentos homens, tomados entre os fiéis de Javé.

As razões dessa fuga são religiosas. A tribo semítica a que Abraão pertence não é estranha ao verdadeiro Deus, visto como ele mesmo professa e representa o culto desse Deus; mas nesse momento ela incide no culto dos Terafins, ou penates, e noutras superstições grosseiras. Nessa mistura confusa que cedo teria absorvido o melhor no pior, uma escolha providencial é feita; Abraão é o meio para isto. Ele parte. Vai abrigar a chamazinha pura na terra isolada de Canaã. A sua religião pessoal fixará o futuro religioso de Israel, e, por este, o futuro religioso do mundo. Ele será o verdadeiro *pai dos crentes*, e sua fuga será como que a *decisio seminis*, o desprendimento do germe, em relação ao meio paterno, para uma revolução ulterior.

Reconhecer-se-á aqui o último termo da assimilação de que quisemos partir para contar as etapas da preparação da nossa Igreja?

A religião de Israel, em relação à nossa fé, é o embrião antes do desabrochar da alma; mas as duas comparações vêm a juntar-se, se é verdade que as fases da embriogenia reproduzem em grosso, ou em todo caso simbolizam, as fases da evolução da raça.

O que falta ao embrião israelita é a alma cristã, que nele será infundida quando o Espírito descer, socializando o dom pessoal da divindade feito a Jesus, e realizando assim na sua perfeição inicial a vida religiosa autêntica. Mas a preparação é imediata. Israel é um corpo religioso apto ao sopro do alto. O que lhe falta à vida espiritual, ele é capaz de recebê-lo, diferentemente das religiões rígidas ou desviadas, refratárias às reformas.

Não é que os desvios tenham sido estranhos àquele povo, que só parece ser o eleito a contragosto; povo de cabeça dura, ou de pescoço teso, como diziam os seus profetas. Mas esses desvios nunca foram senão os meandros da corrente que aparentemente reflui, mas que nem por isso deixa de descer o vale, arrastada por uma lei imperiosa.

Constantemente infiel, Israel constantemente se corrige, é corrigido. Javé o guarda, mesmo quando ele se esquece de guardar Javé. Ele pensa sepultar o seu Deus no politeísmo ambiente: Deus ressuscita. E esse Deus tem caracteres que não permitem confundi-lo com as falsas divindades populares nem com o Deus abstrato dos filósofos. Contra as divindades dos pagãos, ele tem a sua unidade e o seu caráter moral. Contra o Deus dos filósofos, teu o seu caráter vivo e criador.

Uno e moral Ele o é pela própria posição que ocupa, se assim posso dizer. Salvo raras exceções, a antiguidade parece ter sido dominada pelo pensamento de que os deuses são emanções mais elevadas do que o homem, porém emanções, todavia, da grande natureza universal. “Uma coisa é a raça humana, dizia Pindaro, outra é a raça divina; mas uma mesma mãe as deu à luz a ambas”.

Nestas condições, o egoísmo humano, cuja satisfação depende pretensamente dos deuses, pode sempre esperar corrompê-los ou dominá-los – corrompê-los, visto terem eles também necessidades e desejos; dominá-los, visto serem envolvidos por

influências superiores, Destino ou Natureza, às quais o homem poderá dirigir-se para impor sua lei aos acontecimentos fora do esforço virtuoso.

A magia, que é universal na antiguidade, salvo em Israel – digo o Israel autêntico –, é a consequência desse estado de espírito. Com uma fórmula mágica, o homem julga-se apto a dominar a própria divindade, como com um touro de sangue rico acredita fartá-la até a embriaguez que não mais lhe pesará os dons.

O Deus de Israel, este dirá: “Acaso eu como a carne dos touros? Bebo o sangue dos bodes? Se eu tivesse fome, não to diria, pois meu é o mundo e tudo o que ele encerra... Imaginaste que me parecia contigo... mas olha: àquele que vela sobre o seu caminho, a esse eu farei ver a salvação de Deus” (Ps. XLIX).

Assim, uma só coisa agrada a Javé e uma só coisa pode vencer Javé: a obediência à lei do bem, que é a sua própria lei e o seu único amor, pois ele é o Bem vivo. Quem faz o bem vê vir a si, ainda quando fosse pelo escuro caminho entrevisto por Jó, a felicidade, flor do bem, o objeto das pesquisas que o homem só empreendeu a convite do ideal, e que o Ideal vivo quer satisfazer.

Essas perspectivas, certamente ocultas aos olhares de muitos em Israel, nem por isso deixam de ser o fundo da alma religiosa desse povo. Donde a sua superioridade moral – relativa, evidentemente, porém incontestável – em relação às raças pagãs, e tanto mais notável quanto não se pode atribuí-la à sua civilização. Lede o código de Hamurabi; que data de uns seiscentos anos antes da lei de Moisés, e achareis nele o cunho de uma sociedade muito mais policiada, muito mais sábia. Ora, com o politeísmo, aceita ela a magia e a imoralidade que as leis judaicas claramente proíbem.

E eu dizia que o Deus de Israel não está menos distanciado dos deuses abstratos do que dos deuses mendigos ou mágicos. É um louvor cujo alcance muitos não compreendem, movidos como são por um intelectualismo inimigo da vida humana. “Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó”, dizia pascal, “e não Deus dos filósofos e dos sábios”.

É que, se os deuses populares estão em baixo, na terra, o Deus dos filósofos está no ar, o que não quer dizer no alto. Não está em parte alguma, a não ser na fórmula do mundo. E de que serve, para a vida, o Primeiro Motor, de Aristóteles, ou o Pai das Idéias, de Platão, ou o axioma Eterno, de Taine? O Deus dos Judeus é um vivente. É transcendente a tudo, e a tudo é imanente. Muito alto e muito próximo, a sua figura tem uma ingenuidade popular tão impressionante como a sua sublimidade.

Ele fala no meio da tempestade, porque é o Deus da natureza. Fala por Moisés ao seu povo, porque é o Deus da história. Fala à consciência de cada um, porque é o Deus do bem. E com isto não é nem um Deus naturalista, como os Baals, nem um Deus nacional, como as divindades do Império, nem o dáimon de Sócrates. É o Deus do infinito, o Deus do coração e o Deus da história universal. É simplesmente Deus, e manifesta por si só a transcendência da revelação mosaica.

Os que verdadeiramente vivem dele estão preparados para o Evangelho, adorando “o Pai de Nosso Senhor Jesus Cristo”, como observa profundamente São Tomás de Aquino. Por isso os livros deles, e em particular as suas coletâneas de orações, textos religiosos por excelência, ainda estão em uso edificante entre nós. Os salmos são o fundamento da nossa liturgia. Neles se acha a mais alta poesia unida à

vida interior mais intensa. Os nossos meios de edificação pelo exemplo são inaugurados de maneira a mais frisante pelas admiráveis lições morais trazidas pelos livros de Jó, ou de Tobias, pela história de Betsabé e de Davi, de Suzana, dos três Hebreus na fornalha, etc.

Quanto o culto, este se eleva em Israel até à instituição prefigurativa, ao invés dos reflexos esparsos produzidos pelo espelho quebrado dos cultos pagãos. Ora, na prefiguração, o futuro prefigurado já se acha incluso de certo modo. Sabem-no os nossos artistas que representam em série contínua, na unidade de concepção de arte que manifesta a unidade de concepção religiosa, as cenas do Antigo e do Novo Testamento².

Poder-se-á dizer que essas aproximações se fazem tardiamente, e há alguma coisa a reter desta observação; mas nem por isso o conjunto do culto hebraico deixa de andar na perspectiva do nosso. É o imperfeito que se orienta para o perfeito e que pertence ao mesmo gênero, diriam os filósofos. É a aurora, que pertence ao dia. O paganismo, digo o paganismo piedoso, é a escura claridade das noites, quando o peso das nuvens ou o peso voluntário do sono não a escurecem para os nossos olhos.

Unindo os dois, ter-se-á o ciclo completo das iluminações que preparam as claridades diurnas. Tudo o que mais tarde poderá vir a ser cristão por incorporação, em toda a amplitude do mundo antigo já é cristão por antecipação. A nossa Igreja *católica*, isto é, universal, mostra-se assim deveras universal, reunindo a amplitude dos tempos sob o imenso amplexo do seu desenvolvimento multiforme. *Aquele que é* revela-se, na sua Igreja, ao mesmo tempo *Aquele que foi* e *Aquele que será*.

E o que mais do que tudo manifesta esse caráter a um tempo envolvente e desenvolvidor, tradicional e progressista, numa palavra, eterno no curso do tempo, é o profetismo. Nele está a atadura do feixe. O profetismo na sua dupla forma, interprete do passado e precursor do futuro, é como a ponte que liga espiritualmente as diversas idades do mundo, que faz a antiguidade, remota ou próxima, comunicar com as esperanças, imediatas ou longínquas, que o grande movimento religioso que domina os tempos quer realizar. Eu já disse que o profetismo, no sentido lato do termo, não esteve ausente do próprio paganismo. Reconheceram isso os nossos Padres da Igreja. Mas, no sentido próprio, a profecia, que se antecipa à vida da Igreja e lhe dá como que uma duração retroativa, é apanágio de Israel.

Pelos seus gritos inflamados e pelos lampejos às vezes fulgurantes do seu pensamento religioso, os profetas de Israel transcendem a duração como transcendem o seu meio imediato. Atingem a eternidade e a imensidade onde o Evangelho entender de se colocar. Eles falam ao Homem, o Homem de todos os tempos e de todas as raças. São os sacerdotes da instituição religiosa universal, e, quando eles jazem no fundo do passado, olhando para o futuro, as suas esperanças traçam o caminho que tornarão a subir mais tarde as lembranças, nos interpretes inspirados da história.

Essas duas correntes de visões e de apelos são como que as grandes linhas que atravessam todo o teclado, num sentido ou noutro. Por causa disso, achareis nos profetas um esboço de dogmática, de moral e de culto espiritual muito superior ao que servia de base às instituições regulares do povo. A vida religiosa do seu tempo, que é

neles o seu máximo, neles se excede a si mesma por um empréstimo antecipado tomado ao Evangelho. E é assim que eles são um nexo real, do mesmo modo que suas profecias são um nexo verbal, entre a antiga e a nova Aliança.

O reino de Deus que eles preconizam tem por sede as consciências, e o reino de Javé sobre Jerusalém não passa, por assim dizer, de um símbolo desse reino. Para eles Jerusalém é antes de tudo a pátria das almas. A vida interior, que será a essência do cristianismo, assume aos olhos deles uma importância primária; eles se incomodam menos com as sanções temporais, científicas de promessas que sentem obscuramente, mas que, de fato, são as do Evangelho.

O universalismo politicamente tão estranho a Israel, introduz-se praticamente neles com a ideia da vocação dos gentios e do acesso das “Ilhas” (como eles chamam às nações dispersas de longe) ao território religioso de Israel.

Essa Ilhas longínquas, quer dizer, o universo, aparecem ao olhar profético, para quem as perspectivas da história judaica e da história universal se confundem, como dependências da pequena Palestina onde eles bradam as suas esperanças. E esse juízo não é vão, visto como o futuro depende do passado que o prepara, visto como a joia, mesmo de valor incomparável em relação à cadeia, nem por isso deixa de estar suspensa à cadeia. Israel é a cadeia da joia evangélica; o profetismo é a pérola de espera inserida entre os elos.

Vozes do universo extraviadas num recanto do universo, vozes do infinito dos tempos localizadas num ponto dos tempos, os profetas pressagiam e preparam a grande voz que dirá: *Eu é que sou a Luz do mundo. Eu sou o Caminho; sou a Verdade; sou a Vida. Sou a Porta* por onde devem passar todas as ovelhas humanas para irem aos pastos divinos.

Eis que avança, no limiar dos tempos novos, aquele que, último dos profetas e primeiro dos cristãos – João, o Batista – será o liame vivo entre os dois mundos. *“Preparai, clamará ele, o caminho o Senhor, tornai retas as suas veredas”*. Era o que o seu grupo religioso tinha feito; era o em que haviam colaborado remotamente todos os outros.

E chegado era o momento em que na sinagoga estreita, como no coração tenso e impotente dos homens, o futuro do mundo sufocava; mas ele aí achara até então um abrigo, e, sem abalo exaustivo, não sem crise entretanto – pois todo nascimento é uma crise -, ia passar do período das longas gestações para o período das manifestações, aguardando a era dos progressos indefinidos que só a eternidade deve encerrar.

Havendo-lhe todo o passado trançado assim o berço, havendo-lhe, ai! Talhado a cruz, mas também havendo recolhido raios de luz para a sua auréola, *Aquele que devia vir* podia vir.

CAPITULO II

O NASCIMENTO DA IGREJA

I

A Igreja, em Deus, é eterna – primeiro pensamento incluso no Verbo que será um dia o seu chefe, primeiro amor no Espírito que um dia lhe será a alma.

Em Cristo, o homem universal, a Igreja é também universal e, por conseguinte, onitemporal. Mas essa existência que atravessa todos os tempos não se manifesta nelas sempre da mesma maneira. Há um centro de atração que faz convergir os seus diversos estados para isso a que, com S. Paulo, chamamos de *plenitude dos tempos*, a saber, a vida histórica de Cristo, distinta da sua vida intemporal ou de influência.

Antes do seu nascimento, preparava-se e esperava-se o Cristo; depois, a humanidade vive dEle e desenvolve-lhe a obra. Assim com a vida religiosa, hoje em dia, não seria o que é se Cristo não tivesse vindo, assim também a vida religiosa dos séculos antecristãos não teria sido o que foi se Cristo não devesse ter vindo. E, enfim, já que tudo se subordina a essa obra, pode-se dizer que Cristo criou a história tanto para o passado como para o futuro. Sucede como se “no oceano das idades” – como teria dito o nosso Lamartine, - houvesse caído um imenso rochedo. A ondulação prossegue nos dois sentidos, e todo o mar vibra, sob a luz repercutida pelos milhões de espelhos que são as consciências dos homens.

Tal é o ponto de vista que desenvolvíamos no capítulo precedente, e que nunca se deve esquecer quando se trata da Igreja. O cristão individual tem toda razão de se lembrar disso, pois também é homem de todos os tempos, enraizado no Antigo Testamento, desabrochado no Novo, homem de hoje, de ontem e de amanhã, pelo simples fato de ser da Igreja.

Deixando agora de lado os efeitos retroativos da vinda de Cristo, temos de lhe estudar os efeitos imediatos, enquanto aguardamos os seus efeitos ulteriores.

Esta maneira de exprimir-nos mostra em que sentido se deve tomar o nosso título “O nascimento da Igreja”. Não se trata de um começo absoluto, como se, antes, a Igreja absolutamente não houvesse existido. De certa maneira, ela existia em alma e em corpo. Em alma, visto como o Espírito, que lhe faz todo o valor, trabalhava; em corpo, visto como o embrião judaico, concedido ao banho nutritivo das civilizações religiosas ou seculares do mundo antigo, era bem autenticamente o seu corpo antecipado.

Não era isso uma razão para que a Igreja não tivesse de nascer. Nós também nascemos depois de termos vivido no seio de nossas mães e fincado as nossas origens no coração das gerações.

Cristo, dado ao homem por uma vontade eterna, vontade que tivera consequências espirituais desde sempre, e mesmo, não me posso cansar de repeti-lo,

conseqüências históricas, o próprio Cristo, digo, desta vez ia revestir a existência histórica, surgir das suas preparações e encetar o futuro.

Foi em Belém, numa manjedoura de ruminantes, sob um abrigo de natureza em pleno céu, em face de uma planície constelada de humildes fogos, porém dominada por aqueles outros fogos que Abraão contemplava como símbolos de sua raça, foi aí que, premido pelo amor, propondo-o Deus e aceitando-o homem na pessoa de uma pureza e de uma humanidade todo-poderosas, foi aí que o fruto maduro da história aí irrompeu. O grão do futuro, a esperança alimentada pelos séculos lá estava, sob a forma de uma criança que uma mãe, fecunda por obra do Espírito universal, amamentava.

Esse seio de virgem não era porventura a figura da humanidade em trabalho, elaborando uma comida que o Cristo coletivo, a Igreja, absorveria em breve, para crescer? Enquanto isso, o minúsculo Filho do Homem vivia dessa comida, ele *primeiro de seus irmãos*, diz o Apóstolo, primeiro a ser nutrido da medula do passado, humanidade nova e antiga por ele só, a título de Filho do Homem, a título de segundo Adão, mas trazendo em si o que podia renovar, já que criara, trazendo em si a plenitude da própria divindade.

Por toda parte a humanidade procurava outrora o seu Deus: nesse dia, se seus olhos pudessem ter-se aberto, ela o teria contemplado em si mesma. Esse Deus, que a envolvia desde sempre de uma influência ativa, mas parcial ainda e pouquíssimo reconhecida, furara um ponto “a parede” (Ezequiel, VIII, 8); irrompera a massa humana e, pela deificação pessoal de um de nós, começava a operar a deificação coletiva.

Os potentados da antiguidade, quer se chamassem Ptolomeu, Antíoco, Augusto ou mesmo Nero, viam anunciar e saudar o nascimento deles como o início de uma idade áurea, como o penhor de uma felicidade a vir sobre a terra. Aqui, a verdade substitui-se às ficções, e a idade de ouro eterna, definida pela síntese de Deus e do homem na religião autêntica, acaba de achar o seu instrumento substancial. Jesus será o ponto de ligação, o elo intermediário, semi-humano, semi-divino, que unirá o que se trata de unir. Como repreender-se-á que ele diga em seguida: “*Ninguém vem ao Pai senão por mim*” (João, XIV, 6), e reciprocamente: “*Ninguém pode vir a mim se meu Pai não o atrair*” (João VI, 44).

O nascimento da Igreja será, pois, de certo modo, o nascimento de Cristo, visto haver identidade solidária entre o grupo organizado e Aquele que é estabelecido espiritualmente chefe de raça. “O Estado sou eu”, dizia Luiz XIV; com mais verdade poderá Cristo dizer: a Igreja sou eu; não entendendo isto da sua humanidade individual, mas de todo o corpo de que a sua humanidade é a cabeça.

Mister se fará apenas que esse *corpo de Cristo*, como efetivamente lhe chama São Paulo, esse Cristo desabrochado em grupo, socializado, ache suas condições definitivas. Até então ele vivia em estado difuso no paganismo e em estado embrionário no judaísmo: tratar-se-á, como dirá mais tarde S. João, de *congregar em um os filhos de Deus dispersos* (João, XI, 52).

Repito, havia filhos de Deus em toda parte. As Igrejas nacionais ou domésticas ofereciam-lhes abrigos provisórios; a sinagoga fornecia-lhes uma representação e um ponto de concentração, oficial desta vez, mas insuficiente, porque unia mal; unia só pouca gente e em condições que não eram exclusivamente religiosas, já que era preciso filiar-se ao povo, por uma espécie de naturalização, para se filiar ao culto. Derrubar esse templo para substituí-lo pelos domínios do Espírito de que o templo cristão será o servo e o símbolo, eis a obra.

“*Vem a hora*, diz o Salvador à Samaritana, *em que não será nem sobre esta montanha nem em Jerusalém que adorareis o Pai. Vós adorais o que não conheceis; nós adoramos o que conhecemos, pois a salvação vem dos Judeus. Mas vem a hora, já veio, em que os verdadeiros adoradores adorarão o Pai em espírito e em verdade*” (João, IV, 21-25). Achamos aí, em três tintas justapostas, todo o mapa religioso do mundo: a religião dos pagãos, em que se erguem templos de ocasião, adoradores daquilo que ignoram (o Deus *ignoto* de S. Paulo); a região judaica, onde o edifício salomônico abre suas portas ao verdadeiro Deus, mas fecha seus muros ao mundo; finalmente a região cristã, onde o templo aberto ao espiritual, às dimensões do universo, já não passará, materialmente, de um símbolo e de um auxílio.

Compreende-o a arte cristã quando, na medida do possível, sintetiza no templo cristão ideal, que é a Catedral, a criação em todos os seus domínios. O templo eucarístico é tanto mais templo quando melhor se parece com esse cosmos divino em que toda criatura unida a Cristo adora *em espírito e em verdade*.

Vem a hora, diz o nosso texto e *já veio*. Que quer isso dizer? Quer dizer que, estando lá Cristo, já veio, nele, a hora de tudo o que deve ser. Essa hora veio desde Belém. Vem, entretanto, porque essa existência de Cristo, que inclui em si a obra universal, ainda não se tornou uma ação e não está coroada pelo dom supremo.

Eis, porém, que Belém restitui a Nazaré o seu tesouro. Tendo-o visto crescer *em sabedoria e em idade diante de Deus e diante dos homens* (Lucas, II, 52), Nazaré passá-lo-á a Cafarnaum, a Betsaida, a Tiberíades e às outras cidades galileias. A Galileia, infiel, cedê-lo-á a Jerusalém, que o crucificará fora dos muros, como que para simbolizar a universalidade do seu sacrifício. Enquanto isso, a vida oculta desenrola-se, porque convém que a obra individual de Cristo se prepare no silêncio e na obscura meditação, como a obra coletiva que ele enceta na noite dos séculos.

Daí, tal como das profundezas do silêncio noturno se lança pela manhã o sol, o “noivo eterno” da humanidade deixará a sombra nupcial para correr a sua carreira.

Como sempre, ele começa pela provação. Hércules entre o vício e a virtude é símbolo universal. Isento de toda tendência para o mal, Jesus nem por isso deixa de ser sujeito, como todos, aos assaltos do mal. O mal, para ele Cristo, seria esquecer-se de que é Cristo, isto é, homem de todos, e trabalhar para si mesmo. “*Faze que estas pedras virem pães*”: atira-te do alto do templo, e apare-te o teu Deus; conquista, visando uma realeza pessoal: tal é a tentação de Cristo.

Mas não! O homem do Reino de Deus, que é universal, deve guardar para obra universal o poder que dispõe. O homem do Reino de Deus, que consiste em se unir a Deus, deve consultar a Providência, em vez de lhe impor seus caprichos. O homem do Reino de Deus, que é interior, não deve comportar-se como conquistador,

como se o Reino fosse deste mundo. O Reino é neste mundo que lhe impõe as suas condições; é neste mundo como no outro, *na terra como no céu*, visto que orienta o destino total; mas não é *deste* mundo, não detendo suas ambições sobre os objetos das nossas preocupações temporais e excluindo o mal.

Após essa tríplice prova simbólica, o tentador é enxotado com a tentação, e a natureza do reino de Deus na terra, tal como deverá realizá-lo a Igreja, é fixada. Jesus vai pregá-lo. O seu batismo à beira do Jordão é que lhe dá a sua consagração de pregador.

Escutai-o, diz a Voz, e sinais visíveis oferecem como que o aparato de uma sagração. *Ele foi sagrado pelo Espírito Santo e pela virtude de Deus* diz São Pedro (Atos, X, 38). Essa virtude revela-se nas pregações de dois anos e meio, mal três, num minúsculo teatro, ao qual se têm emprestado encantos assaz incertos.

Tem-se sonhado muito sobre essa Galileia que não ousa mais viver, que se consola de haver perdido o seu Deus rolando sobre as rochas onde ele pregava ondas de verdura, e retraçando com loureiro em flor o sulco da sua barca que ia de margem em margem. Mui diversa foi, porém, a realidade no tempo de Jesus. A pregação do “rabi nazareno” não é a pastoral que Renan descreveu; é um labor áspero, numa áspera terra, no meio de campônios secos, supersticiosos, violentos, que após um momento de entusiasmo querem precipitar o seu profeta do alto de um rochedo, depois fazê-lo rei, depois fazê-lo seu provedor, depois, que sei? E que acabam por obrigá-lo a ir-se embora com um adeus de maldição.

Não importa. Sabemos que a literalidade dos acontecimentos tem na vida de Jesus uma importância imensa, mas no final das contas secundária. Essa vida é um símbolo, símbolo real e ativo, sacramento cujo alcance excede infinitamente o alcance dos fatos materiais em que se apóia. O *Sermão da Montanha* sem dúvida é pronunciado perante algumas centenas de pessoas: nem por isso deixa de se dirigir ao universo, e é por este ouvido. A semente lançada sobre os rochedos acha logo de início algumas fendas onde germinar, e o resto ressalta para ir fecundar a terra.

É notável que Jesus não tenha procurado sair de seu pequeno país. Confinou-se num espaço que se atravessa em dois dias de marcha. Seus primos lhe diziam: *Se fazes tais coisas, mostra-te ao mundo!* (João, VII, 4). Era o clamor da evidência. Mas ele não escutava nada dessa pretensa sabedoria. Abordava o universo por um ponto, sabendo que o fluido divino saberia passar desse ponto a todos os outros.

O mundo não é assim tão grande. O verdadeiro obstáculo à ação moral não são as distâncias. Um mínimo de tempo e de espaço basta ao Salvador para conquistar o tempo e o espaço em toda a sua amplitude. Um ponto que se move com velocidade infinita ocupa a imensidade, observa Pascal: é o caso de Cristo exercendo a sua atividade celeste. Um ponto segundo a extensão, a imensidade como zona de influência.

Os homens tratam de durar e estendem-se o mais possível, porque têm apenas os seus dias medidos e a sua estatura para se igualarem à sua obra: Cristo dispõe da estatura de Deus e da duração de Deus: não necessita estender-se. Ele é, e isto basta; ele diz, e sua palavra acha o seu caminho por si mesma. A sua vida histórica está para

com a sua vida segundo o espírito em mera proporção infinitesimal. Galileu e pregador de três anos, é o bastante; todo o plano religioso universal tem aí suas ligações.

O Mestre prega pois, e o que ele diz é a *Boa Nova*, assinalando a ideia central da sua obra.

A *essência do cristianismo*, sobre ela muito se há dissertado; não é sem razão, conquanto seja às vezes de maneira a mais desarrazoada. Está aí, com efeito, o tudo da Igreja, visto ser a sua ideia vital. A ideia vital é o tudo de um vivente; é a lei de toda a sua atividade; a não ser o caso de desvio accidental, ela torna a achar-se em tudo o que ele faz como em tudo o que ele é; é a sua “alma”. Isso a que chamamos alma, esse princípio interior da nossa unidade e da nossa orientação ativa, outra coisa não é senão uma ideia, real e substancial, *ideia*, dirá Claude Bernard, *diretiva* de todas as manifestações da vida.

Na Igreja, segundo a teologia católica, alma é o Espírito Santo. Mas ainda assim cumpre saber sob que forma o Espírito Santo entende de se dar a nós na Igreja. Não sucede com essa alma, alma universal e transcendente a todas as coisas, como sucede com uma alma individual, que se proporciona exatamente àquilo que ela move. O Espírito Santo nos excede e acha em nós um mero domínio parcial. Demais, se ele nos penetra, é sem nos absorver, ao passo que a alma individual absorve na unidade de uma substância indivisa aquilo que ela anima. Resta, pois, a questão de saber o que é que o Espírito divino quer de todos nós, constituídos em Igreja, e o que é que nos traz. É isso, propriamente, o Evangelho.

O *Evangelho*, a Boa Nova, é assim chamada *a priori*, porque um desígnio divino é, por essência e inevitavelmente, um desígnio de amor. A não ser que o homem o estrague! Mas trata-se aqui do desígnio primeiro, e a este nível, não intervindo nenhuma defecção, o amor e a felicidade só se separam se, entre os dois, desfalecesse o poder.

E qual é a boa nova anunciada? É que o homem, desde sempre, foi chamado à intimidade divina; que esse desígnio, longamente desconhecido, vai ser reatado e acha seu cumprimento decisivo na pessoa de Cristo “princípio” e “pedra de ângulo”, “caminho, verdade e vida” (Cf. João VIII, 25; Mt, XXI, 42; João, XIX, 6). Trata-se, pois, ao mesmo tempo, de uma intenção divina e de um fato divino; trata-se, em consequência, de uma ação, de uma lei, de um sistema de meios, e, necessariamente, de um ambiente apropriado à fecundidade do fato, à aplicação da lei, à utilização dos meios, à realização da intenção inicial.

No tempo, o advento de Jesus abre a fase definitiva do reino de Deus; o seu segundo advento deve encerrá-lo, julgar-lhe os efeitos e eternizar-lhe os fins.

Jesus traz o levedo que fará fermentar a massa humana; cultiva um campo onde brotará também joio; lança uma rede que apanhará peixes bons e maus, enquanto não vem a separação. E isto quer dizer que ele se *propõe*, e poupa as liberdades.

Quanto ao essencial, a saber, espiritualmente – pois Deus é Espírito e suas obras são, antes de tudo, obras de espírito –, o reino de Deus está em nós desde que nos demos a Deus e à obra de Deus sem restrição pecaminosa. Historicamente, visivelmente, o reino de Deus será estabelecido desde essa primeira geração (Mt XXIV, 34), porquanto o grão será semeado, Cristo provado, a sociedade fundada, o

Espírito difundido e os sinais fornecidos: ressurreição de Jesus, ruína de Jerusalém e abolição do antigo reino provisório.

Para entrar no reino, o que antes de tudo é necessário, por oposição ao judaísmo carnal, são as disposições do coração. Importa primeiro compreender-se a si mesmo, ter consciência da sua natureza real e completa. “Reconhece, ó cristão, a tua dignidade”, dirão os nossos Padres. Em seguida, é preciso rematar-se, seja como indivíduo, seja como grupo. Enfim e desde o início, a fim de se compreender deveras e de se realizar plenamente, o homem é chamado a ultrapassar-se para entrar em sociedade íntima com o Pai, o Filho e o Espírito.

Compreender-nos é sabermos que, nascendo na terra, somos um ser de essência celeste: *homo coelestis* (I Co XV, 47); que, sujeito ao tempo, somos um ser de eternidade.

Realizar-se, rematar-se, é, como indivíduo, dirigir o seu desenvolvimento no sentido daquilo que faz alcançar o seu fim, e, já que somos celestes, desenvolver em nós o celeste; já que somos feitos para a eternidade, preparar em nós a eternidade, preferindo a todos os valores que perecem no tempo os valores eternos: *Homens carnis, não busqueis o pão que perece, mas o pão que fica para a vida eterna* (Jo VI, 27). E, como grupo, realizar-se é elevar-se até à consciência da sua unidade e tirar daí as consequências: amor mútuo, amor organizado, justiça fraterna que *superabunde* em relação à justiça dos pagãos e em relação à pretensa fraternidade, que não passa de uma coesão dos nossos pós. *Pai, que eles sejam um como nós. Como tu, Pai, estás em mim e eu em ti, sejam eles também um em nós.* (Jo XVII, 11, 21).

Enfim, ultrapassar-se, por uma vida em comum com seu Princípio, é aceitar a graça e merecer-lhe o crescimento. *Se alguém me ama, meu Pai também o amará, e nós viremos a ele e faremos nele a nossa morada* (Jo XIV, 23). Porém primeiro, *se vós me amais, observai meus mandamentos* (Jo XIV, 15). E por isto sobretudo, por isto essencialmente, *se reconhecerá que sois meus discípulos, se vos amardes uns aos outros* (Jo XIII, 35).

Essa habitação misteriosa do divino em nós, juntos, esse *renascimento* em Deus de todo o grupo humano, é que prepara e permite a ascensão inaudita de um pequeno ser ao contato imediato do seu Princípio, e essas sublimes intuições que são o fundo da vida celeste prometida. *“A vida eterna é que eles te conheçam, a ti único Deus verdadeiro, e Aquele que enviaste”* (Jo XVII, 3).

Mostrar tudo isso, em minúcia, nas palavras de Jesus – sentenças, discursos ou parábolas -, não temos que vagar para tanto; mas, pelos nossos apóstolos, pelos nossos Padres e pelos nossos teólogos, sabemos que nelas se acha a substância disso³.

Dissemos que o passado tinha feito prevê-lo e olhe preparara o desabrochar: por isso Jesus se refere muitas vezes ao passado, embora assinalando as diferenças. Faz ressaltar o que há de bom nos meios pagãos, exaltando o publicano virtuoso e o Samaritano caridoso. Abstém-se de condenar a lei, dizendo que vem apenas aperfeiçoá-la. Superior a Moisés, nem por isso deixa de lhe ser o continuador, e, se pode levá-lo mais longe, é que o coração duro dos homens foi amolecido lentamente pela penosa experiência da sua impotência. Agora, o progresso vai declarar-se. O que o mundo

pagão autorizava, Jesus condena; o que Moisés concedia à dureza dos corações, Cristo recusa-o.

A ação divina no mundo é de uma continuidade que a sua matéria condiciona e perturba frequentemente, mas que tende a subir. Já que hoje os tempos estão maduros pra uma transformação profunda, cumpre organizar os méis desta. Faz-se mister uma alma nova aos humanos, ei-la: O Espírito do Evangelho. Mas, para que essa alma trabalhe, é preciso, como dissemos, que organize para si um corpo. Sucedendo ao corpo plasmático das antigas organizações, ao corpo embrionário constituído pela sinagoga, torna-se necessário agora um corpo religioso que corresponda à idade perfeita das revelações, à vida plena da grande obra. É esse corpo que vamos ver brotar sob a ação humilde, harmoniosa e pejada de imenso porvir que devemos agora contemplar.

II

Quando se diz que Jesus Cristo fundou a Igreja, há quem peça para ver, no tempo dele, um grupo religioso semelhante ao nosso, diferindo apenas pela amplitude. Teremos de dizer até que ponto, filosoficamente, essa concepção é falsa. A Igreja, nos seus primórdios, tem apenas delineamentos; porém faz-no-los vez no próprio dia em que a ideia nova vital é lançada na sua matéria consciente.

Jesus faz-se reconhecer; fala, e a sua influência, que é uma lei de vida, apossa-se da matéria ambiente na medida em que essa matéria está preparada para recebê-lo. “Vem!” diz ele, e a pessoa vem (Mt VIII, 9; Mc X, 21; Jo I, 46). Ou mesmo, como no caso de Madalena, de Nicodemos, nada havendo ele pedido, acorre-se, reconhecendo nele o ideal que se procurava. Assim as substâncias que o turbilhão vital arrasta colocam-se sob a lei da alma.

A alma espiritual introduzida no mundo por Jesus vai assim, por atração, por conaturalidade, constituir para si um corpo. *Ninguém vem a mim*, dizia o Salvador, *se meu pai não o atrair*. Que é essa atração do Pai, se não é Deus vivo nas almas sob a forma de um apetite sobrenatural que ele provoca, e que em seguida saberá satisfazer, quando essas almas tiverem reconhecido em Cristo o meio de realizarem o que procuravam?

Essa atração interior constitui rapidamente a Jesus um grupo de aderentes, homens e mulheres, em número bastante grande, entre os quais emergem e se distinguem, nomeadamente escolhidos, setenta ou setenta e dois discípulos. Digo nomeadamente, embora nenhum catálogo autêntico nos tenha chegado; mas a cifra setenta (ou setenta e dois segundo os manuscritos) é dada por Lucas (X, 1), e alguns nomes sobreviveram, como Barnabé ou Sóstenes.

Um terceiro grupo mais restrito e especialmente eleito será o dos Doze, entre os quais Pedro, Tiago e João parecem formar ainda uma seleção. Enfim, Pedro revela-se como o chefe, o centro de unidade para o futuro, quando o centro eterno, Cristo, se tornar invisível.

Ora, Jesus toma bem cuidado de dizer aos que terão um papel no Estado espiritual por ele construído, que Ele os escolhe, e não apenas os recebe por uma

espécie de acessão passiva (João XV, 16). Assinala assim a sua intenção, que é de lhes conferir um poder social. Intenção que aliás se revela em múltiplas palavras assaz conhecidas, palavras que não deixam dúvidas senão aos que dúvidas procuram.

E que a sociedade que ele assim funda não seja uma sociedade particular, porém a cidade universal das almas, é o que já assinala simbolicamente essa cifra *doze*, que corresponde às doze tribos, isto é, à humanidade religiosa provisória, ao novo Israel, à Igreja incoativa de que falamos, e também a cifra *setenta*, ou *setenta e dois*, que correspondia, segundo a tradição judaica, ao número das nações da terra, a que o Evangelho concerne. O próprio Jesus faz ressaltar esse simbolismo, prometendo aos Doze uma glória que ele figura por *doze tronos, julgando as doze tribos de Israel* (Mt XIX, 28). Julgar as doze tribos de Israel no fim dos tempos, é julgar o mundo, havendo-se este, graças à Igreja universal saída da sinagoga, tornado o prolongamento religioso de Israel.

Mil vezes tem-se feito notar que esses fundamentos da obra cristã, os apóstolos, não são uns letrados, uns filósofos, ou pessoas importantes nos seus grupos; são pessoas de pouca importância. Não que haja nisso o menor exclusivismo democrático; o Evangelho não é propriedade dos pequenos mais do que dos grandes; não se deixará que ele seja açambarcado por ninguém; mas, se – pelo espírito ou pela situação – devem os grandes ser mais tarde incorporados ao organismo constituído, é útil que eles próprios não sejam constituintes, para não parecerem usurpar o papel assimilador que pertence à ideia vital.

O estabelecimento da Igreja toma assim o seu ponto de partida. Simples lineamentos, mas com um espírito ativo e com centros de ação organizadora, que já se coordenam numa espécie de encéfalo, na pessoa de Pedro. É o embrião no início do desenvolvimento. Jesus experimenta-lhe, por assim dizer, a vitalidade e convida-o a tomar por si mesmo a consciência dela, confiando aos Doze, até aqui instruídos pouco a pouco, missões que servirão de prelúdio à conquista do mundo. Que isso esteja preñado de todas as realizações e de todas as organizações ulteriores, fá-lo Jesus ver, e assinala simultaneamente a unidade, a significação transcendente e o futuro da sua obra numa circunstância que figura entre as mais solenes da história cristã.

Era em Cesárea de Filipe. Julgando chegada a hora de se declarar completamente, Jesus pergunta de repente aos Doze, depois de fingir interrogá-los sobre o estado da opinião pública no tocante à sua pessoa: *E vós, quem dizeis que eu sou?* A esta pergunta inopinada, é Pedro quem se levanta e quem, com o entusiasmo pronto que está na sua índole, mas, quanto ao fundo, inspirado de mais alto, exclama: *Tu és o Cristo, o filho do Deus vivo.*

Feliz és tu, declara-lhe o Salvador, *feliz és tu, Simão Bar-Jona!* – e lhe declina os seus nomes de homem para convidá-lo a compreender que o que se passou nele não é do homem. – *Não foram a carne nem o sangue*, quer dizer, a educação doméstica ou a intuição humana, ainda quando trabalhasse sobre os dados que lhe fornece o espetáculo de uma vida divina, *não foram a carne nem o sangue que te revelaram estas coisas, porém meu Pai que está nos céus.* É preciso a intervenção dos céus para a palavra de fé tal como ela vem à autoridade em vista do grupo. Porquanto foi em vista do grupo, e como que já em seu nome, que Simão falou inspirado do alto.

Logo lho declara Jesus, e sua réplica é ao mesmo tempo uma espécie de recompensa pessoal e de definição da Igreja: *E eu te digo: Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja, e as portas do inferno não prevalecerão contra ela.* Falar assim não é fundar a Igreja num trocadilho, como levemente disseram alguns; é dar o seu emprego natural a um nome simbólico atribuído desde o início a Simão, conforme o costume judeu, quando Jesus lhe disse, escolhendo-o: *Tu que te chamas Simão filho de Jonas, chamar-te-ás Kephas*, quer dizer, Pedro, ou Rochedo (Jo II, 42).

Portanto: *Tu és Pedro, e sobre esta pedra edificarei a minha Igreja.* A ideia de uma construção regular e durável é aqui nitidamente afirmada. Não se trata de uma assembléia de acaso, formada de próximo em próximo, mas de uma obra fundada que subsiste. *E as portas do inferno não prevalecerão contra ela.* As portas do inferno, quer dizer, as potências da morte, que triunfam de tudo o que é humano, que se fecham, indiferentes e fatais, sobre tudo o que a natureza ou o homem sós põem a lume; quer dizer, ainda, as potências do mal, de que Satanás é o tipo, e cujas cidadelas se erguem em face da cidade do bem. A Igreja não sucumbirá a nenhum desses ataques; a Igreja não morrerá, e seu fundamento, a sé de Pedro, durará tanto quanto ela. Tal é a promessa. “Fato curioso, observa Henri de Tourville, o desse homem da Galiléia, que não teve em sua pessoa nada de extraordinário, e a quem um amigo, aldeão de Nazaré, usando do mundo e do futuro como senhor, por sua simples autoridade e com uma palavra colocou no pináculo da história e à frente da humanidade”⁴.

Na continuação do texto, a função de chefe é figurada pelas chaves, insígnia do intendente ou mordomo de palácio. *Dar-te-ei as chaves do Reino dos céus*, isto é, o poder de admitir ou de rejeitar os fiéis. No Apocalipse, é o próprio Jesus quem traz as chaves de Davi, como Grão Mestre do Reino de Deus. Aqui trá-las-á, por procuração o seu discípulo chefe, primeiro porteiro do Reino.

Esse reino evidentemente é a Igreja, visto que Jesus acrescenta: *Tudo o que ligares na terra será ligado no céu, e tudo o que desligares na terra será desligado no céu.* Esse poder de ligar e de desligar, que significa permitir ou proibir, é relativo às ações ou às coisas, assim como o poder de admitir ou de rejeitar é relativo às pessoas. Assim, o magistério de fé indicado pela primeira declaração do Mestre (como aliás por muitas outras palavras), e o magistério governamental implicado na segunda, são claramente definidos.

Tinhamos razão de dizer que um tal fato é central no estabelecimento evangélico da Igreja; ele serve de base à obra, com a sua forma hierárquica claramente centralizada, é necessária à ação espiritual predita. Tudo, partindo de uma Encarnação para se adaptar à natureza carnal ao mesmo tempo que espiritual do homem, tudo deve envolver em seguida no visível, e não no espiritual puro, isto é, no invisível. O que deve ser visto é a humanidade nova agrupada em torno de Cristo, redimida, unida ao Pai com sua própria unidade, animada pelo Espírito. Isso não é possível sem uma organização social, sem uma representação, sem uma diversidade de funções exprimindo a diversidade humana na unidade, à maneira de um corpo. E, como um é que manifesta melhor um, do mesmo modo que, no ponto de partida, tudo se concentra na unidade de Cristo, concebe-se que a representação principal de Cristo seja por sua vez unitária. Donde a eleição de Pedro, ponto de partida do Papado, Jesus não

mencionou expressamente sucessão; mas criou o papel; mais tarde, como agora, bem forçoso era fosse esse papel desempenhado. O próprio Jesus coloca a duração de sua Igreja na dependência do Rochedo sobre o qual a funda, e di-la perpétua. Pode-se, pois, pensar que, se desde o início ele assim não houvesse disposto, isso se teria espontaneamente estabelecido mais tarde, bem longe de ser um desvio posterior, como pretendem alguns, e um plágio da autoridade romana.

Quando ao magistério sacramental, este resulta de outras declarações não menos precisas, das quais dentro em pouco encontraremos a principal.

Mas, antes das palavras supremas e antes do supremo apelo ao futuro, a instituição da Igreja necessita, no presente, de uma consagração dolorosa.

Os pactos sociais da antiguidade selavam-se sempre por um sacrifício. Por isso dizia-se: *ferir* uma aliança, *matar* uma aliança: *ferire foedus, mactare foedus*. Um sacrifício mais alto deve aqui intervir, porque a aliança entre Deus e o homem, em mira a fundar essa vida em comum que é a Igreja, requer da parte do homem um esforço de ascensão e de purificação que não pode ter lugar sem dor. O Filho do Homem assume-lhe o encargo coletivo, e acha-se preso por sua obra numa espécie de engrenagem onde deve necessariamente sucumbir.

Nos confins de todos os mundos, entre o passado e o futuro, entre a terra e o céu, entre a matéria e o espírito, entre a culpabilidade e a justiça, deve ele ser esmagado e sacrificado pela aproximação temível que ele tem por missão promover.

O passado não quer perecer; o futuro tem dificuldade de nascer; toda passagem renovadora é acompanhada de conflitos; todo nascimento é uma crise.

A matéria não quer ceder; o Espírito desarranja-a nas suas combinações e nas suas esperanças; ela vai resistir, e resistirá a ponto de Pascal poder dizer: *Jesus estará em agonia até o fim do mundo*. A sua agonia presente será causada pela resistência imediata de um meio corrupto, símbolo bem indicado daquilo a que o Salvador chamava *o mundo*.

Quanto ao céu e à terra, estes não podem juntar-se e unir-se senão no crisol do amor – amor reparador, em relação a um passado carregado de responsabilidades e de misérias; amor inspirador, prestimoso e vencedor em relação ao futuro.

Ora, esse amor deve ser visível e para sempre indiscutível. *Ninguém ama mais*, disse o próprio Jesus, *do que aquele que dá a vida por seus amigos* (João XV, 13). Em Cristo martirizado, Deus e o homem dar-se-ão reciprocamente essa prova. O homem morrerá por seu Deus; um Deus morrerá por seu Deus; um Deus morrerá pelo homem. Desse duplo selo do Testamento, o rótulo da cruz será o quirógrafo. Em hebraico, a língua do passado religioso; em grego, língua da civilização temporal; em latim, língua do poder viril e conquistador do Romano, poder-se-ão ler os perdões e as munificências celestes, as retribuições generosas e os esforços de uma criatura assim prevenida pelo amor.

Grandezas de carne, grandezas de espírito e grandezas de caridade, consoante a divisão célebre de Pascal, unificar-se-ão assim na caridade superabundante e mortal. O passado, sublevado em tempestade, por mais que julgue quebrar e suprimir o que considera ser antagonista, não fará senão desprender violentamente da árvore humana o

grão de futuro que é Cristo, e, sepultando-o numa terra que ele próprio contribui para tornar fecunda, graças aos cuidados de uma Providência mais forte do que as suas cóleras preparará as futuras germinações.

Foi o que repetidas vezes Jesus procurou dar a compreender aos seus. *Se o grão de trigo caído em terra não morre, dizia-lhes ele, fica só; mas, se morre, dá muitos frutos* (João XII, 24). Cumpre dizê-lo, a esse pensamento eles eram refratários. O próprio Pedro, a despeito das suas declarações proféticas, antes por causa mesmo dessas declarações, cujo sentido profundo lhe escapava, Pedro exclamara um dia: *Longe de ti isso, Mestre!* E o mestre, voltando-se, lhe dissera: *Retira-te de mim, Satanás, tu me serves de escândalo* (Mt XVI, 23). Ele reencontrava no discípulo o Tentador dos seus primórdios, que o excitava a subtrair-se indene e glorioso a uma obra essencialmente mortal. Então, insistindo no sentido da sua profecia, o Salvador especificara: *É necessário que o Filho do Homem sofra muito, e seja morto, após o que ressuscitará ao terceiro dia* (Lc IX, 22).

Efetivamente, cumprido o rito, consumado o sacrifício e fornecida a prova, Cristo não tem razão para ficar no túmulo. Convém que saia dele, provando, pelo seu domínio póstumo sobre a morte, o seu domínio anterior, e em consequência o caráter generoso da sua paixão. *Dou minha vida para retomá-la*, disse ele, *e ninguém me rouba; mas dou-a eu mesmo; tenho o poder de dar e o poder de a retomar* (Jo X, 17).

Tendo-a, pois, retomado após o silêncio misterioso dos três dias, ele retoma ao mesmo tempo a sua obra. A sua morte era um simples episódio. Longe de ser um fim, era o verdadeiro começo, visto que, indispensáveis como são as utilidades que dela virão, não se podia verdadeiramente começar senão depois desse aparente fim de tudo.

Eis que de novo Jesus aparece e fala. Quarenta dias de sobrevivência correspondem aos quarenta dias do deserto, enquanto ele preparava a sua missão. Então ele jejuava, privando-se de um alimento necessário. Agora, come sem mais ter fome, liberto das misérias mortais, porém querendo condescender e provar.

Os quarenta dias do deserto foram a transição entre a vida oculta e a vida ativa; os quarenta dias de sobrevivência serão a transição entre a vida individual e a vida de Cristo em seu “corpo” social. O Cristo individual mostra-se assim desaparecendo, voltando ao espiritual completo, e, se a sua vida terrena foi o último passado, se a sua morte foi o instante solene dos nascimentos, a sua sobrevivência é o primeiro futuro. O caminho doravante está aberto a uma obra que ele concebeu como Deus, aceitou em nome de todos como homem, e iniciou como síntese viva dos dois princípios que agora se trata de fazer agir.

Após a dupla lição de coisas da cruz e do túmulo glorioso, os discípulos estão maduros para uma colaboração consciente e efetiva. Jesus lhes fala como a quem de ora em diante pode ouvir. O Espírito virá, que lhes confirmará tudo. Mas desde já ele, Jesus, lhes põe nos ouvidos palavras cujo som não mais poderá extinguir-se. Diz-lhes: *“Todo poder me foi dado no céu e na terra. Ide, pois, e ensinai todas as nações, batizando-as em nome do Padre, do Filho e do Espírito Santo, e ensinando-as a*

guardar tudo o que vos mandei. E eis que eu estou convosco todos os dias até o fim do tempo” (Mt XXVIII, 18).

A presença misteriosa de que o Salvador aqui fala entende-se de várias maneiras. É a presença eucarística; é a presença interior pela graça que o Espírito Santo traz. Mas é também a presença social por procuração. Porquanto, tomando à parte Simão Pedro, Jesus lhe reitera solenemente os seus poderes. Diz-lhe: “*Apascenta minhas ovelhas, apascenta meus cordeiros*” (Jo XXI, 15).

O serviço da palavra de Deus pelos apóstolos e seus sucessores; a administração do batismo, o sacramento da entrada, que coloca o cristão na trilha de todos os outros sacramentos; o exercício da autoridade por um grupo que tem por chefe claramente designado Pedro e sua sequência sucessora (já que isso deve durar até o fim do tempo); tudo isso acha-se, pois, determinado. E tudo isso é a Igreja.

Alguns têm dito que essas palavras tão claras não pertencem à história, por nos virem de Cristo ressuscitado, o que, sem dúvida, no pensamento deles, quer dizer: de um Cristo de sonho. Mas Cristo ressuscitado é para nós coisa mui diversa de um sonho. Já não é mais, se se quiser, um ente histórico no sentido pleno do termo, já que a sua vida, doravante transcendente, escapa às leis do que se agita no tempo; mas é um ser historicamente agente, visto que se manifesta por fenômenos reais, insertos na trama da história, e que nela produzem efeitos. Aliás, as mesmas coisas ouvimos da boca de Cristo vivo temporalmente, e nenhuma razão permite pô-las em dúvida.

A Igreja nasceu, pois, realmente. Nascida era ela desde sempre no seu Cristo-Deus. Nascida era em Belém no seu chefe homem e Deus. Nasceu de ora em diante em si mesma como sociedade organizada de uma organização inicial, mas positiva. Estreia humildemente; é bem o *pequenino rebanho* de que falou o divino Mestre (Lc XII, 32). Mas a esse rebanhozinho ele prometeu um reino. O reino dilatar-se-á pouco a pouco na terra, segundo a lei de desenvolvimento progressivo que foi a do mundo antigo, mas com um elemento novo, perfeito em si, posto que indefinidamente perfectível em nós.

E o reino assim regido, ao mesmo tempo que preparará o futuro da raça, salvará, alma por alma, aqueles que quiserem submeter-se às suas leis. Procriará eleitos para encher o céu. O *Reino dos céus terrestre*: tal será o nome da Igreja “militante”. O *Reino dos céus* puro e simples: tal será o nome da Igreja “triumfante”. Um dia, eles se juntarão, quando Aquele que vai partir voltar, desta vez liame definitivo entre as duas séries de fatos que dividem a vida do homem: fatos temporais, fatos eternos; fatos materiais, fatos espirituais; fatos do passado e do presente, fatos do futuro.

É a segurança que, para acabar, mensageiros celestes dão aos Doze, depois que a nuvem de luz lhes furtou aos olhos o Senhor que sobre ao céu, sobre o horizonte de Jerusalém e do mundo.

Mas, antes, a série dos tempos religiosos deve desenrolar-se ainda sobre este solo. Os apóstolos e a Igreja têm de cumprir a sua missão do tempo: recrutar adeptos ao plano divino, regê-los, e, para isso, organizar-se, progredir, defender-se, estabelecer a obra no coração do tempo, e prossegui-la. É o que os veremos empregar-se com uma atividade e um êxito que evidentemente parecerão exceder o homem, tão eficaz será o

Espírito deixado como sucedâneo divino por Aquele que acabava de pôr termo à sua presença visível.

O Espírito! O Espírito do Cenáculo com suas línguas de fogo, com o seu vento violento, com os seus dons e os seus presságios, dele se pode dizer que pela sua vinda, o seu coroamento à obra de fundação da Igreja. Realiza-lhe a *Confirmação*.

A ascensão e a sediação à *destra do Padre* rematam e levam ao perfeito a divina Pessoa dada à Igreja com “cabeça”; libertam-na da sua mortalidade e das suas outras fraquezas voluntárias: assim o corpo místico vem ao perfeito pelo dom integral do Espírito e pelas graças sociais do Cenáculo.

Como essas graças são o efeito dos méritos de Cristo, só são outorgadas na sua plenitude após o acabamento da obra meritória e da sua consagração celeste. Era por isto que Jesus dizia: “*Se eu não for, o Paráclito não virá a vós; mas, se eu for, vo-lo enviarei*” (Jo XVI, 7).

Eles vem. E não se pode negar que não haja nisso um milagre psicológico de primeira ordem. É o Espírito que torna de repente viris e claridentes aqueles homens tão pueris, dantes tão inconscientes a respeito das realidades de que durante três anos foram circundados e que lhes fizeram o efeito de um mistério turvo; a respeito d’Aquele com quem viveram e a quem até o fim, de certo modo, não conheciam (Jo XIV, 9); a respeito da obra e da sua significação verdadeira, da vida e da morte de Cristo que por tantos lados foram para eles um escândalo, da sua própria ressurreição, que os deixou deslumbrados, esmagados de espanto, mas do que lucidamente convencidos; a respeito, enfim, do seu próprio papel, ainda tão mal julgado, tão mal aceito, e da parte deles objeto de tanto temor.

Eles têm agora a intuição de tudo. A breve irradiação de Cesareia de Filipe, não seguida de efeitos a ela proporcionados, seguida de uma negação, tornou-se em Pedro, e solidariamente nos outros, uma claridade sem trevas. Tantos ensinamentos, estímulos e preceitos docilmente recebidos, porém mal assimilados e mal harmonizados, unem-se num feixe. Empolga-os uma certeza que, deles, os pusilânimes de ontem, vai fazer uns heróis e uns conquistadores. É uma transformação radical. A alma deles iluminada poderia dizer como Paulina em *Polieucto*:

Vejo, sei, creio estou livre de ilusões.

E essa fé ardente, prática e comunicativa é a que vai transmitir-se; é a que já se manifesta na multidão ambiente, onde um vasto lance de rede testemunha a sua força; é a fé da Igreja recém-nascida; é a nossa. E é o *Milagre da Igreja* na sua consumação inicial.

Este termo inicia torna sempre, porque a Igreja está sempre no seu começo, como tudo o que é do Espírito. Mas enfim, tudo aqui é consumado em preparação se tudo começa como realização. Pela descida do Espírito Santo sobre os Apóstolos, a Boa Nova evangélica pode, como o fará S. Paulo, definir-se plenamente “*a virtude de Deus para a salvação dos que crêem*” (Rm I, 16). Os homens de todos os tempos terão parte nela em razão dos Doze assim investidos. A própria vida futura ficar-lhes-á a dever. Esses homens vêm a seu tempo, de um futuro eterno. Sem dúvida eles mesmos

têm pensamentos mais humildes; obedecem; mas com toda certeza grande lhes é a esperança. Eles esperam, como Abraão, *pela cidade de fundamentos sólidos de que Deus é o arquiteto e o construtor* (Hb XI, 11), e, se, nesta nova fase do trabalho, eles não verificam mais do que o patriarca o *efeito* definitivo das *promessas*, sabemos que eles o *viram e saudaram de longe* (Ibid, 13)

CAPITULO III

OS PRIMEIROS DESENVOLVIMENTOS DA IGREJA

I

Quando se aborda a delicada questão do desenvolvimento religioso, tal como ele deve revelar-se e efetivamente se revela na Igreja, fica-se em presença de três tendências intelectuais – para não dizer três sistemas – dos quais dois representam extremos, deixando lugar, como sempre à via média, por onde atenta e tranquilamente se comprar em caminhar a sabedoria.

A primeira concepção: a Igreja, nos seus primórdios, era ou devia ser o que é hoje, salvo a amplitude.

Segunda concepção, situada no outro extremo: nos seus primórdios a Igreja não era e não devia ser nada do que é hoje; veio a sê-lo por força dos homens e das circunstâncias, *por acidente*, diria um filósofo, semelhante à bola de neve que engrossa rolando, corre para a direita e para a esquerda, e agrega a si os calhaus da estrada.

Terceira concepção, que se vai reconhecer, pois não podíamos deixar de explorá-la antes de defini-la – e sem ela tudo não teria passado de dispersão e acaso nos pensamentos que, pelo contrário, nos pareceram ligar tão fortemente os fatos da história; - a Igreja, nos seus primórdios, era um germe *definido*, e a este título, sob este aspecto, perfeitamente idêntica ao que é hoje. Como se eu dissesse: o frango é o ovo; o carvalho é a glande; porquanto, do ponto de vista da espécie, de um ou de outro só sai aquilo que deve sair, aquilo que portanto nele se achava contido de antemão. De que maneira ou de que outra? Decidi-lo-emos dentro em pouco; mas isso aí se acha em todo caso, certa e mui determinadamente; as circunstâncias exteriores não farão senão dar à ideia vital ensejo de se revelar o que é; as direções particulares, assim tomadas, darão ao produto último uma fisionomia em relação às circunstâncias atravessadas e as influências que elas comportam, mas sempre sob o governo da ideia vital, que detém todo o essencial.

Por aí se pode ver que, quanto à opção há pouco proposta, procedemos à maneira de Platão, que dizia com boa graça: “Quando me pedem optar entre duas coisas, faço como as crianças, tomo-as ambas”. Tomamos, com efeito, as duas opiniões precipitadas, completando-as e corrigindo-as uma pela outra.

Nos seus primórdios, a Igreja era o que é hoje? Exatamente, mas no estado envolvido, como que um germe. Nos seus primórdios, a Igreja não era nada, ou quase nada, do que ela é hoje? Realmente! Absolutamente não o era no estado desenvolvido, no estado de fenômeno histórico manifestado, evoluído; era-o, todavia, da outra maneira.

Esta decisão, ousarei dizer, aclara o debate tanto quanto ele pode aclarar-se, o que não significa completamente. Porquanto restaria definir o que é essa existência em germe com que queremos mimosear a Igreja. Confessarei, mesmo, que este o fundo do

debate; porque ninguém estaria disposto a negar, em princípio, que, em relação à nossa, a Igreja de S. Paulo seja uma espécie de germe. Somente quando se quer precisar, diverge-se e, ao olhar bem a coisa, a divergência parece porvir de uma diferente concepção filosófica daquilo que se entende por germe.

Há quem imagine que um germe é propriamente a coisa a obter, salvo a estatura. Era a ideia de Anaxágoras, com suas *partes similares*, ou *mínimas*, pretensão ponto de partida das gerações. É o que a imaginação popular concebe, quando de bom grado imagina, num ovo um franguinho invisível, numa bolota num carvalho minúsculo com galhos dobrados, como um guarda-chuva em repouso na sua capa.

Mas isso é uma ideia de criança. Não é de admirar que, aplicada à Igreja por um subentendido inconsciente, ela pareça colocar-nos em má postura para com a história. Com efeito, ela nos obriga a achar na Igreja primitiva o que nela não se acha: um organismo diferenciado, munido de tudo o que hoje chamamos essencial, senão mesmo do acessório a que estamos acostumados. Como se devêssemos achar nessa igreja inicial, desempenhando o papel das *partes mínimas* de Anaxágoras, um pequeno cardinalato ou uma pequena congregação do Índex.

Felizmente, esta concepção a ninguém se impõe. Não é assim que Deus cria. Na natureza, ele nos mostra como procede isso. Analisai um grão, mesmo que seja ao microscópio, e nele não achareis uma arvorezinha. Não há nele nem galhos, nem folhas nem flores, nem, com maioria de razão, frutos; se os houvesse, sendo esses próprios frutos embriões de árvores, forçoso seria contivessem outros frutos, que por sua vez conteriam outros, e assim sem fim.

Mas num germe não há nada de tudo isso. O que há, mormente logo no início, é uma virtude preformativa, que se apóia em condições materiais definidas, mas definidas sobretudo como poder, e não como realização obtida. Um ímpeto orgânico não é um desdobramento.

E que é então, com precisão? Grato ficaríamos a quem o dissesse. A esse pensador, a ciência poderia votar uma *coroa mural*: ele teria sido o primeiro a escalar a fortaleza de um grande mistério. Toda a natureza repousa nesse poder de desabrochamento, que se revela ocultando-se, como a própria Divindade.

Resignemo-nos. Mas é bastante dizer: a Igreja desenvolve-se através dos tempos como esses objetos de natureza que conhecemos, aos quais não opomos objeções, dos quais somos – entendo: os viventes.

E isso significa duas coisas que, dizia eu, corrigem uma pela outra as opiniões extremas. Isso significa que a Igreja é caracterizada, desde o início, segundo todos os caracteres íntimos que nela se revelarão mais tarde na forma histórica: assim o ovo ou o grão de uma certa espécie contém em si as características completas dessa espécie. E, por outra parte, isso significa que a Igreja, no início, não possui, nem precisa possuir, as formas históricas com que a agraciará o futuro: assim o ovo não contém nem bico, nem patas, nem penas.

Mister se fará, pois, que no curso da sua longa vida, se introduza constantemente na igreja o *novo*. Mister nunca se fará, porém, que nela se introduzam *novidades*. Esta distinção absolutamente não é verbal. É capital em toda a medida do possível. A nossa Igreja sempre viu um abismo entre essas duas coisas.

A *novidade* é o elemento estranho que permanece estranho, que se justapõe e não se assimila, porque é incapaz disto, ou porque a questão nem sequer se apresenta, de vez que o todo não passa de um magma sem ideia vital. Se a Igreja crescesse assim, seria a bola de neve de inda há pouco, a qual na partida quase nada absolutamente tem daquilo que terá mais tarde.

O *novo* é o elemento estranho que se assimila, porque é assimilável, porque era chamado ou aceito antecipadamente por propriedades concordantes com as suas, e porque lá estava, pois, contido em oco, se assim posso dizer, antes de fornecer o cheio. Assim os elementos cedidos à planta pelo ar, pela água e pela terra a ela se incorporam, e entram sob a sua lei de vida, deixando-a, pois, à sua essência.

A esta luz, abordaremos o exame dos fatos.

Eis os Doze agrupados em torno de Pedro, que, como a crítica cada vez mais reconhece, é mui verdadeiramente o personagem principal (*princeps*) da primitiva Igreja.

Como consequência da sua designação e como início da sua missão, Pedro foi o primeiro a ver Jesus ressuscitado, o primeiro a crer e a comunicar a sua fé aos outros. É por proposta dele que Judas é substituído, para que o número das testemunhas esteja completo, em acordo com o simbolismo universalista observado quando falávamos do estabelecimento da Igreja (At I, 13). Ele é que será o porta-voz de todos perante o Grande Conselho (At IV, 8). Relatando este último episódio (V, 29), dizem os Atos: “*Pedro e os apóstolos*”, fórmula evidentemente intencional. Até o fim continuar-se-á a dizer: Pedro, o Rochedo, nome simbólico, como se sabe, ao passo que os outros sobrenomes dados pelo próprio Jesus não sobrevivem, e embora esse nome absolutamente não esteja em uso nos meios hebraicos ou helênicos.

O grupo apostólico, com o das mulheres galileias, de que Maria, mãe de Jesus, é o vínculo, reuni-se num *hyperdon*, câmara alta que dá para um terraço, à moda oriental.

Em volta desse primeiro círculo, um segundo se estabelece, composto dos convertidos de Jerusalém: cerca de cento e vinte pessoas, no momento da morte de Jesus. Pela sua primeira pregação, Pedro agrega três mil (At II, 41). E em volta deles um terceiro grupo vai logo constituir-se: os Helenistas, cujo caráter particular muito contribuirá para o desenvolvimento ulterior da Igreja, ao mesmo tempo que para o seu êxito exterior. Estes dois efeitos condicionam-se um ao outro. Conquistando o que lhe é assimilável, o cristianismo toma consciência de si, como o vivente se desperta a si mesmo reagindo sobre o que seu meio lhe traz. A vida é um círculo.

O grupo de que eu falo difere muito, pelo espírito, dos Judeus de Jerusalém. Os Helenistas são Judeus, porém Judeus transplantados, que vivem ou viveram em terras de civilização greco-romana. A sua língua é o grego, em vez do aramaico ou do hebraico. A sua cultura e costumes são hauridos na gentildade, em vez de terem permanecido locais. Eles são fiéis ao judaísmo, porém o encaram mais largamente. Onde, entre os Judeus formalistas de Jerusalém, a tendência para considerá-los como conformistas um pouco suspeitos, às vezes mesmo como traidores. E, inversamente,

como sempre, tendência da parte dos Helenistas a olharem os Hebreus intransigentes como espíritos estreitos e casmurros.

Quando o Evangelho se apresenta a uns e outros, aceito com um mesmo coração – pois aqui falamos dos convertidos -, nem por isto é julgado com um mesmo espírito. Os Hebreus vêem nele sobretudo uma reforma judia, e a ele se agregam como outros se agregam aos Essênios ou aos Fariseus. Os Helenistas saboreiam-lhe melhor a novidade, e puxarão no sentido de S. Paulo, quando vier a grande crise.

Um incidente de vida diária serve de ocasião à ampliação do quadro religioso constituído pelos Doze, e essa ampliação produz-se no sentido universalista, porque assim o quer o ímpeto evangélico.

Havendo-se elevado no grupo dos Helenistas uma queixa porque, dizem eles, suas viúvas são desprezadas nas distribuições cotidianas – e sem dúvida eles viam nisso uma parcialidade que lhes chocava o senso católico tanto e mais do que os seus interesses -, os Doze lhes fizeram justiça sob forma a mais elevada e significativa. Estabelecem diáconos, para presidirem às particularidades da vida comum, e escolhem estes indiferentemente dos grupos. É marcar uma etapa na constituição da hierarquia. É, ao mesmo tempo, afastar-se do princípio de uma religião nacional.

Na pessoa de Estevão – e o caso de Estevão será em breve legião – o papel de diácono vai forrar-se do de teólogo e apologista. Assim, insensivelmente, por meios de vida, opera-se uma diferenciação; a árvore cresce.

Os Doze, muito explicitamente, reservam-se o *testemunho*; Estevão e seus semelhantes encarregar-se-ão de sistematizar e de concluir. Estes dois papéis subsistirão. Enquanto o Apóstolo ou o sucessor de Apóstolo – bispo, papa, representante da tradição apostólica tomada como tal – testemunha e diz: este é o ensino de Cristo, o teólogo acrescenta: eis aqui, a meu juízo, o que dele se pode concluir, como se pode compreendê-lo, em que sistema de idéias se pode fazê-lo entrar; e o apologista diz: eis como se pode defendê-lo. É coisa inteiramente diversa. Dogma e teologia, dogma e apologia não se confundem.

Na época de que falamos, o dogma é chamado *atestação*. “Atestar”, ou “falar a palavra do Senhor”, é até então o papel dos Doze. Um pouco mais tarde, estabelecer-se-á entre os diáconos e os apóstolos uma dignidade intermediária: os Anciãos, ou Presbíteros, que terão voz deliberativa com os Doe e os ajudarão a reger o rebanho.

Nesse termo *Presbítero*, ou *Ancião*, de onde virá o termo *sacerdote*, acha-se inclusa uma filosofia. O sacerdote, na Igreja Católica, historicamente é o representante do passado; e é um *ancião*, ainda quando seja jovem, sendo, como é, o representante dos apóstolos e do Cristo histórico, cuja ação ele prossegue através do tempo. E, misticamente, é o representante não já somente da antiguidade cristã unida ao seu Cristo, mas do céu, quer dizer, da antiguidade absoluta, ou eternidade. Dessarte, ele é o *ancião* por excelência, o mais velho de todos.

Como se vê, a ampliação faz-se, mas a partir do centro, e sem nada tirar à ação do centro. É uma lei da vida que, quanto mais a diferenciação orgânica se amplia, tanto mais as funções centrais, em vez de cederem, assumem importância e mostram a sua necessidade. Pio XI necessita de autoridade muito mais do que S. Pedro.

Aquilo que não vive esfarela-se ampliando-se; aquilo que vive concentra-se, porque então a diferenciação é obra de um princípio que procura revelar-se mais completamente, e não dissolver-se. Se a dissolução ameaçasse, logo um movimento de concentração enérgico, excessivo se preciso fosse – o excesso é melhor do que muito pouco quando se trata de viver – restabeleceria a unidade comprometida.

Em todas as épocas da história este duplo caráter aparece na vida da Igreja: larga expansão em todos os sentidos, e, de repente, horror quase medroso, ou cólera, ante toda novidade. Foi este o último caso que observamos sobre Pio X, por ocasião da crise modernista. Queriam ampliar a vida e o pensamento católicos num sentido de dissolução assinaladíssimo, hoje evidente aos olhos de toda crítica sincera. A autoridade central reagiu. É possível que a vaga em retorno tenha ido, em alguns, mas longe do que fora mister; mas agora o equilíbrio está restabelecido, até nova crise.

No início em que estamos, o perigo é antes no outro sentido, e um modernista no sentido católico do termo, Paulo, é quem, sem se separar da autoridade dos Doze, pelo contrário, apoiando-se nela de maneira mais explícita, mas tirando-lhe o sentido humano, para além daquilo que ela até então compreendia da sua missão, imprime à nossa Igreja o surto mais decisivo que ela tenha recebido e seguido não somente nos primeiros tempos, mas, pode-se dizer, em todos os séculos.

Seja qual for a diligência que um humano possa fazer no curso de sua existência longa e acidentada, ele nunca fará uma semelhante à do dia do seu nascimento, quando, abandonando dolorosamente o meio interior em que vivia, corta as suas amarras e confia-se a uma natureza que ele ainda não sabe materna.

Muito tempo será ainda preciso para que a criança cesse de se volver para sua mãe em atitudes de naufrago, com gestos quase brutais, como se quisesse retornar às suas antigas condições de vida e fugir deste mundo, que a espanta, enquanto não a apaixona.

Esses gestos reencontram-se no nascimento da nossa Igreja. Paulo é o parteiro enérgico que clama o ar livre para a criança. Pedro é o pai que não somente consente, mas que quer e tem, de forma muito real, a iniciativa, visto ser ele quem fala com autoridade. Tiago de Jerusalém, o “irmão do Senhor”, será o tio virtuoso, que por certo é benevolente para com a vida nova e para com os jovens doutores do progresso, mas cujo olhar é entretanto para o passado, como também as complacências. Quando Paulo vem a Jerusalém contar, com alegria, a difusão do Evangelho entre os Gentios, Tiago escuta e aplaude; mas, virando-se para o seu caro grupo de Judeus, acrescenta: “*Bem vêis, irmão, quantos milhares de judeus creram, e todos são zeladores da lei*” (At XXI, 17-21).

O centurião Cornélio foi o primeiro Gentio a tornar-se cristão sem incorporação ao judaísmo. O relato dos Atos que narra a sua conversão e batismo é uma das páginas mais tocantes e mais elevadas que se possam ler (At X). Ora, é Pedro quem o admite, tanto é verdade que na Igreja nada se faz sem a autoridade. Torna-se, porém, necessária uma visão para decidi-lo. Ele consente, com um espanto que só a sua admirável caridade consegue vencer: “*Agora, diz ele, reconheço que Deus não faz acepção de pessoas; mas que em toda nação lhe é agradável aquele que o teme e pratica a justiça*”. Era uma descoberta!

Por trás do centurião, via acaso Pedro a humanidade que corria para Cristo? E porventura o “*duc in allum*”, ao largo! Ao largo! Que Jesus um dia lhe diria, estaria alerta no seu coração? Sim, mas a sua vista fraca só captava desse futuro aquilo que dele era preciso para a ação imediata. Paulo, este, verá imediatamente largos horizontes; lançar-se-á a eles com uma paixão que fará dele o general do Verbo, “*dux verbi*” (At XIV, 11). A sua cultura, a um tempo judaica e um tanto helênica, as suas aptidões filosóficas, a sua experiência, o caráter impressionante da sua conversão, o fato de haver ele sido, no início, um perseguidor violento, dão-lhe uma grande força. Sua alma de fogo e suas graças eminentes farão o resto.

Em face das conversões pagãs, ele não dirá como que em tom de escusa o que Pedro disse à assembléia dos irmãos, ao voltar de Cesárea onde batizou Cornélio: “*Podia eu opor-me a Deus?*”. Mas sim, num entusiasmo cuja expressão perde aos nossos olhos a sua tonalidade brilhante, precisamente porque somos nós os beneficiários dela, exclamará: *Eis que segundo Cristo não há mais nem Judeu nem Gentio, nem Grego nem bárbaro, nem mulher nem homem, nem escravo nem livre, porque não sois mais do que uma só pessoa em Cristo* (Gl III, 28; Cl III, 11).

A gente não imagina quantas noções tais palavras subvertiam nos homens daquele tempo. Na cabeça deles, era todo mundo antigo que ruía. Isso se parece com o discurso daquele que viesse um dia dizer, talvez: Não há mais nem Franceses nem Alemães, nem Ingleses nem Russos, nem Japoneses nem Americanos, nem Italianos nem Tchecoslovacos; não sois mais do que uma só pessoa em humanidade.

A assembléia, de Jerusalém, onde sob a presidência de Pedro, por iniciativa de Paulo e com a alta autoridade moral de Tiago, se reúne o primeiro dos nossos concílios, consagra esta situação. Aí fica combinado que não se imporá aos cristãos o fardo da lei judaica, nem muito menos a circuncisão, sinal de incorporação política. Fato duplamente decisivo. Ressalta dele que o judaísmo é reconhecido forma transitória do movimento religioso autêntico, forma doravante ultrapassada: êxodo moral que lembra o de Abraão deixando o seu território caldeu. E, em segundo lugar, proclama-se que a religião definitiva, a de Jesus, é transcendente às organizações temporais, alheia às questões de raça, de nacionalidade, de sexo ou de condição, católica em suma.

A catolicidade de direito datava de Cristo, homem universal; datava dos profetas messiânicos; datava do berço da humanidade; mas a catolicidade oficialmente reconhecida data do concílio de Jerusalém. A partir desse dia, é operado o corte com o passado. Nascida da sinagoga, e parecendo fazer corpo com ela como a árvore com o rochedo cuja silhueta ela continua sobre o céu, a Igreja manifesta a sua autonomia; a árvore estende os galhos para que as aves do céu possam vir.

Vê-las-emos acorrerem em multidão. Mas, para que elas achem a sua vida e o seu abrigo debaixo da sombra, cumpre que os botões ainda fechados desabrochem em palmas verdes. Contemplemos um pouco essa primavera da nossa Igreja. Tudo nela é modesto como na humilde e potente alquimia do vergel; mas o ouro dos frutos está contido no chumbo resistente da terra; vê-lo-emos revelar-se em riquezas novas enquanto o sol do Espírito brilhar no nosso céu.

A decisão do concílio de Jerusalém parecia clara; era o realmente, porém os espíritos são sempre mais complicados do que as fórmulas. Expulsai o natural, e ele volta a galope. Expulsai um preconceito pela porta, e ele se introduz pela janela. O episódio moral que motivara a reunião e que parecia regulado completamente, reproduz-se pouco depois sob forma nova, sofrivelmente insidiosa.

Admitir-se-ão os pagãos à vida cristã sem se lhe imporem as observâncias judaicas: eis o que está convencionado. Vai-se, porém, colocá-los no mesmo pé que os outros? Em Jerusalém, o povo está habituado às categorias. Há os *prosélitos da Porta* que só transpõem o primeiro recinto do Átrio; os *prosélitos da Justiça*, naturalizados e incorporados; e, nos dois extremos, os Judeus autênticos e os Goim ou impuros estrangeiros. Não se poderiam fazer duas categorias de cristãos, os verdadeiros, os puros, isto é, os Judeus ou judaizantes circuncidados, e os outros, isto é, os Gentios convertidos mas não incorporados ao judaísmo?

A comunidade de Jerusalém não se presta muito a essa divisão, porque nela os Gentios são uma minoria inteiramente insignificante, pouco em condições de reclamar o seu direito, e sem dúvida não se capacitando da significação geral do seu caso. Mas a comunidade de Jerusalém enxameou depressa; os seus primeiros pregadores fizeram maravilha, e especialmente em Antioquia Paulo e Barnabé estabeleceram uma comunidade florescente, composta em grande parte de pagãos convertidos. Lá, o problema apresenta-se com toda clareza, como um problema social.

Ora, mui naturalmente os partidários da distinção em duas categorias propuseram que o seu sistema tivesse aplicação à refeição dos ágapes. O banquete fraternal comportará dois serviços: os dos Judeus ou cristãos de primeira linha; e o dos Gentios, cristãos de segunda zona.

Tendo vindo visitar a comunidade de Antioquia, Pedro deve tomar partido e figurar numa das mesas. Opta primeiro sabiamente, em conformidade com as suas próprias palavras no concílio. Mas, ante as reclamações dos seus compatriotas, cede. Paulo é forçado a intervir para obrigá-lo a pôr suas ações em harmonia com a sua doutrina. A ordem não deixa por isso de triunfar. A direção do futuro está tomada. Não se deixará dividir-se o *corpo de Cristo*. O símbolo da unidade, a Eucaristia, não se prestará a uma interpretação particularista. A senda judaica é decididamente abandonada, e, enveredando positivamente pela grande estrada humana, vai a Igreja poder organizar-se deveras, desenvolvendo aos poucos o que nela está latente.

Três direções paralelas impõem-se a esse desenvolvimento. A crença, o governo, o culto exigem uma expansão progressiva conforme às exigências aumentadas da vida nova. O tempo provê a isso com uma regularidade que trás constantemente ao espírito a mesma imagem: o ímpeto natural dos seres.

As crenças do início eram substancialmente o que são hoje. A nossa teoria do germe que contém na partida, tudo o que dele sairá – sem o conter, mas contendo-o entretanto, a saber, em potência de futuro, e não em ato explícito, - aplica-se a cada aspecto da vida católica tanto quanto ao conjunto.

O *Símbolo dos Apóstolos*, que não data dos apóstolos, mas que lhes exprime a crença tal como ressalta dos primeiros documentos, faz-nos ver que é que se vive então. Não insisto nisto. Porém muitas precisões sobre a natureza do Deus-Trino, sobre a pessoa e o papel de Cristo, sobre o plano religioso do mundo, sobre a própria Igreja, ainda estão por precisar.

A autoridade, que decide à medida que os casos se apresentam, como se vê nos Atos e nas Epístolas, como se verá mais tarde nos concílios, tão laboriosamente preparados, a autoridade, digo, instrui-se nas suas próprias decisões, como um grão inteligente se instruirá em se olhar crescer, só imperfeitamente sabendo o que ele traz em si mesmo. Por isso, mesmo ao olhar da autoridade, que é a cabeça mas que não é o corpo todo, há um desenvolvimento, uma instrução dogmática da Igreja.

Ademais, a *superedificação*, como se exprime S. Paulo (epoikodomé), isto é, a teologia, de que já falei, elabora suas teses, e algumas iluminam largamente os horizontes da fé. O próprio S. Paulo contribui para isso com um poder construtivo e uma penetração de que não há muitos exemplos.

Não posso entrar na minúcia das doutrinas, a qual nos arrastaria a longe demais. A história dos dogmas é um assunto denso, que aliás não é o nosso, visto estar entendido que nós salientamos o milagre, não narramos.

O que nos interessa é notar até que ponto, em semelhante matéria, eram fáceis os desvios. As heresias, isto é, as escolhas arbitrárias nas doutrinas correntes, ao invés da aceitação exclusiva daquilo que pode quadrar com o depósito revelado, seja por modo de identidade, seja como desenvolvimento natural ou legítima interpretação: tal é o perigo. Desde o início mostra-se ele temível. Muitos lhe sucumbem. Paulo repreende-os com sua virulência maternal, Pedro com gravidade, e João, acostumado às grandes imagens, fala das *profundezas de Satanás*, prestes a tragar os que não sabem manter-se nas alturas de Jesus Cristo.

Nem por isso deixam eles de dizer, uns e outros: “*Convém que haja heresias*” (I Co XI, 19). E, sem dúvida, na boca deles isso é a expressão de uma fatalidade; mas essa fatalidade é também uma providência. Reagindo contra a introdução de um corpo estranho, o organismo religioso toma consciência de si mesmo; reconhece os seus verdadeiros elementos, pessoas e coisas, e assim se afirma. Ademais, nunca sendo o erro mais do que uma verdade desviada rejeitando o agente que o utiliza, provando assim a um só tempo a universalidade de uma doutrina que não exclui senão o mal, e a sua unidade sob a forma de uma ideia vital.

Resta o perigo de intoxicação pela admissão irrefletida de germes mórbidos. Esse perigo é tanto maior quanto é rudimentar a organização da Igreja, e quanto uma grande liberdade individual se desenvolve nela. Os oradores, os inventores de noções têm nela uma influência fácil, e os abusos da inspiração pessoal correm o risco de pôr a conta do Espírito Santo as piores divagações.

Para remediar essa situação, mister se faz necessariamente reforçar a autoridade central. Por isso, são os mesmos os documentos que denunciam heresias e que nos mostram em flagrante os primeiros desenvolvimentos da hierarquia católica.

A hierarquia inicial, já lhe enumeramos os elementos; encarnam-na os Doze com Pedro à frente; os diáconos prolongam-na; entre os dois, os Anciãos, ou Presbíteros, partilham-lhe as atribuições sob controle.

É para notar que essa organização, todavia tão rudimentar, nem sempre tem todos os seus efeitos. Pedro está longe de representar o papel disso a que chamamos o Papa; confunde-se as mais das vezes com os Doze, e nós salientamos esta expressão: *Pedro e os Apóstolos*, que frisa a um tempo o primado e a pouca diferenciação que ele adquiriu.

Mais tarde, o bispo de Roma não será também imediatamente o Primaz universal de hoje. Quase que é só no século III ou no IV que o primado papal é nitidamente diferenciado, e ainda aí se está muito longe da manifesta supremacia atual. “Quando o homem está numa idade muito tenra, diz graciosamente o P. Clérissae⁵, a voz é indistinta; porém, quanto mais o organismo se desenvolve e se robustece, tanto mais a voz se torna expressiva e assume o tom pessoal. É essa toda a razão e toda a história do exercício, progressivo mas, desde o início, formal e contínuo, da autoridade papal na Igreja”.

Da mesma maneira, no grupo primitivo os Doze não têm a situação disso a que hoje chamamos bispos. São ao mesmo tempo mais e menos do que bispos. Mais, porque o contato direto com o Senhor, cuja *virtude* eles conservam, lhes dá autoridade aos olhos de todos, e portanto estende o poder de cada um deles a todas as comunidades, em vez de ficar localizado, como hoje, numa Igreja particular. Menos, porque, sendo intensa a vida comum e pouco numerosos os problemas práticos, não se sente a necessidade de uma administração regular. A autoridade é discreta e as iniciativas muito grandes.

Num organismo social, quando a ideia vital em toda parte é ativa, realizando espontaneamente as finalidades que são a razão de ser dos órgãos diretivos, esses já não têm motivo para impor a sua especialidade. A autoridade perde por outro tanto a sua razão de ser, e isso vige na medida daquilo que o bem social exige ou ainda não exige. Numa aldeia em que toda a gente varre a frente da casa, não há necessidade de limpeza pública; mas esta é necessária numa grande cidade, porque os serviços de uma cidade excedem a competência e o poder dos particulares, ainda quando estes forem atentos como os outros ao bem comum. Assim, na Igreja, o desenvolvimento da autoridade segue o desenvolvimento do grupo e das crescentes necessidades do grupo.

Os bispos por excelência, os Doze, foram instruídos por Cristo; mas, uma vez ampliado o rebanho, mister se lhes torna um prolongamento de presença e de ação; vinda a morte, mister se lhes torna uma sucessão. O episcopado corresponde a essa necessidade. *Episcopoi*, isto é *vigias* a respeito da doutrina e da vida católica, os bispos, cuja instituição remonta à primeiríssima geração, são pois as testemunhas da dupla expansão da Igreja segundo o espaço e segundo o tempo.

Muito tempo será necessário para que as seis episcopais sejam estabelecidas na sua forma atual. Em certos lugares, o episcopado é exercido por vários, como por uma espécie de capítulo. Em muitos documentos, bispos, sacerdotes, apóstolos são termos que parecem confundidos. E sem dúvida é preciso discernir o que corre por conta da linguagem figurada, e também do que corre por conta dos termos coletivos, como

quando dizemos os padres, para designar todo o clero de uma diocese, com o bispo à frente. Mas parece, mesmo, que flutuação nas expressões corresponde a uma certa flutuação das realidades. Digo isto sob o ponto de vista administrativo.

Ademais, vestígios de episcopado unitário fazem-se reconhecer em toda parte, ainda quando fosse só sob a forma de uma presidência mais ou menos importante, esboço do claro primado espiritual que será mais tarde o nosso episcopado.

Naturalmente, os primeiros de todos os bispos são estabelecidos diretamente pelos Apóstolos. Na segunda fase, são estabelecidos pelos discípulos imediatos dos Apóstolos, como Tito e Timóteo. É sempre a lembrança do Senhor que reina; sente-se o contato dela por meio desses primeiríssimos elos da cadeia das graças.

Na geração seguinte, enfraquecendo-se as recordações pessoais, a coletividade entra em jogo. As nomeações são feitas pelos bispos da província que se acham mais próximos, geralmente três, “com o sufrágio do povo”, diz S. Clemente, quer dizer, sem dúvida, um voto consultivo. Todavia, quando o povo inspira pouca confiança e se trata justamente de reconduzi-lo por uma boa escolha, prescinde-se dele: a prova de que a constituição da Igreja nos seus primórdios não é democrática, como por vezes se tem pretendido.

Desde o primeiro concílio geral (Niceia, 325), a eleição do bispo deve ser confirmada pelo metropolitano; isto é, por uma autoridade central tornada nitidamente preponderante em seu domínio. Muito mais tarde, enfim, estando a centralização concluída e todos os órgãos da Igreja diferenciados, o poder de confirmação passará à Santa Sé, e o povo será excluído da eleição, por causa do caráter político que o seu voto assume, quando o sopro religioso dos primeiros tempos está acalmado.

Tal é o ponto de partida da hierarquia, tal o da doutrina. Quanto ao culto, vemo-lo começar e orientar-se segundo as mesmas leis. Nos primeiros dias, copia-se a sinagoga. Jesus praticara-lhe os ritos. Instituiu outros; mas do passado ao futuro, a transição deve ser natural, isto é, insensível.

As pessoas reúnem-se, pois, à maneira judaica, particularmente no dia de sábado. Reza-se em comum; lê-se a Sagrada Escritura; participa-se dos ágapes, refeição frugal que tem lugar à noite, como na véspera da morte do Senhor, e que termina também pela eucaristia. Enfim, eles vivem juntos uma vida mística capaz de nos parecer hoje muito extraordinária, mas que o fervor do estado nascente faz então achar mui natural. Isso a que chamamos os carismas, ou dons do Espírito Santo, como o dom de profecia, de cura, o discurso de sabedoria ou de interpretação, etc., são manifestações correntes.

Insinuam-se nisso muitos abusos, como se pode ver pelas admoestações dos Apóstolos e pelas precauções com que eles cercam essas escapulas do sentimento religioso interior. Porém as almas haurem aí grandes recursos: alimentam a sua fé e inflamam o seu entusiasmo, efeitos bem necessários para resistir à invasão do mundo pagão e à ameaça permanente do martírio.

Quando a Igreja cresce, essas maneiras de viver, essencialmente íntimas, dissipam-se pouco a pouco. No século II, elas ainda são correntes, como o testemunha Irineu o filósofo. No século III, rareiam; no IV, já não passam de uma reminiscência;

declara-o Eusébio. A regularidade social sucede às espontaneidades transbordantes, e, se o Espírito não se revela menos, fá-lo de maneira menos exterior. Os *dons* cedem um pouco às *virtudes*, e os *carismas* à *caridade*.

Mesmo quanto à Eucaristia, os abusos e as dificuldades práticas levarão a reduzir, e depois a suprimir, os ágapes preparatórios. Se conservará somente o essencial: a consagração do pão e do vinho e o seu uso sacramental, até que mais tarde as mesmas considerações induzam a suprimir a participação no cálice.

As reuniões fazem-se primeiro em casas particulares, especialmente em câmaras altas, grandes peças do andar superior de que já falei. Só mais tarde haverá igrejas, e este termo, aliás, só a partir do século III será empregado para designar edifícios do culto.

No início, havia interesse religioso em que o culto não tivesse local oficial, a fim de bem lhe assinalar a interioridade, por oposição ao culto judeu que não podia passar sem o Templo. Nossos templos, os nossos, são símbolos e servos, dissemos; nós não somos escravos deles.

O pequeno rebanho constituído por cada grupo de fiéis mantém-se, pois, unido em torno do báculo apostólico. Eles se reúnem à noite, em lembrança da Ceia do Cenáculo, mas sem dúvida também em razão das ocupações do dia. Ademais, a noite é favorável aos surtos místicos, e as nossas primeiras comunidades são costumeiras neles.

A sua reunião prolonga-se, não raro, pela noite. A do sábado, ou “sabbat”, é seguida de uma liturgia que tem lugar pela manhã. É assim que se estabelece a passagem do sábado para o domingo, que muito cedo se torna o *dia do Senhor*.

Do mesmo modo, a Páscoa judia transforma-se em comemoração da Paixão e da Ressurreição de Jesus, com o simples inconveniente de acarretar discussões, por causa da divergência das datas.

Finalmente, o centro de atração religiosa dos cristãos, como dos Judeus, é primeiramente Jerusalém. Mas já que diferença! Para os Judeus, Jerusalém era o Templo; para os cristãos, é sobretudo o Calvário e a Câmara alta. Os Judeus sentiam-se ligados ao Sinédrio; os cristãos à comunidade dos Apóstolos, onde Pedro exerce o primado, onde as inspirações místicas parecem vir sobretudo de Tiago, o *Irmão do Senhor*.

Esse centro cedo se deslocará. A mãe não retém sempre o filho. Tendo conquistado a sua autonomia, a Igreja assinalará essa autonomia por um estabelecimento que deixará a Jerusalém o simples papel de antepassado. Roma propõe-se para recolher a sucessão do Oriente, como o zênite o sol liberto das brumas matinais.

E, para provar que aqui é realmente uma Providência que vela, a ruína de Jerusalém e a dispersão da sua comunidade ocorrem justamente no momento em que Roma tem tudo o que é de mister para lhe recorrer a herança, tudo, inclusive uma auréola de mártir em torno de uma tiara sangrenta. É em 66 que principia a crise de Jerusalém; é em 64 que a cabeça, virada para baixo, do apóstolo Pedro deixa cair a tríplice coroa que deve brilhar na frente dos seus sucessores.

Tal é, largamente indicada, a curva que toma a sua partida a evolução secular da Igreja. A continuação não fará senão revelar o melhor a direção imposta por um Pensamento senhor dos acontecimentos e dos homens, mas que *dispõe deles suavemente*, como diz a Escritura, posto que se estenda *fortemente de uma extremidade à outra* (Sabedoria VIII, 1).

Vida da Igreja, precisamente por ser uma vida, não procede de fora, mas de dentro. O Espírito de a dirige não lhe é exterior; vive nela, e é o mesmo que é imanente à história universal e à natureza total. Nada de admirar que tudo isso se encontre em sínteses harmoniosas e progressivas.

O vivente “Igreja” cresce sozinho. Cresce lentamente, com a colaboração de todo o seu meio, como o dizíamos do germe, ao qual o próprio Evangelho o compara (Mc IV, 31).

Não se lhe pode fazer disso uma objeção, como se a Igreja fosse uma obra de acaso. Este ponto de vista racionalista é tão estreito quanto o ponto de vista materialista, que só quer ver no nascimento de um animal um mero encontro de átomos, sob pretexto de que isso se faz sozinho, sem que ninguém vá dispor os membros no seio da mãe.

O próprio fato de realizar-se isso sozinho, deve-se concluir que há aí um princípio interno. Assim também, a fabricação da Igreja por si mesma com a colaboração do meio, é a prova de que a Igreja tem por princípio interno o Espírito de seu Cristo permanecido ativo nela. E é este o milagre.

O princípio vital chamado alma só pode revelar-se por tal organismo possuidor de tais caracteres: é por isso que ele se dá esses caracteres. Assim também, o Espírito divino comunicado aos homens por Jesus só pode manifestar-se na e pela Igreja tal como ela é, e ele o prova dando-a a si próprio, fabricando-a para si peça por peça, com movimento contínuo, sem nenhum plano definido antecipadamente em qualquer dos humanos que dela participam, e, no entanto, de tal sorte que no fim o resultado se mostre adequado à intenção inicial, o corpo adequado à alma, o meio ao fim, a rede universal à pesca universal que o Salvador propõe.

Para exprimir o caráter vivo, auto-evolutivo, e no entanto transcendente da nossa Igreja, reconhecendo que ela pode formar-se sozinha, após assente que ela traz a Deus em si, poder-se-ia utilizar com o esplendor a palavra familiar de La Fontaine:

Petit Poisson deviendra grand,
 Pourvu que Dieu lui prête vie.
 (O peixinho virá a ser grande
 Desde que Deus lhe empreste a vida)

CAPÍTULO IV

AS PRIMEIRAS CONQUISTAS

I

As primeiras conquistas da Igreja coincidem com o seu nascimento. Todo nascimento é uma conquista da idéia vital sobre um meio sempre resistente por um lado, passivo por outro, socorredor também, mas com a condição de que esse socorro seja socorrido, de que o germe ativo ajude a natureza a ajudá-lo, visto que toda vida é uma permuta e gira em círculo.

Mais tarde, como o nascimento terá sido um crescimento começado, o crescimento não passará de um nascimento continuado; as condições dele serão as mesmas.

Todavia, há diferenças acidentais que são interessantes de considerar. O estado nascente tem graças particulares tanto em história religiosa como em química.

A primeira graça é uma atividade devoradora que se parece com a febre, e que é saúde ao máximo, de vez que a nova vida corre para a existência plena como o nada correria para o ser, se soubesse a sua miséria infinita e a divindade daquilo que é.

A criança cresce num mês mais do que crescerá depois em dez anos. A sua vida está toda tendida para aquisições sem as quais ela mesma nunca existiria. É bem o nada que corre para o ser. Assim a Igreja tende para a sua própria constituição por conquistas iniciais que em verdade são uma criação, tão relativos são esses termos nascimento, começo ou crescimento, de que somos obrigados a servir-nos.

A Igreja, divina, começou em Deus desde a eternidade. Humana, começou desde sempre também, mas desta vez o sempre do tempo, nisto que suas preparações remontam ao início da história do mundo.

Por ocasião do êxodo de Abraão, a Igreja começou de novo pela separação do seu germe hebraico.

Em Belém, começou na Pessoa por assim dizer única, que é corpo humano-divino.

A Paixão levou ao máximo a significação e a eficácia do fato, e nela a Igreja se renovou como o meio-dia renova o dia. Por isto dizemos, na linguagem mística, que Cristo esposou a humanidade na cruz, dando assim nascimento à Igreja.

Em Cesárea de Filipe, no momento da entrega dos poderes, mesmo antes, no dia da vocação dos Doze, e mais tarde à beira do Lago, após a Ressurreição, no momento da Missão dos Apóstolos, a Igreja começou como realidade social inserida na história.

No Cenáculo, ela foi confirmada nesse início pela descida do Espírito Santo e pelas graças de difusão universal que a acompanham.

No concílio de Jerusalém, ela começou em razão de se haver distinguido nitidamente do judaísmo, o que pudemos comparar à ruptura do cordão vital.

Em certo sentido, pode-se dizer que ela começa sempre, visto como é nova toda vida que acaba de sofrer uma mudança, e visto como, humanamente, a Igreja muda sem cessar, sempre obrigada e intimada a retomar seus destinos.

No ponto em que estamos, falando das primeiras conquistas, devemos dizer: a Igreja começa, nisto que assimila elementos que contribuirão para estabelecer seus quadros completos, para formar seus órgãos. A este respeito, o nosso estudo atual coincide com o precedente. Não pudemos falar de desenvolvimento sem subentender o crescimento, e, falando de crescimento, veremos aí um desenvolvimento. Todavia, isto é outro estudo.

A primeira propaganda em favor da Igreja foi feita na Galiléia, pelo próprio Salvador. Poder-se-ia dizer que ela redundava num fracasso, se fracasso foi haver colhido os Doze Apóstolos. Quando, no fim do ano, o lavrador colhe apenas com que semear o seu campo para o ano seguinte, está triste; mas não perdeu seu tempo. O Salvador terá assim enceleirado a sua semente, embora, mesmo mais tarde, depois do esforço dos obreiros evangélicos, o “*Ai de ti, Corozaim, ai de ti, Betsaida*” e a sentença “*Ninguém é profeta em sua terra*” devam conservar seus efeitos. Haverá cristãos da Samaria, cristãos da Judéia; não haverá comunidade galiléia, salvo os doze.

E é sempre o mesmo pensamento. Jesus não procurou ser bem sucedido por si mesmo. A sua ação pessoal não parece ter para ele interesse especial, a não ser para preparar o futuro. O que os outros fizerem, será ele ainda quem o fará; a sua ação histórica é mero germe.

Em Jerusalém, a situação é inteiramente outra. Após a hostilidade que os eventos da Paixão tragicamente revelam, produz-se uma reviravolta popular que os relatos da Ressurreição explicam sem dificuldade. O fato anunciado tivera lugar. O grande argumento que será o fundo da pregação apostólica sustenta-a desde o início. Tornando a subir ao céu pelo seu poder, Jesus prova que de lá descera, e que portanto é ele quem tem *as palavras de vida eterna* (Jô VI, 69).

Não que as oposições não se façam logo sentir; teremos de narrá-las; mas uma certa reserva das autoridades poupa entretanto o jovem rebento evangélico, ainda fraco demais para a tempestade. Gamaliel dizia ao Sinédrio: “*Se essa obra vem dos homens, perecerá por si mesma; mas, se vem de Deus, não a podereis destruir*” (At V, 39). Não se podia raciocinar melhor, e o cristianismo aceitava-lhe o augúrio.

A difusão do Evangelho tem lugar primeiro “in loco”, como as sementeiras que se produzem pela queda do grão no solo. É um dos processos da natureza. Os insetos acrescentam a isso o seu papel de carregadores, e o vento, por seu turno, dissemina. O vento, aqui, seria a perseguição, e as colaborações viajoras seriam as excursões apostólicas.

“In loco”, os meios de conquista ampla não faltavam. Jerusalém prestava-se muito a isso. Cidade de pouca importância no mundo, de modo algum comparável a Éfeso, a Antioquia, e *a fortiori* a Roma, era admirável como foco de propaganda judeu-cristã. Para poupar a transição e passar harmoniosamente da Judéia ao universo, como

do antigo ao novo Testamento, não havia nada melhor do que essa cidade a um tempo cosmopolita e judia.

Estamos lembrados de que a inscrição da cruz, documento administrativo, era redigida em três línguas, e que isso significava, como hoje na Bélgica ou na Suíça, a divisão da população em vários grupos étnicos. A versão hebraica dirigia-se à gente da terra que falava o hebraico ou o aramaico. O latim visava a guarnição romana, e a colônia assaz numerosa que não podia deixar de cercá-la. O grego convinha aos que chamamos de Helenistas, isto é, os judeus de origem que habitavam as colônias gregas do Oriente: Síria, Egito, Acaia, Mesopotâmia, Capadócia, Ásia, Chipre, etc., onde quer que a *dispersão* lançara os filhos de Israel.

Jerusalém era, com isso, uma cidade universitária e sacerdotal, toda de escolas e sinagogas, tendo por potentados doutores e sacerdotes, por população principal devotos e peregrinos. A população fixa era de cerca de setenta mil almas; mas, por ocasião das grandes festas, mais de um milhão de peregrinos acampavam na cidade ou nos arredores, e depois, tornando a partir, difundiam ao longe, por toda parte, as idéias da cidade doutoral e o perfume da cidade santa.

Essas condições eram excelentes. O Evangelho aproveitá-las-á largamente. Desde a sua primeira pregação, Pedro conquista três mil almas. Após a cura do paralítico na porta Bela, os Atos computam cinco mil. O Salvador tivera razão de dizer: *“Aquele que crê em mim fará também as obras que eu faço, e as fará maiores”* (Jô XIV, 12). Os lances de rede do nosso *pescador de homens* são verdadeiramente milagrosos.

É verdade que, em geral, é essa uma gente sem importância social, daqueles de quem os Sinedritas diziam: *“Quanto a este povo, que não conhece a lei, não passam de uns malditos”*. Mas esses amaldiçoados pelo formalismo estagnado, pelo orgulho e pela presunção sabichona, é que serão os primeiros benditos do Evangelho eterno.

Eu já disse que não há nisso nenhum exclusivismo. Vê-lo-emos amplamente. Mas estréia-se, e, como o dirá S. Paulo com um orgulho às avessas que reserva ciosamente tudo ao céu, *“Deus escolheu as coisas loucas do mundo para confundir os sábios. Deus escolheu as coisas fracas do mundo para confundir os fortes. E Deus escolheu as coisas vis do mundo, aquelas que se desprezam, aquelas que não são nada, para reduzir a nada aquelas que são, a fim de que nenhuma carne se glorifique diante de Deus”* (I Co I, 27).

Desde esse momento, e em razão do que eu disse do caráter cosmopolita de Jerusalém, em razão da perseguição de Estevão, que dispersa e que semeia ao longe os fiéis da Cidade Santa, em razão também do zelo ardente que se manifesta por toda parte, nessa primavera espiritual da Igreja todas as regiões próximas, as províncias da Arábia, da Síria, da Cilícia, da Galácia, da Capadócia, da Bitínia e do Ponto, da Ilíria e da Dalmácia, têm em breve suas comunidades florescentes. Antioquia, em particular, torna-se como que uma nova metrópole, como que uma Roma provisória.

Não está longe a Roma verdadeira. Quanto o cristianismo houver plantado nela a sua tenda, o seu proveito novo e decisivo, será achar-se por esse fato no coração do mundo; ele terá apenas que seguir as pulsações deste, terá, como ele, de lançar por todos os canais geográficos e administrativos secularmente preparados o seu sangue e a

sua alma. O Império está tão fortemente centralizado, estende-se a tão longe, que uma religião romana é facilmente universal. Seja-o! dir-se-á, e a história, sem se perturbar, completando esse vago esquema, salientando todas as circunstâncias de fatos, de pessoas, de meios, explique-o, sem ir julgar-se obrigada a apelar para o “milagre”.

Com efeito! Tomadas de um certo prisma, as nossas próprias observações precedentes e as que lhes vamos aditar podem servir de argumento em favor do caráter natural, naturalíssimo em aparência, da difusão evangélica.

Onde quer que filhos de Israel vivessem longe da sua terra e longe do Templo, constituíam uma sinagoga. Reuniam-se nela para o sábado; liam nela a Bíblia, que um dos assistentes comentava. Se algum estrangeiro notável lá se achava, convidavam-no a dizer o seu pensamento a propósito do texto, diríamos hoje a fazer uma homilia ou a pregar. Orava-se em comum, e em seguida as pessoas ocupavam-se dos negócios da comunidade local, dos negócios espirituais primeiros, e depois dos outros.

Os apóstolos cristãos aproveitam-se mui simplesmente dessa organização. Sabem que a *salvação vem dos Judeus*, como disse o Salvador, mas que sai deles. Chegando a uma terra nova, atacam-na pela sinagoga. Dirigem-se à cerimônia do sábado; falam; começam por Moisés e terminam por Jesus, servindo-se, como degraus, das profecias cada vez mais explícitas. O plano religioso do mundo faz o plano da sua pregação.

Achando a sua obra preparada pelo conhecimento do verdadeiro Deus, pelos símbolos da lei judaica e pelas esperanças messiânicas, eles se apóiam nisso. Quando tornam a partir, infalivelmente uma pequena comunidade é estabelecida, separada da judiaria local, tendo à sua frente, sob o governo longínquo deles, os *presbíteros* que eles lhe colocaram à frente.

Os Helenistas assim convertidos dirigir-se-ão doravante não já somente aos seus iguais, mas aos pagãos, e o método do Mestre terá sido obedecido: primeiro *as ovelhas da casa de Israel*, depois *as ovelhas que não são deste redil*, mas que importa que sejam reconduzidas, *a fim de que haja um só rebanho e um só pastor* (MT X, 6; Jo X, 16)

Muitíssimas vezes, consideráveis são os grupos assim formados; por vezes também são exíguos: que importa!. “Onde quer que haja três, aí há uma Igreja”, Dirá Tertuliano; *ubi três, ibi Ecclesia*. A grande idéia da unidade em Cristo, da fraternidade que não teme as distâncias porque se coloca fora do espaço e do tempo, embora prontinha a agir no espaço e no tempo, essa idéia solda uma cadeia que nada mais quebra. Os apóstolos entretém nela o fluido por contatos tão freqüentes quanto possível. Quando preciso, suprem-nos as suas cartas; elas são atos apostólicos e atos de governo.

Deste último ponto de vista, Jerusalém conserva a sua preeminência. A conquista não se torna anarquia. O mais ardente dos missionários, Paulo, volta lá como que para se retemperar na fonte. Diz que quer estar seguro de não haver pregado no ar, *in vanum*. E não é para os Doze coletivamente que ele se dirige, é para Pedro (Gl I, 18). Especifica que só viu o próprio Tiago ocasionalmente; não viu nenhum outro; mas passou quinze dias com Pedro, porque tem o sentimento de que lá é o centro da

tradição, e de que já ele escreveria a fórmula lapidar: *Ubi Petrus, ibi Ecclesia*; onde está Pedro, aí está a Igreja.

Assim iniciada, a conquista cristã não tem mais razão de parar até a conversão do mundo, suposto que esse mundo de livres humanos consinta nisso. Não sucede com o fermento evangélico como sucede com um desses poderes limitados, qual a alma humana, que organizam sua matéria própria e deixam a outros princípios o cuidado de organizar alhures. A alma cristã é o Espírito de Cristo, Espírito universal, alma de toda alma, destinada a renovar, a criar de novo toda criatura pensante que o quer realmente. “*Envia o teu Espírito*, dissera o profeta, *e eles serão criados, e renovarás a face da terra*” (SI CIII, 30).

Os primeiros apologistas tiveram a percepção desse esforço criador desde que, decorridos dois ou três séculos, puderam olhar de longe e do alto a corrente de vida que se derramara sobre o mundo. E não era uma imaginação. O crítico dos tempos modernos não pode senão entrar-lhes no sentimento. “A impressão que tiveram os Padres do século IV, um Arnóbio, um Eusébio, um Agostinho, de que a fé se propagara de geração em geração com incompreensível rapidez, essa impressão, escreve Harnack, ainda subsiste com justa razão. Setenta anos após a formação em Antioquia da primeira comunidade de pagãos convertidos, Plínio descreve com as expressões mais fortes a expansão do cristianismo na longínqua província de Bitínia, e já vê ameaçada, nessa região, a existência dos outros cultos. Setenta anos mais tarde, a questão pascoal mostra-nos uma confederação das Igrejas cristãs que se estende desde Lião até Edessa, e que tem seu centro em Roma. Setenta anos mais, e o imperador Diocleciano declara preferir suportar um rival em Roma a suportar um bispo cristão. Apenas setenta anos se passam, e a cruz é fixada nos estandartes romanos”⁶

Estas palavras do grande crítico não significam que, no seu pensamento, a propagação da Igreja seja propriamente milagrosa. O que realmente pretende é que, no final das contas, as coisas se passaram como deveriam passar-se. Mas há aí um equívoco que talvez tenhamos a dissipar dentro em pouco. Quando se fala em difusão *milagrosa* do Evangelho, nem sempre se sabe bem exatamente o que se diz, e, quando ela é contestada em nome da *natureza das coisas*, nem sempre fica sabendo isso melhor.

Por enquanto, consigno o fato. Desde o fim do primeiro século, o cristianismo está difundido por toda parte no Oriente. Pelo fim do reinado de Marco Aurélio, aos cento e cinqüenta anos de idade aproximadamente, ele está difundido em todo o Império: Gália, Espanha, Germânia, África, Egito, Eufrates, e além. “Somos apenas de ontem, exclama Tertuliano, e já enchemos todo o vosso Império: as cidades, as ilhas, as praças fortes, os municípios, as assembléias, os próprios acampamentos, as decúrias, o palácio, o senado, o fórum. Só vos deixamos os templos”. Este último dito não é sem ironia!

Pelo ano 170, um apologista pode afirmar que os cristãos são mais numerosos do que os Judeus. Cristo saiu do seu presépio, e a sua Igreja sobrepuja a sinagoga. Enxertada numa minúscula história, a sua obra desde esse momento fez ligação com a história universal.

O caráter dessa conquista, do ponto de vista social, é importante de notar. Logo no início, a conquista é popular. Mui depressa torna-se uma conquista do escol, e, daí, parte um novo movimento de conquista popular, para uma penetração mais completa da multidão, onde o paganismo local e doméstico resiste longo tempo.

Pode-se dizer que o escol do mundo civilizado se aliou ao cristianismo desde que o cristianismo foi verdadeiramente conhecido, isto é, no início do século III. Até aí, ele permanecia enterrado sob os preconceitos; não o olhavam, e nem ele mesmo nem seu Deus tinham feito coisa alguma para que o olhassem.

Cem anos após esse período, todos os grandes nomes da civilização eram cristãos. Eram nomes de bispos. Chamavam-se Basílio, Gregório de Nazianzo, Gregório de Nissa, João Crisóstomo, Jerônimo, Ambrósio, Agostinho. Era o triunfo intelectual, na persistência do triunfo popular.

Porém, é mais fácil reconduzir um gênio ou um coração simples, quando escutam, do que um inconsciente entregue a rotinas e a superstições seculares. A massa propriamente dita está entregue à inconsciência. A sua conquista lentamente obtida será, pois, a última obra; fechará o círculo de expansão. Religião dos simples; religião do escol social; religião de todos: tais serão as etapas.

E o dilema subsiste: fatalidade histórica ou vontade providencial? Deus ou natureza?

Deus *ou* natureza, digo eu! Deus *e* natureza, talvez? Deus na natureza; Deus fazendo uma síntese do que ele é e do que nós somos, para formar o que ele quer que sejamos?

Se tal fosse a solução, haveria aí ao mesmo tempo milagre e realíssima evolução histórica.

É o que vamos ver.

II

No momento em que o Evangelho se propunha ao mundo civilizado, o meio greco-romano tinha saído da crise de livre pensamento que sofrera havia dois séculos. Augusto acreditara concorrer para isso poderosamente; mas a sua ação oficial quase não havia provocado – diretamente pelo menos – senão hipocrisias e literatura banal. Esnobismo religioso e culto político ou administrativo, era tudo o que podia sair de uma iniciativa demasiado interesseira para ter uma ação profunda.

Entretanto, enquanto Jesus pregava nas margens do Lago, enquanto S. Paulo vinha perorar no Areópago, produzia-se uma imensa efervescência religiosa. Aquilo a que se chamou o *sincretismo*, amálgama de doutrinas em que se uniam o Oriente e o Ocidente, atingia seu auge⁷. Havendo a filosofia provado o seu vazio, e ainda não estando proclamada a grande plenitude, o homem enganava a sua fome com os cultos de Ísis, de Baco-Dionísios, ou da Grande Mãe, com os passes de Simão o Mago, ou de Apolônio de Tiana, e com as adivinhações caldaicas ou as feitiçarias tessalonicenses.

Valia isso mais do que o livre pensamento? Sim e não. Isso se passava mais em baixo, e a este título valia menos. Mas isso também era mais humilde e valia mais porque fechava menos os caminhos do que o orgulho suficiente do racionalista. “É

bom ser cansado e fatigado pela inútil procura do verdadeiro bem, escreveu Pascal, a fim de estender os braços ao libertador”.

O gênero humano fatigava-se assim em vãs procuras que tinham ao menos a vantagem de deixar o problema formulado, em vez de supô-lo resolvido pela negativa. Nessa efervescência, os ritos sublimes e as práticas obscenas misturavam-se; a exploração impudente e o devotamento profundo, o misticismo contemplativo e o charlatanismo caricato vizinhavam: “Quem quer morrer a si a fim de renascer?”, dizia o sacerdote de Ísis. “Quem quer saber o dia da morte do seu proprietário?” clamava aos escravos descontentes o astrólogo caldeu.

Morta a religião oficial, morto o diletantismo cicerônico, morto o epicurismo, procurava-se outra coisa. Os homens apaixonavam-se e extraviavam-se. Lançavam-se a fundo, com o inconveniente apenas de soçobrar na alucinação, no ridículo ou no vício “soi-disant” religioso.

A razão desse movimento parece dupla. Razão negativa: a usura “sur place” do livre pensamento, que nunca vai longe. Razão positiva: a chegada profusa de todos os cultos do universo ao ponto em que a civilização greco-romana se ostenta. O Império fortemente centralizador, auxiliado por meios de comunicação até então desconhecidos, faz do meio mediterrâneo uma cuba onde tudo se precipita para fermentar.

Os cultos de outrora eram estritamente locais; a pátria e a religião confundiam-se: volta-se atrás dessa estreiteza, e consente-se em alargar paralelamente as concepções temporais e os pensamentos religiosos. Ao mesmo tempo que Roma deixa de ser propriedade exclusiva dos Romanos, com maioria de razão deixa Júpter Optimus Maximus; com maior razão ainda, segundo as idéias do tempo, Zeus para os Helenos ou os Baals para os Sírios. A religião universal vai aproveitar esse espírito acolhedor.

O mesmo sucederá com a religião íntima constituída igualmente pelo *Reino de Deus*, ou religião do coração. A política dos Imperadores desgostou da vida pública dos cidadãos. Quase já não há, para se envolverem nela, senão os arrivistas e os criados rasteiros. As almas nobres procuram onde refugiar-se; mas que outro refúgio têm elas probabilidade de encontrar senão elas mesmas, único asilo, numa sociedade fora dos eixos, para quem deveras deseja viver?

Mas aí, no seu coração que ele escuta bater, o homem desanimado do exterior arrisca-se a só ouvir soar o vácuo. Se o *divertimento*, no sentido de Pascal, lhe é vedado por um meio hostil ou nulo, que poderá realmente achar na vida interior uma alma profunda, na ausência de alimento que a possa sustentar?

O pessimismo lá está pertinho. O *taedium vitae*, o tédio de viver, é a doença desse tempo. Os próprios moralistas incitam a ela pelas suas declamações desiludidas e pela ostentação do seu pesar. Os suicídios multiplicam-se. Tal é o termo das soberbas doutrinas que haviam ensinado a contentar-se consigo e achar a felicidade nos bens que nascem de si. “*Ut sis contentus temetipso et ex te nascentibus bonis*”, escrevia Sêneca antes de abrir as veias. Sobre o que, Pascal, verificando que esses pensadores acabam por aconselhar, em palavras ou em fato, àqueles a quem este mundo não contenta,

deixarem-no sem trombeta.⁸, escreve com a sua ironia cruel: “Oh! Que vida feliz, de que a gente se livra como da peste!”.

Procura-se, pois. O “*si forte attrahent eum*,” se se pudesse atingir a Deus!” assume em muitos uma significação trágica, e na massa um sentido que raramente tivera no curso da história, se jamais o tivera. Na paz e na prosperidade romanas germina o sentimento de que nada basta, e procura-se levantar o tampo azul sob o qual a frágil humanidade se consome de insuficiência, desde que as necessidades da vida e a febre de agir já não a angustiam mais.

“Oh! Se os céus pudessem abrir-se!” exclamara Platão. O mundo grita também. Grita como um surdo, e é bem o caso de dizê-lo; porque mesmo o que de Deus se ouve só na consciência, ele o ouve mal; S. Paulo censurar-lho-á com dureza. Mas *o que o ouvido do homem não ouviu*(I Co II, 9), isto é, o dom de Deus secreto e livre, se ele podia ainda menos ouvi-lo, não deixava de esperá-lo sem o saber.

Quando ele se elevava a meia altura para o Olimpo, não achava aí senão divindades decorativas, ou vícios personificados, ou então Imperadores, dos quais alguns se chamavam Calígula ou Nero. Havia razão de fugir para longe dessa região pretensamente etérea, porém na realidade mais baixa o que a outra. Quem abriria o largo do céu para a descida de Deus e para a subida das almas?

Compreende-se o efeito que numa sociedade assim feita devia produzir o *Padre Nosso que estais no Céu*, e também a pregação de um Deus humano ao mesmo tempo que transcendente, como Cristo, de uma doutrina de pureza, de generosidade e de amor com o Evangelho. Uma terra que tinha tamanha sede devia beber avidamente o orvalho divino da cruz. Os largos gritos que dela desciam achariam um eco bastante largo também para abalar poderosamente todas as almas. Não se haveria de rir disso como se ria de Juno confusa ou de Baco ébrio.

O fracasso do sincretismo redundou duplamente no triunfo do cristianismo: pelas suas insuficiências morais ou racionais, e pelos seus bons lados, que eram uma preparação. O lado mau foi perder-se na heresia e desvaneceu-se por si mesmo.

Em suma, tal como era, esse meio compósito foi para o desenvolvimento do cristianismo nascente o que foi o meio úmido e quente da época carbonífera, pai das gramíneas gigantesas.

Ao que, de novo nos dizem: Pois bem! Então está tudo explicado, e não há aí milagre.

Mas a tal observação muito há que dizer.

Mostrei o cristianismo abrindo a sua carreira à maneira da criança, que cresce em algumas semanas, dizia eu, como mais tarde não o saberá fazer em dez anos. Mas, se a criança assim cresce, é porque há nela *alguma coisa*; há esse não sei quê que uma palavra vazia recobre: a vida! Que é então a vida? Não sei, mas o que bem sei é que, para explicar o crescimento da criança, não basta me dizerem que há à volta dela tudo o que é preciso para crescer, que a temperatura é boa, o meio é são; que ao lado há uma ama, há leite, pão, um assoalho livre para ela ensaiar os primeiros passos, e em seguida todas as estradas abertas para ela correr. A vida é uma assimilação a partir de um

germe, e o germe, o germe caracterizado, definido, ativo numa linha dada, evolutivo segundo uma certa fórmula, e já contendo na sua definição o essencial daquilo que ele deve vir a ser, isto é que é a explicação verdadeira.

Se o cristianismo não tivesse achado todas as condições necessárias ao seu desenvolvimento, não se teria desenvolvido, e é por isso, aliás, que Deus lhe prepara essas condições; provê a elas pelo curso ordinário dos fatos, sem que haja ainda aí que falar de milagre. É uma providência, eis tudo. Mas, houvesse Deus assim disposto tudo, ou, para falar uma linguagem profana, houvesse a história fornecido o meio ideal de um tal desabrochar, restaria ainda achar e definir o germe de vida.

Que é essa força invisível que une o grupo de barqueiros, que lhes anima a palavra e dá a esta uma eficácia sobre-humana? Que é essa chama que corre no colmo, consoante a comparação do Salmista, e que provoca um incêndio maravilhoso? A humanidade era uma lenha seca? Bem! Mas, se sobre a lenha seca lançais apenas outra lenha seca, isso se amontoa; se lhe lançais água, ela apodrece. Onde está aqui o fogo?

“Forçoso era que algo se houvesse passado”, diz Claudel. Forçoso é também que algo se passe ainda, que alguma coisa de efetivo subsista, uma sobrevivência real, coisa diversa de um passado extinto, que, por mais formidável que fosse, apesar de tudo interessaria apenas a memória, e por si só não explicaria aquilo que, pense-se o que se pensar, se deve realmente chamar um soerguimento do gênero humano.

Concedemos tudo quanto a Igreja achava de socorros no seu meio de desabrochamento; mas esses socorros eram passivos, se assim posso dizer, e bem longe, ainda, que ela só achasse socorros.

O cristianismo tinha contra si uma multidão de obstáculos: suas humildes origens humanas; suas ligações com o judaísmo, facilmente desprezado pelos pagãos; a sua pregação da cruz, que era ridícula a um ponto impossível de nos representarmos hoje. O patíbulo divino está, para nós, cercado de uma auréola; então ele era o vil pelourinho, reservado aos malfetores de baixa extração e aos escravos.

O exclusivismo insolente de que a nova religião dava prova amotinava contra ela não somente as religiões oficiais ou públicas, mas também, o que era muito mais grave do ponto de vista da sua penetração das massas, as pequenas religiões locais e os cultos íntimos cuja ação tenaz da vida privada daquela época as lousas funerárias e os papiros mágicos nos revelam.

Questões econômicas juntavam-se aqui ao obstáculo religioso. Os cleros de toda natureza, os estatuários, os ourives, que formavam uma corporação poderosa, tal como S. Paulo perceberá em Éfeso, todos os comerciantes e artífices que viviam do paganismo deviam resistir com a cólera do interesse ameaçado ou com a aspereza da fome. Sabemos até onde vão semelhante resistências.

Não faltarão as perseguições, que no fundo serão úteis, porque suscitarão os altos entusiasmos de que falei; mas, quando os entusiasmos são a tal preço e tão numerosos, seria fácil demais considerá-los como simplíssimos. Vemos nisso um milagre de graça, e o objetante sincero não dirá facilmente o que nisso vê. É certo, em todo caso, que as perseguições deterão no limiar muitos hesitantes. Os heróis não são multidão. E, acima de tudo, a perseguição interior que a verdade move contra os instintos desviados, contra as tendências desenfreadas por um longo relaxamento

moral, tem o perigo de afugentar aqueles que mais necessário é atrair, de fazer fracassar aquilo que é mais capaz de ter êxito.

É esse sempre o grande obstáculo. Será esse o obstáculo eterno. A Igreja tem vivido em todos os tempos no meio das contradições, e, no fundo, não é outra coisa; e por essa razão, as contradições dos seus primórdios devem ter sido tanto maiores quanto ela como nunca ameaçava e ainda não adquirira com que se defender.

O cristianismo, poder-se-ia dizer, tinha contra si aquilo mesmo que tinha a seu favor, porquanto o seu valor sem par não podia utilizar-se senão à custa de sacrifícios, de renúncias que o estado geral da natureza humana, e mais ainda as circunstâncias do seu próprio início, queriam heróicas.

A Igreja conseguiu tudo isso, por quê? Porque, se os seus destinos pareciam assim circunvalados numa contradição inelutável, exigindo a sua grandeza o impossível, e anulando-lhe esta impossibilidade praticamente a grandeza, havia no círculo fatal um corte; o elo tinha um engaste. O divino inseria-se nas aparências humanas contraditórias, e Deus sabe conciliar tudo, tornando possível, pela sua presença nas almas, o que impossível seria em razão da sua presença demasiado exigente nos fatos.

A transcendência do objeto é aqui vencida pela transcendência do sujeito embebido de Deus. E dupla será a efusão do Espírito anunciado por Cristo: na Igreja, para torná-la divina e por conseguinte humanamente inacessível tanto quanto útil, tanto quanto atraente; fora da Igreja, para vencer amorosamente o coração dos predestinados, homens ou povos, e pô-los ao nível daquilo que salva.

Sem a sua graça imanente, a Igreja não seria o que é, inaceitável humanamente tanto quanto indispensável. Sem a graça imanente às almas sobre as quais ela age a Igreja debalde seria o que é, visto que não aceitariam.

De sorte que o milagre aqui – pois em verdade há milagre – é aquele que Santo Agostinho fala quando diz: A conversão de um pecador é coisa mais difícil do que a ressurreição de um morto. E esse milagre é duplo na sua unidade, interior e exterior à Igreja. Do milagre exterior à Igreja, interior às almas e que as dispõe para o Evangelho, dissemos o que dele pode exprimir-se, e é no fundo o segredo de cada consciência. Do milagre interior da Igreja, que faz da Igreja um objeto divino, há sinais que não escaparam aos homens daquele tempo. Eles valem sempre; mas nós estamos acostumados com eles e temos outros obstáculos; eles, os homens daquele tempo, tinham o olhar novo, e, em vez de obstáculos, tinham atrações. Por isso foram impressionados até se renderem.

Primeiramente a doutrina, a que poderíamos chamar um milagre de luz, tanto a sua coerência e a sua adaptação a todos os casos humanos bastam para lhe fazer a prova. Admiravelmente rica, ela pode resumir-se em algumas palavras quanto ao essencial; a salvação em Deus Pai, por Cristo mediador, conjunta e eternamente. Misturada ao humano, ela é capaz de renová-lo a fundo, confirmando-o com a sua autoridade e engrandecendo-o infinitamente com o seu contributo. Ela está ao alcance de todos; os pardais podem beber nela e os elefantes banhar-se, dirá Gregório Magno. Síntese de vida, ela entra em relação fecundante com tudo. Atrai e retém por toda sorte de razões. O sábio vem a ela por causa dos seus arcanos, o simples por causa da sua

lucidez; o autoritário por causa das leis que ela dita, e a alma mística porque ela excede toda a lei. Como quer que a *loucura da pregação*, como diz Paulo (I Co I, 21), e a *sabedoria de Deus* que a ela se mistura, abordem a alma por diferentes lados, em ambos os casos Deus se fará reconhecer a ela.

O universalismo que atribuímos ao Evangelho e que faz dele uma religião primitiva restaurada, um judaísmo aperfeiçoado e uma religião inteiramente nova, dará a impressão de que ele julga a história universal, a contém e a explica, o que é a verdade. Os grandes espíritos acharão nessa consciência universal, tornada consciência cristã, uma suma atração.

Aliás, por si mesmo se concebe que, se a doutrina atrai, é sobretudo na medida em que se encarna nos fatos. Filosofias, têm-se visto tantas! Bem se querem ver outras ainda; mas depois de examiná-las curiosamente, torna-se a colocar o “bibelot” na sua vitrine.

A vida! A vida! Eis o que converte. É a força interior do Espírito; é a corrente divina, que, passando, arrasta o que lhe é semelhante. Aquele que pode dizer: “*Para mim, viver é Cristo*” (Fp I, 21), esse conduz os homens a Cristo. A verdade irradia na virtude. Ora, a Igreja, nesse momento, mostra bastante virtude para deslumbrar as consciências mais exigentes.

Notável é que os próprios apologistas não sejam convertidos pelas apologias dos seus antecessores, mas pela vida cristã que se lhes impõe à consciência. Uma vez cristãos, eles fazem o que sabem fazer e explicam o porquê daquilo que os conquistou; mas o fervor que eles põem nisso e a sua própria participação na vida religiosa que pregam têm mais influência do que os seus dizeres. Há nisto uma lição para os modernos apologistas.

A constância dos mártires parece ter sido o argumento mais empolgante dessa graça imanente da Igreja. A serenidade deles diante da dor, por causa do que eles tinham sob o olhar interior e do que diziam ter no coração, impressionava infinitamente as almas religiosas. A vida com Deus era, pois, uma realidade? Podia fazer *superabundar de alegria no meio das tribulações* (2Co VII, 4)? Eternizando o mesquinho ser humano, dava ela então razão àquele que dizia: “*A nossa vida é no céu, conversatio nostra in coelis*” (Fp III, 20)? E, nessas condições, a própria morte podia ser então um ganho: “*e mori lucrum*” (Fp I 21)? Marco Aurélio, o filósofo, não compreendeu nada disso; talvez o trono o afastasse demais da humilde vida nova; porém os que viam de perto, ou que não tinham os olhos vendados por um sistema, compreenderam.

A vida com Deus tinha, nos primeiros cristãos, um reflexo que não podia deixar de ferir os olhares. Viver com Deus era para eles viver juntos em Deus. Ora, num mundo em que mais do que nunca se podia dizer: o homem é um lobo para o homem, *homo homini lúpus*, esta vida em comum na caridade não demonstrava uma irrupção do céu na terra? “Eles se amam quase antes de se conhecerem”, dizia o pagão Cecílio. Sem dúvida! As pessoas se conhecem antecipadamente quando habitam em Deus por Cristo. “O fundador deles, escrevia Luciano, meteu-lhes na cabeça que eles

são todos irmãos”⁹. Zombava disso, e de que era que ele não zombava? Mas outros sentiam essa imantação e agregavam-se à vida divina.

Tanto mais quanto essa caridade cristã não era puramente sentimental; era organizada; era uma vida em comum que criava todas as virtudes sociais, e antes de tudo a virtude social por excelência: a justiça. A justiça das palavras, justiça dos contratos, justiça das relações domésticas, políticas ou econômicas, era esse o tronco no qual florescia isso que correntemente chamamos caridade. Sustento das viúvas e dos órfãos, cuidado dos doentes, socorro aos indigentes, visita dos prisioneiros, hospitalização dos viajantes, sepultura dos mortos, vinham em supererrogação e constituíam uma espécie de culto estreitamente entremeado ao culto. “Os doentes são o tesouro da Igreja”, dizia S. Lourenço. Os pagãos desviados não eram desta opinião; mas “a alma naturalmente cristã” era, e reconhecia sua pátria naquela reunião de irmãos.

Quanto aos políticos clarividentes, estes também poderiam ter visto, naquele grupinho nascente, o início evidentiíssimo de uma ordem social nova. Por pouco que irradiasse nas instituições do futuro, a justiça fraterna não podia deixar de fazer fundir, no fogo da caridade, assim os grilhões dos oprimidos como os cetros brutais dos sátrapas.

A nova religião limitava os poderes do Estado erguendo diante dele a consciência, isto é, o indivíduo, isto é, o Direito do homem. Atacava a escravidão: coisa impressionante entre todas, impressionante sobretudo ao olhar do homem moral, porque procedia moralmente, abordando o social pela raiz, sem nenhuma revolução destrutiva, sem sequer formular a questão teoricamente, contente de inserir nos corações o princípio da sua solução. Era o Febo divino que triunfaria de Bóreas, o vento das palavras ou o furação das violências.

Pode-se fazer notar que a atração exercida pela nova doutrina, em razão da sua beneficência, sobre as mulheres e os escravos, ajudou muito a sua propagação. A influência moral da mulher é imensa, uma vez assegurado o seu devotamento efetivo, e os escravos preceptores muito podiam para cristianizar as novas gerações.

Da ordem social nova assim engrenada, as comunidades cristãs, onde o espiritual se misturava ao temporal ainda não diferenciado, já ofereciam um esboço. As cristandades funcionavam como pequenos Estados, ao mesmo tempo que como famílias, como tribunais, como agências de colocação, sindicatos, caixas de socorros. Permutavam, de uma religião a outra, as notícias e os bons ofícios, os conselhos fraternais e, se preciso, as admoestações. Nelas a autoridade não passava de um serviço, as classes de um sistema de degraus para derramar sem abalo aos bens comuns, que só eram propriedade do céu.

Em suma, tanto quanto o permite a fragilidade humana – pois havia aí misérias – realizava-se essa divinização da vida que é a essência do Evangelho. E os pagãos, acostumados às belas máximas abandonadas (*Probitas laudatur et alget*, dizia Juvenal, a virtude é louvada e enregela-se) estavam estupefatos. E os que, dentre eles, aguardavam o reino de Deus, como o velho Simeão, acorriam.

Lacordaire escreveu: “A humanidade crê em Deus porque o vê agir”. Tal é a explicação literal da conquista religiosa de nossos pais. Acrescentando, entretanto, que

eles não teriam crido em Deus a agir fora, se, com o seu consentimento, Deus não houvesse agido neles. Mas Deus agia em toda parte. Decidira *renovar a face da terra*. E nesse milagre de Deus difundido absolutamente não se opõe ao caráter humano, e à continuidade histórica da sua obra.

Esses bons críticos que, no intuito de afastarem aqui o milagre, procuram razões humanas, e as acham, não desconfiam até que ponto são pouco filósofos. É certo que, pesado tudo, a Igreja devia desenvolver-se como fez, e isso por motivos observáveis. Porém o observável às vezes tem fontes que não o são, e que, não fazendo parte do complexo das causas naturais, invocam uma causa sobrenatural.

Se se dissesse: um homem desarmado, em face de um leão, deve ser devorado pelo leão, exprimir-se-ia uma coisa simplíssima. Mas isso não serviria para provar que o leão é miraculosamente forte em relação ao homem? Ora, esse *miraculosamente*, que aqui não passa de uma metáfora, para o cristianismo era uma realidade. O mundo greco-romano, em face da Igreja, devia ser conquistado pela Igreja; era fatal; mas por quê? Porque a Igreja, em relação a ele, era uma força irresistível. É nessa força que, aos nossos olhos, reside o milagre, porque, conhecendo pela experiência de todos os tempos a força do homem, nós nos dizemos: é uma força de Deus.

O milagre não consiste em não sei que manejo dos acontecimentos por alguma mão exterior. Aqui não há nada de exterior, mesmo que fosse Deus; porquanto o próprio Deus está dentro. O seu Espírito é que é a alma da Igreja, e esse Espírito é bastante poderoso para vencer o mundo, que ele penetra igualmente, e que livremente aciona. “*Tende confiança*, dissera o Salvador, *eu venci o mundo*” (Jô XVI, 33). Mas esse poder, como todo poder anímico, exerce-se por dentro; dentro da Igreja, dentro das almas, e utilizando, não fazendo senão orientar, o que as almas e o mundo apresentam de recursos.

Há nisso o mesmo quiproquó que na oposição do vitalismo e da interpretação físico-química dos elementos vitais. O vitalismo diz: “Há uma *força vital* que dirige, contém e, se preciso, combate as forças físico-químicas”. E o sábio responde: Não conheço essa força; toda ação ou reação orgânica é mensurável, e depende da observação físico-química. Um filósofo intervém e diz: É verdade; no corpo há física e química, a título executivo; mas a finalidade orgânica vem-lhe da alma.

O milagre do organismo animado é que ele utiliza tudo, até mesmo o que parece estranho ou hostil, para realizar a sua *idéia diretora*. Mister se faz apenas que ele seja bastante forte, do contrário aquilo que poderia nutri-lo o mata. Ora, nada matou a Igreja; tudo lhe serviu. Mas, se nada a matou, a razão disso não está numa proteção exterior – salvo os milagres particulares, que não se trata de negar; mas falamos do conjunto. – E o que lhe serviu não sérvio em razão de piparotes exteriores. A verdade é que o Espírito de Cristo, vivendo nela, imprimia aos seus elementos humanos uma direção e uma impulsão vital capazes de vencer as hostilidades do meio, de captar as forças úteis, de animar os elementos neutros, e dessarte, de incorporar a si o mundo. É um milagre isso; é o milagre da vida, e, na espécie, o milagre de uma vida divina.

A Encarnação, que criou o gênero humano-divino; o Espírito de Deus, que penetra o Cristo homem, e por ele o núcleo primitivo da Igreja; esse mesmo Espírito que pela graça trabalha a matéria exterior a assimilar, e que, circulando do sujeito ao

objeto, do objeto ao sujeito, dá testemunho a si próprio e serve a si mesmo: tal é o milagre.

Para assimilar o mundo e a vida, ao menos tanto quanto eles a isso queriam prestar-se, era preciso um germe igual ao mundo e à vida; era preciso o Homem universal: Cristo; e o Homem universal só é universal pelo Espírito que o penetra e que é o Espírito universal: o Espírito Santo.

As profundezas do homem e da vida do homem, assim como a amplitude do espaço e do tempo que os mede, não podiam ser envolvidas e conquistadas pela Igreja senão com a cumplicidade, digamos melhor, pelo trabalho do eterno, universal e supremo vivente: Deus.

CAPITULO V

A IGREJA E AS CIVILIZAÇÕES ANTERIORES

I

Se é verdade que Cristo é o centro e não o começo da história cristã; que tudo gravita em torno dEle – o passado para prepará-lo, o presente para recebê-lo, o futuro para utilizá-lo; de tal sorte que a obra inteira seja sem corte, realizando a palavra de S. Paulo: “*Tudo é para os eleitos*” -, se esse plano religioso do mundo é o verdadeiro, manifesta é a consequência. Cristo deverá vir no momento em que mais necessidade se tem dele e em que dele mais se pode aproveitar.

Isso supõe que a sua época será ao mesmo tempo rica e pobre: rica em recursos e pobre em realizações; pobre também em esperança, se fosse abandonada a si mesma. E isso dá a prever que a obra cristã consistirá, não em desdenhar o passado, desdenhando-se de si mesma, visto como ela reina sobre o passado tanto como sobre o presente e sobre o futuro, - e tão pouco em copiar o passado, em subordinar-se a ele, em servi-lo, o que seria uma inversão dos papéis; mas em fazê-lo realizar seu fim. Para isso, deverá ela apoiar nele a sua obra histórica assim como, para crescer, o vivente se nutre daquilo que o solo produz. Não se há de esquecer, aliás, que andar é repelir para trás o solo em que a gente se apoia, e que nutrir-se é destruir o alimento enriquecendo-se da sua substância.

Esta concepção *a priori* precisa ser confrontada com os fatos, para se ver, primeiro, se os fatos a comprovam; e, em seguida, como.

Foi de moda, outrora, ver em Cristo e nos primeiros obreiros da sua obra não sei que *iniciados* que, quais abelhas diligentes, teriam recolhido o suco das tradições, o pólen das organizações anteriores, para com eles sabiamente comporem esta cera e este mel: a Igreja e o Evangelho. Toda originalidade e toda transcendência seriam assim recusadas à religião de Jesus; ela seria um ensaio de sistematização partindo de dados adquiridos; não seria mais a Boa Nova, o Dom de Deus. Já não haveria “milagre”.

Assim tal qual, esta concepção está morta hoje em dia; nenhum crítico, por pouco sério que seja, ousaria sustentá-la. Tudo nos demonstra que os primeiros obreiros do Evangelho foram estranhos à cultura que semelhante ecletismo suporia; que de modo algum pensaram nisso.

Ao próprio Jesus os puros críticos não emprestam, tão pouco, essas intenções, que destoam de tudo o que se sabe dele. Quanto a nós, é evidente que ainda muito menos dispostos estamos a semelhante atitude. Sabemos que não foi assim, por fora, adventiciamente ou por colheita de elementos estrangeiros, que Jesus se propôs compor sua obra; foi por dentro, pelos meios da vida, e a partir de um germe divino.

Esse germe, que ele trazia, é o seu Espírito, cuja comunicação é simultaneamente intelectual, pelo dogma, e prática, sob a forma de sentimentos, de moções, de meios essenciais de ação. Tal era a alma do seu grupo. Isso é que era o “*vinho novo*”, que, dizia ele, não se devia conservar em odres velhos. Por essa

expressão, ele mostrava bem a que ponto era estranho às vistas do ecletismo. Fazia coisa inteiramente nova, que era ao mesmo tempo coisa eterna, nisto que todo o passado colaborara nela a título de preparação, nisto que todo o presente devia servir-lhe de meio nutriente e todo o futuro de matéria para seus progressos. Nunca seria de mais repetir estas coisas.

Portanto, se há semelhanças – e as há numerosas – entre a religião de Jesus e as religiões do passado, não é por empréstimos que cumpre explicá-las primeiro, é por esta consideração simplíssima: que as religiões antigas foram criadas pelo instinto para corresponderem às necessidades do homem, às suas aspirações e às suas reflexões em face do destino. Na medida em que instintos, aspirações ou juízos estavam desviados, as antigas religiões foram também desviadas, e uma religião divina, como o cristianismo não devia assemelhar-se a elas; mas onde quer que as necessidades fossem reais, que as aspirações fossem legítimas e as reflexões sensatas, as religiões concluíam acertadamente, e a religião definitiva devia assemelhar-se-lhes nisso, embora excedendo-as, visto como as suas reflexões, hauridas de lá de cima, transcendem a amplitude sempre limitada de um olhar de homem.

É preciso capacitar-se de que, em religião, o divino é precisamente o mais humano, não tendo a religião outro papel senão rematar a vida do homem, mesmo quando a excede. O divino autêntico deve, pois, coincidir parcialmente com o humano autêntico, e isso não será um empréstimo, mas um encontro, motivado por um mesmo ponto de partida e por uma finalidade comum.

Deus dá o pão supersubstancial; os homens procuram fabricar o outro, e nem sempre têm falhado na sua fabricação. Deus dá a água *que jorra até a vida eterna*; mas já havia outras águas. Os que bebiam delas ainda tinham sede; ver-se-á bem isto pela solicitude deles quando jorrar a fonte divina; porém, mesmo assim, eles tinham achado nelas refrigério.

Destarte se explicam os traços comuns que com tanto comprazimento têm sido salientados – no intuito de fazer deles objeções – entre o cristianismo e o budismo, as religiões persas, gregas, Roma, as, etc., como se não fosse um elogio, em relação a uma religião que se pretende sem lacuna, o dizer-lhe: Não esqueceste este e aquele valor descoberto antes de vós por outras religiões. Chamem ao cristianismo, tanto quanto quiserem, “um microcosmo religioso”! É um grande louvor.

Todavia, historicamente esta resposta não é suficiente; pois não negamos que tenha havido empréstimos essenciais, empréstimos destinados a constituírem a religião, ao invés de servi-la. Por isto teremos de tornar à questão das utilizações do paganismo pela religião cristã. Mas, por enquanto, temos de repetir uma segunda forma da opinião, que faz do cristianismo um fruto natural do passado e do presente religioso a que sucedeu.

Muitos, com efeito, afastando os disparates que fariam de Cristo e dos apóstolos uns ajuntadores de noções e de devoções esparsas, nem por isso deixam de dizer que, para se formar, a Igreja herdou – apenas sem o saber, e sem o saberem os seus iniciadores – aquilo que aquela época compôs, cuja fisionomia exata tentamos dar mais acima, continha.

O cristianismo não passaria de um dos movimentos espontâneos de renascimento religioso que se ensaiavam no tempo de Jesus, e Jesus não teria feito senão determinar a cristalização num certo ponto, em certas formas, formas que aliás se alteraram, ao que dizem, pela influência dos cultos que não tinham sido bem sucedidos no mesmo esforço, e que ele entendia de suplantar.

Esta teoria tem por si os traços comuns que aproximam o cristianismo dos estados de espírito reinantes no momento em que ele nasceu, e das doutrinas ou dos ritos próprios às religiões ambiente. É assim que o universalismo e a interioridade, que figuram entre os sinais mais característicos do cristianismo, já se fazem adivinhar no sincretismo, que representa o meio imediato em que a Igreja teve de se formar.

Basta, porém, olhar nisso para verificar que essas tendências, se podiam servir para preparar as almas, de modo algum podiam, por si mesma, sugerir-lhes os pontos de vistas cristãos, porque destes àqueles há um abismo.

Bem verdade é que no tempo de Jesus os cultos outrora locais tendem a universalizar-se. Parecem agora abertos a todos. São-no realmente, salvo o mitraísmo. Mas é somente pelo seu lado exterior, o lado menos religioso; poder-se-ia dizer nada religioso; porque o exterior nada é, se não manifesta uma alma.

As bacanais, as procissões delirantes da Grande Mãe, em que os eunucos triunfam entregando-se a transes de epiléticos: eis o que se franqueia a todos. Desde que se trata da vida interior, mística e verdadeiramente moral, recai-se na estreiteza da iniciação. Considera-se como ímpia uma manifestação comum da doutrina e dos divinos arcanos. O número é uma profanação. O exclusivismo faz parte das alegrias do iniciado, neste mundo e no outro.

Os partidários da mentepsicose, pouco numerosos relativamente, ainda têm esta pálida desculpa de só desprezarem a multidão provisoriamente; ela renascera mais perto de nós, se disto for digna, e subirá algum dia ao Olimpo onde as nossas alegrias estão bem próximas. Mas os que terminam na morte o ciclo das preparações religiosas não se mostram lá muito universalistas, quando dizem equivalentemente: Que se arranje a multidão humana!

Aproximei isso destas grandes palavras: *“Ide e ensinai todas as nações, ensinando-lhes tudo o que eu vos mandei”*; *“Não se acende a lâmpada para escondê-la debaixo do alqueire”*; *“Não há nada oculto que não deva ser manifestado”*; *“O que eu vos digo ao ouvido, pregai-o de cima dos telhados”*: e verificareis a diferença.

Correlatamente, a tendência universalista do sincretismo comportava uma tendência para a interioridade, tendência que as religiões políticas das épocas anteriores desprezavam. Neste sentido, havia grande progresso. A salvação do Estado cedendo à preocupação da salvação da alma; o indivíduo imortal suspeitando o seu valor e, a despeito de monstruosas aberrações, elevando-se à ideia de sacrifício: aí já era o excelente. Os *mistérios* assinalavam esse estado novo da opinião religiosa. Mas julgai de perto essas manifestações, e capacitar-vos-eis da ilusão que haveria em aproximá-las da vida interior tal como compreendeu o misticismo cristão. A aparência de certos termos pode enganar; a realidade é muito menos nobre.

Que é que se pede ao iniciado para participar dos favores místicos? A pureza, o que poderia fazer crer por isto se entende o que o Evangelho entenderia. Mas, lendo

melhor, percebe-se que se trata de coisa inteiramente diferente. Em matéria de pureza, pede-se-vos não serdes nem “ímpio”, nem “celerado”; é uma boa precaução contra as batidas policiais ou as raízes de objetos piedosos; mas como pureza interior é pouco, quando se pensa que a profissão de cortesã permite à iniciada conservar o que seus sacerdotes chamam de “mãos puras”.

Mais tarde, a iniciação do cristianismo já desenvolvido levará essas religiões a macaquearem o nosso misticismo; elas chamarão seus deuses – coisa nova – os “guardiães da alma e do espírito”, e as suas inundações de sangue de touro serão consideradas como tendo o efeito do batismo; mas, por seu próprio movimento, essas religiões não levam à vida interior; a pureza de que elas falam na sua catártica é uma pureza legal, semelhante à do Judeu que não comeu porco e está com as mãos limpas.

Notai que, entre os Judeus, esse formalismo, pelo fato de se substituir à ideia moral, era uma degenerescência; di-lo bastante o Salvador. Aqui, é o caso normal. Não se trata de deplorar as próprias faltas e de converter o próprio coração, mas de tomar um banho que vos liberta das lamas da existência à maneira de uma lavagem mecânica.

A pureza pagã é uma medida prudente contra as doenças, as enfermidades precoces, os acidentes, os desarranjos de mente e do corpo vindos dos deuses descontentes. E descontentes por quê? De modo algum porque o nosso coração está longe deles – o que, de resto, merecia às vezes louvor! – mas porque certos atos ou certas omissões nos tornaram para eles um objeto de horror.

Consegue-se dobrar os deuses por meio de encantações materiais. Para isso não basta uma consciência fiel; é preciso uma voz justa. O bárbaro, que não sabe pronunciar o grego, é excluído pela mesma razão que o ímpio ou o celerado. Assim traz o ritual. Tudo isso é pura magia, e não religião ou moral.

Apresso-me a observar, como já mais de uma vez o fiz, que essas críticas atingem as religiões antecristãs tomadas em si mesmas, e não sempre, e em tudo, os SUS fiéis cultos. É por isso mesmo que, aparecendo-lhes o cristianismo, eles se precipitam nele em multidão. A partir desse momento, a situação inverte-se, e, em vez de serem superiores à sua religião, eles serão esmagados pelo novo ideal, a ponto de se declaram servos inúteis, mesmo após heróicos esforços. Mas não se trata de indivíduos, trata-se dos próprios cultos e daqueles que os vivem tais como eles são. Esses acham-se entregues a práticas em que a magia ocupa um lugar inteiramente absorvente. Corre-se a toda parte para lhes ter o duvidoso lucro; mas isto mesmo prova que não lhes dá senão um mero sentido supersticioso. Não contente com a própria religião, pratica-se a dos outros, porque não se sabe de quem é que se pode ter necessidade. Não vale por dizer que a Divindade verdadeira, a que vê o coração, vos ficou alheia?

Conhece-se um certo Faventino que, no seu epitáfio, se gaba de ser ao mesmo tempo áugure da velha religião romana, Pai e arauto sagrado no culto do sol invicto (Mitra), arquibúcolo no culto de Baco, hierofante de Hécata, e sacerdote de Ísis. A gente pensa nesses magnatas da finança que fazem parte de trinta ou quarenta administrações.

E, quando os deuses tão ecleticamente desservidos dão mostra de resistir às súplicas dos seus fiéis, pretende-se possuir meios de forçá-los: prova nova da nulidade

moral desses ritos. Não é, porventura, escandaloso que certas fórmulas ou simplesmente a invocação de um nome secreto, coloquem o poder de Deus à disposição do fiel, sem que a retidão de intenção entre nisso pelo que quer que seja? Que outra coisa é então esse Deus, se não é um daqueles Olímpianos de Homero que uma fatalidade domina, ainda quando se chamasse Júpiter, e que pode enganar-se ou enganar, a quem se pode enganar, a quem se pode forçar, se, por uma hábil manobra, se lhe consegue virar o poder?

A Igreja está tão pouco disposta a imitar esses ritos pretensamente santificadores, que os afasta com horror, acusando-os, pela boca de Paulo, de só terem a “*satisfazer melhor a carne*” (Cl II, 20-23), sem dúvida em razão do fim todo carnal colimado ao submeter-se a eles, mas também, o que não parece lá muito duvidoso, por não sei que sadismo de sensibilidades “*détraqués*”, como o indicam as estranhas histórias edificantes contadas nos Mistérios. Só se fala aí de violência e de luxúria, e, diz Gaston Boissier, “*verdadeiramente parecia haverem-nas reservado para o segredo dos mistérios porque quase não se podia exibi-la em plena luz*”, essa plena luz que via tantas!

“*Bem aventurados os corações puros, porque verão a Deus*”: é o contraste absoluto entre o cristianismo e essas falsas purezas legais.

Se desses pontos de vista gerais passássemos à minúcia, ainda muito menos justificada acharíamos a pretensão de fazer sair o cristianismo do meio compósito em que nasceu. Não basta dizer, por exemplo: a morte e a ressurreição do deus fazem parte de vários cultos; os ritos da iniciação assemelham-se ao batismo; os repastos sagrados pelos quais se comunga com Dionísios ou com Mitra são como que uma cena eucarística; o iniciado de Átis come a carne de um animal divino e bebe o sangue do touro sagrado para se identificar com seu Deus; Orfeu e Cristo são aproximados pelos próprios primeiros cristãos; a linguagem ritual é às vezes idêntica no cristianismo e alhures, tal, por exemplo, o “*refrigério*” desejado aos mortos, o qual se julgaria tirado dos cultos de Ísis; o ascetismo cristão e o ascetismo pagão têm parentescos manifestos; os carismas, ou manifestações do Espírito, lembram os transe místicos dos cultos gregos ou orientais; a disciplina do arcano, ou proibição de revelar fora tais crenças ou práticas cristãs, é um caso particular nos Mistérios; os catecúmenos e os batizados representam os profanos e os mistes, etc.; tudo isso não basta para demonstrar uma filiação entre o cristianismo e cultos anteriores e contemporâneos.

Uma multidão de confusões insinuam-se nas aproximações estabelecidas. Há umas autênticas, e daqui a pouco direi a razão disso; porém a maioria são superficiais ao ponto de aproximarem apenas uma máscara de um semblante ou um retrato de uma caricatura. De sorte que, se não se tomar cuidado, salientando-as incide-se nesses “*mais ou menos*” que são uma espécie de trocadilho, como sucedeu a esse grande erudito que é Salomão Reinach, em punição dos “*parti pris*” que fizeram do seu Orpheus o último dos panfletos inspirados pela questão Dreyfus.

Para todos, por exemplo, é certo que a ceia eucarística, que se quereria fazer sair das divagações mitológicas, se apresenta historicamente como uma continuação da Páscoa judia, seu símbolo claramente invocado pelo próprio Jesus, e que portanto não

há sombra de empréstimo, mas sim desenvolvimento voluntário, aliás transcendente, visto como a Páscoa judia era e sabia que era um símbolo, ao passo que a Páscoa cristã é uma realidade.

A liturgia da missa é igualmente judia: é a cerimônia do “sabbat”, na sinagoga, simplesmente aplicada às novas concepções e às realidades novas. Isto por aí mesmo se compreende, dada a composição dos primeiros grupos cristãos, que eram judeus e mui longe ainda de quererem ir buscar o que quer que fosse aos cultos pagãos. “*Que pode a luz ter de comum com as trevas?*, dizia S. Paulo, *que acordo é possível entre Cristo e Belial?*”

A gente se pergunta também o que é que a morte de Jesus sob Pôncio Pilatos, em plena claridade histórica, e consignada por Tácito nos seus *Anais*, pode ter de comum com a morte de Átis, da qual se confessará que é bastante dizer: é um símbolo. Os que a ela se uniam misticamente, assim bem o entendiam, pelo menos os melhores. Os que refletiam poderiam ter dito ao seu deus, tão pouco edificante e tão longe de toda realidade histórica:

Bem creio, cá entre nós, que não existes.

E, isso dizendo, ter-lhes-iam feito honra.

Quanto à ressurreição, é historicamente, e não misticamente, que ela faz parte do sistema cristão, especialmente no seu ponto de partida. Ela é o grande fato, a prova irrecusável, pela qual os Doze “se fazem degolar”, dirá Pascal, como por uma coisa que eles viram, que demonstra a missão de seu Mestre, e que portanto é para a doutrina deles um fundamento de realidade, e não um símbolo.

Acrescentemos que o símbolo de que se fala, os apóstolos cristãos não o conhecem provavelmente no início; eles quase não o apreciarão, vendo nesses pretensos mistérios meros “*contos de velha*” (I Tm IV, 7). Que significa, destarte, a ideia de empréstimo? Não se pede emprestado a símbolos, fossem eles sublimes – e com a maioria de razão se são julgados pueris – coisa com que afirmar historicamente e de que morrer.¹⁰

E assim sucede com tudo o mais. Tomais uma após outra todas as semelhanças que se procuram salientar: ou elas são inventadas, ou se mostram muito mais ainda diferenças, porque o seu espírito é inteiramente outro; e que é o gesto ou a palavra sem espírito? Este é que é a verdadeira realidade religiosa. De sorte que, depois de haver mostrado os cristãos e os pagãos agindo em comum desta ou daquela for,a dizendo isto ou aquilo, nada mostrastes, se diversa é a alma das palavras e das coisas.

Em toda a extensão da sua vida comum com as civilizações pagãs, a alma da Igreja cristã mostra-se antagonista a fundo, e não devedora. No início, ela se opõe às imitações mesmo mais inocentes. E isto, repito, não quer dizer que não haja aí pontos comuns. Deve haver. Mas há diversidade de espécie, porque há diversidade de origem, diversidade de espírito inspirador, diversidade de fim. A Igreja é inconfundível.

Estabelecido isto, resta ver como, tendo feição própria, a Igreja utiliza sem pestanejar tudo o que o passado lhe legou, tudo o que o presente lhe oferece, e antecipadamente se adapta a tudo o que o futuro lhe promete.

II

A caducidade religiosa do mundo, por ocasião do advento do Salvador, era bastante semelhante ao húmus que se amontoa, sobe as juncadas de folhas mortas, ao pé dos veteranos da floresta. Inerte por si mesmo, o húmus aguardava apenas um germe para irromper em brotos novos. A Igreja não tinha, pois que trazer tudo. Trazia a essência cuja definição fornecemos, alma permanente que ela deveria para sempre salvaguardar, mas que seus primórdios encarnavam num corpo rudimentar, destinado a progredir em todos os sentidos: doutrinamente, praticamente, administrativamente, já que o tempo e o meio natural condicionam tudo o que vive.

Fidelidade a si mesma e intransigência no que respeita à sua essência íntima; mas também plasticidade e adaptação utilizadora a respeito de um meio providencialmente destinado à sua vida: tais são os dois deveres da Igreja. O segundo é menos necessário, se se quiser; mas essas questões de grau no indispensável não têm nenhum interesse prático.

S. Paulo chama as doutrinas pagãs, leigas ou religiosas, *os elementos deste mundo* (Gl IV, 3); quer dizer, sem dúvida, as letras do alfabeto ou os rudimentos de palavras com que se constrói o discurso. São elementos; conservam o seu valor de elementos; só são rejeitados se pretendem ser por si só o discurso. Se consentem na absorção, são louvados e utilizados.

A razão fundamental pela qual a Igreja tem essa aptidão e assim procede, é que, divina, isto é, filha do Criador de todas as coisas, é irmã de todas as coisas; é fundada na natureza, e admite a natureza não somente nos seus elementos profanos, mas também nos seus elementos morais e religiosos, que não são menos natureza do que o resto. É essa, para ela, um sinal de catolicidade, “nota” da sua verdade e da sua origem divina. “Só a igreja, escreveu Newman, conseguiu rejeitar os elementos maus sem rejeitar os bons, e fazer entrar na unidade da sua síntese coisas que em qualquer outra parte são incompatíveis”.

A Igreja utiliza, assim, principalmente três coisas: o senso do sublime, tirado do Oriente; o senso do belo e do razoável, especialidade dos Gregos; o senso do justo e do útil, próprio à civilização romana.

O Oriente chega à Igreja, para lhe enriquecer as concepções, por um canal todo indicado: a Bíblia. A civilização judaica, nas suas épocas clássicas, já era uma síntese depurada do Oriente religioso e uma síntese aproximada, já sofrivelmente rica, do Oriente político, filosófico e social. A *dispersão*, pondo o judaísmo em contato com as outras raças, amplia-o e, uma vez assimilado ao cristianismo, torna-o mais apto ao papel de núcleo que ele é chamado a desempenhar por sua parte, a respeito da vida nova.

O Oriente infiltra-se assim nas veias da Igreja como um sangue quente e brilhante cujo encarnado se reconhece facilmente hoje mesmo. Os espíritos estreitos a quem chocam os nossos ritos pomposos, as nossas tiaras e as nossas formulas por gosto enfáticas, acham nisso matéria para censura: mas o cristão desprendido de si pensa nos

séculos e nas raças com que é solidário, na unidade feita de diversidades que a vida católica realiza, e sente-se ufano de aderir a uma sociedade integralmente humana.

Não menos úteis à vida da Igreja deviam ser os maravilhosos contributos da civilização grega. Eram-no ainda mais a certos respeito. A filosofia, tão necessária para sistematizar a doutrina, para torná-la coerente com o espírito, proveitosa à investigação e defensável a respeito de adversários bem armados, da Grécia é que virá.

Separada da religião, ou posta a serviço de religiões falsas, pueris ou insuficientes, a filosofia não tinha servido de nada para a vida. Só dava o incerto, não assegurava da verdade e ainda menos da sua realização prática. Nada de trilha humana traçada, unicamente especulações, porque a autoridade faltava, se não faltavam o saber e a eloquência. Aquele que puder dizer: “*Eu sou o caminho, a verdade e a vida*” estará em condições de fazer a filosofia atingir seu escopo como faz atingir seu escopo tudo o mais. “*Restaurar tudo em Cristo*”, a filosofia terá o benefício desta palavra, e aquele que nem sequer lhe pronunciou o nome, aqueles que posteriormente falam uma língua de aduaneiros e de barqueiros, serão os verdadeiros salvadores dela.

Na época de Jesus, o classicismo está em via de dissolver-se nas loucuras místicas ou míticas em moda. Bem longe dos espíritos claros da Hélade, uma quantidade de pretensos pensadores degeneram no mágico, no curandeiro banal e no adivinho. Pelo órgão daqueles a que nós chamamos seus Padres, seus Doutores, a Igreja recolhe as tradições de Sócrates, de Platão, de Aristóteles; completa-as e compreende-as por assim dizer, melhor do que eles próprios, nisto que leva a fundo aquilo que eles apenas haviam esboçado, endireita o que eles haviam deformado, harmoniza com verdades novas o que eles tinham deixado sem nexos. Mais tarde, fá-los-á reinar, com seus êmulos, em face da sua própria apoteose simbólica, no próprio palácio do Vaticano. A *Disputado Santíssimo Sacramento*, de um lado, e a *Escola de Atenas*, do outro, decorando a Stanza della Segnatura, interpretam o “selo do pescador” como uma aceitação de todo o humano incorporado a todo o divino, para que Deus seja tudo de todos, e de tudo.

Não é segredo para nós que a Revelação é a salvação da razão, e que a *luz que ilumina todo homem que vem a este mundo*, se tem o seu foco divino no pensamento evangélico, sabe reconhecer-se também nos achados dos homens. De uma religião nada sistemática em si mesma, e de uma filosofia (a de Aristóteles) arreligiosa no fundo, mas em que o pensamento grego atingia o ponto culminante da sua força e da sua luminosa harmonia, a Igreja, representada pelo maior de seus doutores, fará a *Suma Teológica*, a obra filosófica mais religiosa e a obra religiosa mais filosófica que jamais tenha aparecido.

O que eu digo da filosofia aplica-se, sem que seja necessário demorarmo-nos nisto, a todos os aspectos, tão variados, da civilização helênica. A arte de nossas catacumbas e de nossas basílicas outrora não é senão a arte grega, degenerada, é verdade, mas aceita tal qual, e admitida ao batismo, enquanto aguarda ser confirmada, alimentada com o sangue de Cristo, absolvida de suas taras, casada com a divina Esposa, à qual dará esta gloriosa filha: a arte cristã. Prova de que o Espírito criador,

servido pelo gênio do homem, não é menos artífice de beleza do que de prosperidade em qualquer domínio, de verdade e de virtude.

Enfim, eu disse que ao gênio romano a Igreja toma emprestado o seu espírito de governo, o seu senso do legal, a sua capacidade de reger a um tempo larga e firmemente as realidades humanas. O direito canônico, desde o início, enceta a larga curva que ainda não está fechada, que nunca o estará; sem pestanejar, vai buscar as suas mais precisas determinações à ciência jurídica de Roma. Submete-as, bem entendido, à sua matéria e aos seus fins – às vezes não o bastante, talvez: mais de uma vez, ao longo da história, notar-se-iam reminiscências da dureza romana a respeito de súditos regidos pela lei de amor; mas, no conjunto, a utilização segue sempre a mesma regra: envolvimento assimilador, entrada de tudo sob uma lei de vida que se endereça a tudo, querendo fazer realizar seus fins o homem todo.

Por si mesmo se concebe que a recíproca devia também ter lugar. O direito canônico influenciou todos os pensamentos jurídicos da nossa era; ele olhava de mais alto, e, daí, a mais profundo: devia-se recorrer a ele para julgar das maiores causas. Pena é não se fazer isto ainda mais nestes nossos tempos de dispersão de espírito!

E, se se trata dos elementos propriamente religiosos encontrados pela Igreja no momento do seu nascimento e no curso dos seus primeiros desenvolvimentos, já não sucede com eles inteiramente o que sucede com os produtos da civilização geral. Os empréstimos, aqui, reclamam prudência. É preciso não se expor a incorporar germes mórbidos, e aquilo mesmo que mais tarde será nutriente pode ser mórbido no estado nascente.

Já lembrei que o primeiro cuidado da Igreja deve ser diferenciar-se, a fim de se definir. Uma vez bem reconhecido o que ela é, poderá ela entregar-se sem perigo a um trabalho de adaptação, em mira a um enriquecimento dos seus quadros.

É no começo do século II que a Igreja, conquistando todo o escol social, tem com que se fazer julgar tal como é, e pode pois tranquilamente apropriar-se de elementos úteis sem se arriscar a ver-se confundir com cultos doravante vencidos. Nesse momento, aliás, estando encerradas as perseguições, a dilatação da Igreja e o seu estabelecimento pacífico criam necessidades novas, que os contingentes estranhos ajudarão a satisfazer.

É assim que Gregório, o Taumaturgo, seguido nisso por todos os seus colegas, introduz em Neo-Cesareia costumes religiosos tirados do paganismo, mas que, bons em si mesmo, em todo caso indiferentes, podem adaptar-se às crenças cristãs. Festas, banquetes simbólicos, datas consagradas por longos usos são batizados, após serem cuidadosamente expurgados ou explicados. Dá-se com eles o que se dá com os edifícios religiosos dos pagãos, que são mudados de destinação, conservando-se. A intolerância necessária mostra-se assim isenta de fanatismo e de mesquinha impertinência. Ao mesmo tempo ostenta-se a liberdade do espírito religioso a respeito dos ritos acessórios, quando no paganismo o rito é tudo, e a interioridade *ad libitum*.

A liturgia acha, assim, como progredir no sentido da amplitude e do senso estético. A clareza majestosa e a bela ordenação gregas juntam-se à vida interior de que

a Igreja tem o monopólio. O exterior poderá corresponder ao interior; o gesto secreto assumirá a amplitude de um gesto de multidão, para que a Igreja também ore, e pelo seu corpo tanto quanto pela sua alma.

A terminologia sagrada segue um movimento paralelo: vemo-la enriquecer-se de termos figurados tirados da poesia antiga, veiculados por meio de religiões rejeitadas, mas não inteiramente perversas. Os exorcismos solenes, as lustrações de água benta, as velas, as túnicas brancas, as procissões à imitação dos Panateneus, tiram daí sua origem.

A Festa de Natal, que faz coincidir o nascimento de Jesus com a festa do Sol invicto (*Natalis invicti*), lembra a cristãos recentes que o Senhor deles, nascendo em Belém, é que é o verdadeiro sol dos homens.

Agir assim não é pactuar, é ligar-se a tradições purificadas, a utilidades psicológicas ou sociais, a recordações, a valores de arte que, já não sendo veneno, se tornam alimento. O que os povos mais artistas ou mais religiosos do universo tinham achado não podia ser inteiramente vão. Não eram esses os odres velhos, o vestido velho em que o remendo novo do Evangelho não devia ser cosido; era o receptáculo eterno dos sentimentos humanos; era a veste de natureza que não se podia tirar fora sem dilacerar o homem, sem mutilar a história, que representa as etapas da vida do homem.

Essa adoção dos costumes pagãos, regulada com prudência, permitiu a utilização dos sentimentos e instintos que sustentavam os cultos locais; com isso, ela fornece À penetração evangélica uma grande força. O culto dos mortos, o culto dos *demônios* ou espíritos dos mortos que tinham sido piedosos, o culto dos protetores domésticos: penates, lares, *genius*, etc., representavam as mais antigas devoções conhecidas, e por isso as mais tenazes. Expulsá-las sem substituí-las era difícil, e aliás não se devia. O culto dos santos e dos mártires lá estava para auxiliar a substituição; ele compensava no espírito das multidões a perda das pequenas divindades populares. Quando se tira a uma criança a chupeta, ela depressa se consola se em lugar da chupeta lhe dão pão.

É bem conhecido o caso daquele bispo do Gévaduan, de que Gregório de Tours fala na sua *Glória dos Confessores*. Após vão esforço para desarraigar o culto idolátrico do monte Helanus, que consistia em atirar oferendas numa lagoa e em se lhe banquetear nas margens para se tornar favoráveis os seus gênios, teve ele a ideia de fundar no lugar um oratório a Santo Hilário de Poitiers, com suas relíquias. Os campônios afluíram, e aquilo que atiravam no lago consagraram-no de então por diante às caridades do novo santuário.

Isso se fazia mais ou menos em toda parte, e mui sensatamente, pensem o que pensarem alguns. O culto dos nossos santos, bem compreendido, não é a idolatria que o protestantismo pretende; significa intercessão, união universal dos homens em Cristo e solidariedade nesse Vínculo, isto é, depois da ideia de Deus, a mais alta das idéias religiosas. Digamos melhor, ele evoca toda a religião, se o encararmos do lado do homem.

Produziram-se abusos; produzem-se ainda; a veneração e a adoração nem sempre foram bem distinguidas, mormente no início, por homens rústicos, e o egoísmo

mais de uma vez invadiu o terreno dos sentimentos religiosos; mas isso não era culpa da Igreja. A grande construtora constrói; admite o risco. Paris espiritual não se constrói, tão pouco, num dia. Antes de exigir de todos a perfeição cristã, era preciso ligar as massas ao princípio cristão.

Melhor não posso concluir, nem acentuar uma última vez o caráter assimilador, ao mesmo tempo que separador, atribuído à nossa Igreja, senão por estes textos de um dissidente que podemos plenamente fazer nossos:

“A religião cristã, diz Harnack¹¹, apresentou-se desde o começo com um caráter de universalidade em virtude do qual pôs seu cunho sobre a vida inteira, com todas as suas funções, com suas alturas e profundezas, seus sentimentos, seus pensamentos, seus atos. Só afastou a desonra e o pecado. Construiu-se com tudo o que ainda era capaz de viver, e isso graças ao seu poder de organização. Fora dela, quebrou tudo; em si mesma, tudo conservou. Podia isso, porque – sem dúvida ninguém o dizia e ninguém o sabia, mas cada alma piedosa o realizava em si mesma – porque, considerada na sua essência, era alguma coisa de simples, digamos antes de universal, ou católico, que podia unir-se a todos os coeficientes, que os reclamava mesmo”.

Duvido que qualquer autor católico tenha apresentado um argumento de apologética interna mais impressionante e em termos mais fortes.

“Ela, continua Harnack, permaneceu exclusiva, atraindo entretanto a si todo elemento estranho que tinha um valor qualquer. Foi por este sinal que ela venceu; pois sobre tudo o que é humano – eterno ou transitório – ela colocou a cruz, e desde então submeteu tudo ao além”¹².

Donde esta conclusão naturalíssima: “Se o houvessem traduzido (o cristianismo) perante um tribunal, para lhe perguntarem com que direito admitira tantas novidades (e acrescentarei: pilhara tantos adversários), ele teria respondido: Não sou culpado; só fiz desenvolver os germes que haviam sido depositados em mim desde o início da minha existência”¹³.

É bem e sempre a mesma imagem, a mais expressiva das que se podem aplicar à Igreja. A Igreja é um germe que se desenvolve às expensas do seu meio, vivendo do seu meio sem lhe pertencer nem se comprometer nele.

Intransigência e plasticidade são os seus dois caracteres complementares; eles explicam toda a sua história; explicam mui primeiramente o seu início.

O que, nas possantes evoluções que lhe compõem o destino, se transforma, não é ela – ou, pelo menos, as suas transformações são as do grão, que evolui na mesma essência; - o que se transforma, verdadeiramente, é aquilo que ela vive, sendo uma desnaturação enriquecedora a condição imposta seja ao que for para ter acesso à substância.

Ela absorve e não é absorvida. Só aceita as luzes terrenas como matizes de transição para conduzir ao seu sol ou para acompanhar o seu sol – sublime halo que o

astro divino, seu centro, irisa nas nuvens da nossa atmosfera; claridade suave que transforma em joias as agulhinhas de gelo do nosso ar e tamisa no entanto o esplendor obcecante; clarão difuso, clarão cambiante, que leva a irradiação mais longe e coloreia de beleza terreal a inacessível vibração da pura luz dos céus.

“*Instaurar tudo em Cristo*”, em Cristo socializado que é a Igreja; divinizar assim tudo o que é do homem e humanizar tudo que é de Deus: este é o programa. É ao que tendem todos os empréstimos que, sem que jamais se esgote o seu poder e envolvimento e de vivificação, o Evangelho eterno fez e há de fazer à eterna e universal civilização.

CAPITULO VI

A IGREJA EM FACE DOS CÉSARES

I

A Igreja em face dos séculos antigos para se prender neles, em face de si mesma para se constituir, em face do seu meio natural para nele se apoiar, para se distinguir dele na medida necessária e com isso conquistá-lo: tal é a visão de que até aqui penetramos os nossos olhares.

A que reservávamos para sob este título: *A Igreja em face dos Césares*, deve mostrar-nos a obra de Cristo em luta com as potências deste mundo de que ela mais poderia ter que temer, se algo de sobre-humano não estivesse nela, prontinho a medir-se com o humano levado ao máximo – e armado – representado por esta palavra tradicional: César. Insistindo sobre o sentido ampliado, e de alguma sorte simbólico, deste termo, poder-se-ia dizer: a Igreja não esperou estar em face dos Césares para experimentar César. Um César domestico faz-se ver apressado, desde o tempo de Jerusalém, a zombar da familiarzinha heróica, depois de lhe haver matado o Mestre.

A Paixão foi antes de tudo um crime judeu; o Império só indiretamente tomou parte nela, trazendo-lhe uma cumplicidade administrativa, se assim posso dizer, cobrindo com sua assinatura uma sentença imposta por outros. A Paixão continua sob as mesmas responsabilidades enquanto o judaísmo continua sendo a moldura política do cristianismo nascente. Nascida na cruz do Rei dos Judeus, a Igreja aí fica. Predisse-o o Salvador: “*O servo não está acima do amo*”. “*Se eles assim trataram a lenha verde, que farão da lenha seca?*” (Jo XIII, 16; Lc XXIII, 31).

Sob Herodes Antipas, João Batista e Jesus pereceram. Sob Agripa Iº, Estevão, Tiago, filho de Zebedeu, e Tiago, o irmão do Senhor, perecem por sua vez. Outros são flagelados. No ano 34 aproximadamente, a perseguição é bastante forte para dispersar o rebanho – que, como vimos, aproveita isso para enxamear, especialmente em Antioquia.

As razões da atitude adotada pelo sinédrio para com a seita nova não são todas elas religiosas, nem judias. A política romana já entra aí por alguma coisa. Acaso Caifás não disse, perfidamente é certo, mas apoiado em aparências plausíveis: “*É melhor que morra um homem do que todo o povo?*”. Desde esse momento, pois, temiam-se dificuldades da parte dos Romanos. A sinceridade religiosa e a independência ardente dos discípulos de Cristo fazem deles uns perturbadores, ao olhos de uma administração já sobrecarregada de querelas e maçada com as *combinazioni* judaicas.

Quando, pelo fim do século I, o êxodo da Igreja for consumado, Jerusalém destruída e todo poder político de Israel abolido, as pequenas dificuldades locais cederão à grande tormenta cujas causas temos de dizer.

Em principio, entre os Antigos, o homem que pratica uma religião diversa da do seu país está em situação daquele que se põe a serviço dum exército estrangeiro ou

que muda de pátria. Mas a fusão dos Estados ou suas combinações políticas, por meio do direito de cidade diversamente praticado, leva a compor, em religião como em tudo o mais. Estabelece-se uma larga tolerância, que não é um progresso religioso, que é um ceticismo disfarçado nos dirigentes e uma superstição agravada nos outros. Os que crêem na pluralidade dos deuses não se incomodam com a existência de mais alguns. Desde que o interesse e o instinto social se acham postos a coberto, a introdução de divindades novas excita apenas uma curiosidade benévola, ou um sorriso indiferente, ou um vago temor reverencial.

Num sistema mitológico complicado, em que os censos são sempre provisórios, há sempre uma porta aberta; ninguém se admira de ver passarem a ele divindades novas – que aliás muitíssimas vezes só são novas de nome. Que importa seja Deméter chamada Ísis pelos Egípcios e introduzida em Roma sob esse vocábulo estrangeiro, como uma filha que volta a habitar na casa dos pais depois do casamento?

Os judeus e os cristãos têm princípios inteiramente outros e estados de espírito inteiramente diversos. Aos olhos deles, a Divindade não é um patrimônio nacional, nem tão pouco – menos ainda – uma confederação indeterminada em número e em forma. O Deus deles é Deus; os outros são meros demônios ou sonhos, cujo culto é pura impiedade e puerilidade, excitando sucessivamente ou ao mesmo tempo a risota e a indignação virtuosa.

Compreende-se a reação hostil que tais concepções devem provocar, e a solidariedade que deve estabelecer-se entre os cultos pagãos mais divididos, quando se trata de trocar semelhante intolerância. Plínio e Tácito chamam os judeus uma raça célebre pelo seu desprezo dos deuses, e que considera como profano tudo o que os outros têm como sagrado¹⁴. Em regime pagão, e dada a confusão permanente do espiritual com o temporal, isso quase não se perdoa.

Todavia, acha-se jeito de arranjar-se finalmente com os judeus. A não ser que se tornem cidadãos romanos, caso em que as dificuldades sobrevêm e se resolvem de diversas maneiras assaz arbitrárias, eles beneficiam da tolerância geral. As perseguições consistem pra eles, as mais das vezes, em imposições de tributo. O dinheiro é o preço da sua liberdade. Tudo se compra junto a gente para quem o espiritual é antes de tudo negócio temporal, negócio de Estado. A irreligião só é perseguida a título de anarquia: já não se é anarquista quando se paga para a administração da ordem. Os judeus tornam-se excelentes servidores de Júpiter Capitolino, desviando em proveito dele o didracma que os Ben-Israel pagavam ao Templo antes da destruição do santuário. Vespasiano, em todo o caso, assim decide.

Mas o cristianismo não é por muito tempo confundido com sua mãe, a sinagoga. Mãe desnaturada, esta retoma muitas vezes à sua conta o papel de Judas. Interesseira, odienta, ela não quer ligar a sua sorte política à de gente que a abandona cada vez mais, que goza dos seus privilégios e a compromete pelos seus excessos de zelo. Sucede serem judeus os primeiros a denunciar os cristãos às autoridades romanas.

Isso não é muito necessário. Para desvantagem deles, cedo se discerne gente tão extraordinária como esses cristãos. O seu gênero de vida separado, intenso e tão oposto ao século, expõe-nos às represálias de sentimentos melindrados e de

malevolências exacerbadas por toda sorte de interesses comprometidos. Toquei neste último ponto a propósito das conquistas da Igreja.

Calúnias atrozes circulam. Os ritos mais sagrados, que se julga bom manter secretos por prudência, tornam-se por esse fato ocasião de acusações infames. Os ágapes noturnos são convertidos em saturnais capazes de fazer corar as saturnais; a eucaristia vira antropofagia: é uma criança que degolam para comerem.

Essas invenções odiosas e tolas acham crédito junto às massas como nos nossos dias o anticlericalismo. Deus sabe o que se chega a fazer engolir, mesmo alhures! Conheci um astrônomo persuadido da existência de uma comunicação subterrânea entre um convento de homens e um convento de mulheres, em seu país. Haviam-lhe dito isso. Sem dúvida haviam colhido isso nos astros. Gente mui grave, como Tácito, como Suetônio, são os astrônomos daquele tempo¹⁵. Consideram os cristãos como dignos de todos os castigos, por motivo político sem dúvida alguma, mas também por causa de vícios privados acreditados sobre a autoridade dos *dizem*. O *dicuntur* e o *ferunt* dos Romanos não têm menos poder do que os nossos *parece, dizem*.

Essas calúnias são bastante espalhadas para que S. Justino diga que consagra a sua apologia “àqueles a quem o gênero humano inteiro odeia e persegue”. O gênero humano é o mundo romanizado que eu descrevi, e é certo que nossos primeiros pais, com suas ideias tão diferentes em tudo, tão definidas, tão nobremente intransigentes, devem fazer aí uma figura difícil de olhar a sangue-frio. Ou as pessoas se rendem, ou se opõem, o que quer dizer que ou são hostis ou são odiadas, sem matizes intermediários.

Pensai que a vida social, impregnada de paganismo, é quase impossível aos fiéis. Viver é apostatar: não há senão esquivar-se ou morrer – a não ser que se vença. Os nascimentos, os casamentos, as festas de família, os atos da vida agrícola: sementeiras, colheitas, vindimas, tudo, na ordem privada, serve de pretexto a atos religiosos: libações, incenso oferecido aos deuses ou banquetes mais ou menos rituais. Quando vos convidam à sua mesa, num dia de festa, escrevem-vos, como achamos num papiro do século II: Tomai lugar “à mesa do Senhor Serápis, a 16 do mês”.

Caráter semelhante têm os divertimentos populares. As instituições civis e militares supõem juramentos religiosos; as funções inauguram-se ou correm risco de inaugurar-se de maneira ritual. Recusar-se a tudo isso, é irritar o gênero humano em grau verdadeiramente insuportável.

E a misantropia complica-se aqui de rebelião, visto como, ao mesmo tempo que se recusam as ações cotidianas, recusa-se a participação nos serviços públicos, que têm o caráter de um dever. Todos os cultos cedem ante a vida romana; todos com ela se acomodam fácil ou respeitadamente; só o cristianismo se enrija: convida a que o quebrem.

Por outro lado, a sobriedade das suas crenças faz os cristãos passarem como racionalistas aos olhos de pessoas que porfiam em complicar e em subtilizar. A ideia nítida que eles têm o Deus uno fá-los passar por ímpios – como Sócrates, - nisto que o Deus que eles adoram só parece definir-se pela negação dos outros. Afirmar uma coisa sobre mil não é, “grosso modo”, negar tudo? Desprezar o panteão inteiro, salvo um Deus, é uma impiedade manifesta. É bem ruim o caso dos cristãos.

É tão ruim o caso deles, que eles são acusados de maneira a não acharem saída senão para o túmulo. A tolerância romana, tão ampla, tão universal até então, chega a dizer: sede tudo que quiserdes, menos cristãos.

A partir de que época o cristianismo é considerado juridicamente como *religio illicita*, não se sabe bem. Isso pode ser muito cedo. Em todo caso, no tempo de Tarjano (98-117) a questão não se presta mais a dúvida. O simples fato de ser cristão basta ao juiz. Não há necessidade de articular outra acusação. Magia, incesto, infanticídio, lesa-majestade ou sacrilégio, todas estas imputações absurdas ou atrozes com que o povo os agrava já não têm mais que se justificar no pretório. “Que é que recitais nas vossas tabuinhas? Clama os juízes o veemente Tertuliano. Fulano, cristão? E por que também não: e homicida?” Poder-se-lhe-ia responder: é inútil; os cristãos, como tais, estão fora da lei do Estado, lei que é religiosa ao mesmo tempo que política, porque é política.

Isso não é de admirar. E será abusivo? Sim, evidentemente, em si, visto que se persegue a verdade. Ao invés de sacrificar o cristianismo a um dogma social inferior, a atitude correta seria escutar, convencer-se, visto haver de quê, e render-se. Mas isso de maneira alguma prova que tal magistrado, tal imperador não possa estar, ele “subjetivamente”, muito em regra com a sua consciência.

O cristianismo instaura uma revolução: deve esperar pela sorte dos revolucionários, isto é, pela oposição não somente das pessoas mal intencionadas, mas também dos homens de ordem no sentido estrito do termo, dos conservadores e dos sectários políticos que ele não tiver conseguido imediatamente converter. Quando os homens de ordem são Nero ou Domiciano, devem-se ver coisas piores!

Coisa surpreendente: é sob um sapientíssimo imperador, Marco Aurélio, que os tempos se tornam os mais duros para o cristianismo. As cenas horríveis e gloriosas dos mártires de Lião, as de Cartago, datam do fim desse reinado. Há para isso razões gerais e razões locais; porém os preconceitos do Imperador, tanto mais inextirpáveis quanto são refletidos, a recusa de examinar os fatos, pois a teoria acalma a consciência, a aplicação cega das leis do império, devem entregar os cristãos, sob esse imperador, aos rigores de uma serenidade sem entranhas. Só depois desse alto filósofo, e, ó ironia! Sob um dos imperadores mais odiosos que Roma teve, Cômodo, é que a tranquilidade volta.

Para compreender isso, importa observar que, a respeito de semelhante problema, os imperadores não são tudo. Um imperador nunca é tudo. Mesmo um Estado centralizado ao máximo, a centralização só relativa pode ser. Entre nós, a sorte do pequeno editor ou do funcionário não depende tanto do governo como do prefeito, dos “comitês” locais, do deputado, até mesmo de um intrigante sem mandato. A política local pesa sobre o indivíduo mais do que a política geral do Estado, e o tirante é mais de temer do que o tirano.

Quando há contra vós, notadamente, isso a que se chama “as leis existentes”, nunca estais em segurança, porquanto, tivesse o poder central intenção de deixar dormir o instrumento de suplício, desde o momento que ele não pode ou não quer suprimi-lo, a gente se arrisca sempre a ver o cutelo desprender-se, mesmo quando a mão dele permanece inerte.

Portanto, mesmo com bons imperadores, os cristãos vivem sob a ameaça constante, e, periodicamente, sob a ação do martírio. Quando César esquece a razão de Estado ou acha nela motivo de tolerância, o que sucede, nem por isso nossos pais deixam de ficar sendo uma caça perseguida, em todo caso disponível, visto como não merece aos olhos de quem quer que seja, no mundo político, a menor benevolência. Ao primeiro sobressalto de ódio popular, graças ao menor incidente local, ou em razão de uma malevolência individual um pouco poderosa, tudo é posto novamente em questão, e a morte trabalha.

Isso explica suficientemente os fatos até o fim do século II. Depois, intervém um elemento moral inteiramente novo: o medo. As pessoas se lembram das palavras de Domiciano: “Eu preferiria suportar um rival em Roma a suportar um bispo cristão”. Semelhante sentimento mostra o quanto está mudada a situação entre a Igreja cristã e o Império. A Igreja tornou-se uma potência. A arrogância serena de um Marco Aurélio ou a segurança de um Adriano já não são admissíveis. A Filosofia acaba de mostrar o que vale. O sincretismo religioso desacredita-se, e, sob os olhares da autoridade romana, o rebanho de Cristo estende-se de maneira a mais inquietadora. O tempo vai chegar em que o perseguido de ontem será o vencedor; o leãozinho, que fora tomado como caça vulgar, mostrar-se-á o “leão de Judá” e pulo irresistível. Antes disso, deve ser tentado o esforço supremo. Tentam-no, e a perseguição de Diocleciano, a que se chamou a era dos mártires, datando a 9 de Agosto de 284, é o ponto culminante desse período.

Não se põe nela, aliás, grande continuidade; procede-se por acessos. Quanto ao resultado, este dá razão à palavra de Tertuliano, tão ousada, tão consciente do *milagre* na sua forma mais trágica, senão mais alta: “*Sanguis martyrum sēmen christianorum*; o sangue dos mártires é semente de cristãos”.

Cumprê relembrar as leis dessa germinação cruenta, dizer por que as crueldades dos Césares resultam às avessas, como é que não descorçoam o lealismo dos cristãos, mas do que nunca afeiçoados ao Império à medida que dele sofrem, e que atitude enfim sabem guardar heroicamente homens em quem o ódio devia produzir naturalmente o ódio, mas em quem, ao contrário, produz o amor e o triunfo social do amor.

II

As razões do triunfo dos vencidos, na luta desigual da Igreja com o Império, são antes de tudo de ordem sobrenatural. Aqui, como também quando se tratava de um extraordinário crescimento – as duas questões, ademais, são conexas – não se pode afastar o milagre. Quem quer que pense nisso com o sentimento do real e do possível humano parece dever consentir nisto. Não é necessário e não é eficaz, aqui, raciocinar; basta ver, mas ver com os olhos da alma.

Todavia, o sobrenatural tem seus meios naturais, que nem por isso são as suas *causas*; ele segue uma marcha; para agir num plano superior ao homem, toma seus pontos de apoio no homem. Há, pois, razão para inquirir das causas humanas que

intervieram aqui, o que redundava em perguntar que caminhos seguiu a Providência em favor do seu miraculoso.

Bem parece que as razões de vitória devem ser buscadas antes de tudo nos sentimentos que a perseguição excita, quer nos expectadores generosos – e isto, já o dissemos – quer nos próprios perseguidos. Milagre de generosidade em ambos os casos, milagre de graça, com a cooperação da natureza.

Os que desdenham os sentimentos, ligando orgulhosamente toda a marcha do mundo a sistemas políticos, ou, baixamente, a fatalidades econômicas, recebem aí um desmentido. O martírio, dominante dos sentimentos inebriados e cantantes da alma cristã primitiva, desempenha um papel capital na harmonia pautada por Cristo; e, admitido o ponto de partida, concebe-se que essa harmonia seja destinada a expandir-se em ondas cada vez mais longas no concerto, embalde dissonante, deste mundo: “O exemplo da morte dos mártires nos toca, escreveu Pascal, porque são nossos membros”.

O martírio é o heroísmo do amor, e, após as nítidas declarações do Salvador, o amor aparece como o centro da doutrina e a pedra de toque da prática. “*Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos*”: esta palavra do Mestre, que ele aplicou a si mesmo, aplicam-na a si os verdadeiros cristãos. Prontinhos a lhe provarem o sabor delicado e áspero, eles haurem nelas esse sentido do supremo que favorece o estado nascente de todos os grandes movimentos humanos, e, com maioria de razão, de uma obra antes de tudo divina.

Do ponto de vista da “salvação”, isto é, do êxito pessoal da vida, de que nenhum de nós tem o direito de se desinteressar, visto que a vontade providencial coincide aqui com o mais decisivo interesse, visto que cada um recebeu o encargo de si mesmo antes de ser encarregado de outrem – deste ponto de vista, digo, pessoal, mas não egoísta, o martírio é o meio por excelência. Ele une a Cristo na morte, e portanto na vida ao máximo, constituindo um ato último, de todos os mais vital; e por isso mesmo nos une a Cristo na sua ressurreição, já que, para nós como para ele, a morte é uma mera passagem.

A teoria do *batismo de sangue*, que é primitiva, e que parece ser considerada no início como uma evidência, estabelece o candidato ao martírio na segurança de uma glória celeste imediata e fá-lo repudiar o medo. “*Não temais os que matam o corpo e depois nada mais têm a fazer*”, disse o Senhor. Esse sublime “*nada mais*”, esse “*depois disso*” dizem muita coisa sobre o desdém daquilo que passa em relação àquilo que fica. Que é matar o corpo, se não é libertar a alma, que os seus pecados passados e os seus receios de futuro oprimiam?

Tem-se o direito de pensar que a glória humana religiosamente encarada, isto é, como uma nobre emulação para o bem e como uma alegria de, a título de herói, existir no pensamento de seus irmãos, na lembrança perpétua da Igreja, não é estranha a esse apetite de morrer. Chama-se aos mártires os *bem-aventurados*, os *beneditos*, os *atletas*, os *magnânimos*. Invocam-nos; eles conferem indulgências por meio do *bilhete de paz* (*libellus pacis*); conservam-se os seus restos mortais; visitam-se-lhes os túmulos; erigem-se altares sobre suas ossadas; celebram-se-lhes os aniversários;

poesias, como as de Píndaro sobre os atletas dos jogos, eternizam esses atletas da alma. Tudo isso torna-se um apelo magnífico aos grandes corações.

O amor ao risco, de que nos têm falado eloquentemente, e de que um esporte novo, como ontem a aviação, basta para exaltar os vãos mais belos do que os de engenhos toda via admiráveis, acha aí matéria bem diversa. A cada instante e como pelo efeito de um contágio irresistível, vêm-se guardas de prisão ou algozes juntar-se ao rebanho de suas vítimas, e declarar que também querem morrer.

Essa persuasão de que morrer é um lucro, quando é por Cristo, torna mais fácil sem dúvida a nossos pais o cumprimento, mesmo nessas circunstâncias extremas, do preceito evangélico: *Amai os vossos inimigos; fazei bem aos que vos perseguem*. Quando, no dizer dos Atos (V, 41), os apóstolos sofreram o suplício do flagelo, logo no início do seu ministério em Jerusalém, “*lá se iam alegres por terem sido julgados dignos de sofrer o opróbrio pelo nome de Cristo*”. Quando se nutrem tais sentimentos, a cólera já não tem lugar; pensa-se tranquilamente no algoz; pensa-se nele tristemente, pelo seu erro, se é de boa fé, e, no caso contrário, pelo seu crime.

Os dois casos aqui se apresentam, e não o ignoram os cristãos. No conjunto, estes atribuem a resistência do mundo ao poder de Satanás, artífice de malícia e de erro no meio dos homens. Estes últimos são vítimas dele, antes de serem seus colaboradores. É, pois, sobre ele que se faz recair a detestação. Digamos mais simplesmente, como o dirá mais tarde Agostinho: o cristão odeia o mal amando quem o faz.

César, isto é, o Estado, se beneficia desse sentimento. Sente-se que ele é escravo do Maligno, já que a idolatria – essencialmente diabólica para nossos pais – é a lei social; mas ama-se a César como criatura de Deus, de Deus que fez os governos, tendo feito os povos; ama-se como benfeitor temporal, visto como, fora da religião, ele protege e desenvolve a vida coletiva, de que os cristãos não entendem de se abstrair. Ama-se também a César instintivamente, como se ama o seu meio natural, o seu berço ampliado, a sua pátria de corpo e de alma.

Daí esse lealismo, que é bem impressionante em homens perseguidos de morte, e que não se desmente. S. Paulo disse: “*Submeta-se toda alma aos poderes superiores, pois não há poder que não venha de Deus... Aquele, pois, que se opõe aos poderes resiste à ordem de Deus*” (Rm XIII, 1). É verdade que ele assim falava num período de calma; mas era no dia seguinte às atrocidades de Nero, e o epistoleiro incomparável poderia ter visto sua página iluminada pelas tochas vivas em que se consumiam seus irmãos. Pedro, por seu turno, repete: “*Temei a Deus, honrai o rei*” (I Pe II, 17), esse rei que ia crucificá-lo.

Tertuliano faz notar que nunca os cristãos estiveram metidos nas sedições; que jamais os conspiradores, os Albinos, os Cássios, os Nigros, os tiveram por cúmplices. “César, escreve ele fortemente, é mais César para nós do que para os outros romanos, tendo sido, como foi, constituído César por nosso Deus”¹⁶. Estas são grandes palavras; são e serão sempre de tradição na Igreja.

Mas isso não impede que se seja oprimido pelo Império romano como por um poder satânico ao mesmo tempo que divino. Ele é divino como emanado d’Aquele que tudo rege, e como executor das suas vontades relativas à ordem social; é satânico

porque mistura à justiça de suas exigências políticas a injustiça das suas pretensões religiosas e dos seus furores.

Estes dois pontos de vista são em toda parte reconhecíveis na atitude cristã das origens. A ele se liga uma teologia que causa estranheza a certos espíritos e que, no entanto, é das mais racionais. De um lado se diz: obedeei aos chefes políticos por causa de Deus; em certas circunstâncias se diz: “*é melhor obedecer a Deus do que aos homens*” (At V, 29). Isto não se contradiz. Há objetos a cujo respeito a consciência individual está ligada a Deus por intermédio do poder social. Outros há em que ela mesma é juiz, sentindo Deus dentro – como é o caso da lei natural – ou encontrando-o numa autoridade de ordem à parte, como a autoridade religiosa, que o representa diretamente, sem ter de passar pelo estado.

Essas competências diversas fazem a diversidade da atitude cristã. Onde quer que César seja juiz, obedece-se a César. Onde quer que a consciência seja juiz, obedece-se à consciência. E esse dualismo é tanto mais acentuado quanto há aí uma oposição mais completa entre o que a consciência exige e o que é reclamado abusivamente por um poder opressor, que nem por isso decaiu dos seus direitos.

A política cristã sabe assim conciliar tudo: o indivíduo e o Estado, Deus e o homem, insistindo no sentido do estado quando este está apegado aos seus deveres e é respeitador dos seus limites, e pendendo para o lado da consciência quando o Estado abusa, e exige fora do direito. Este último termo da alternativa é o que nos ocupa; é por isso que essa época de sofrimento e de ardor é o ponto de partida histórico disso a que se tem chamado, depois, os *direitos do homem*. O indivíduo imortal, filho de Deus e cidadão da cidade eterna, erguendo-se humildemente em face das forças coletivas que a palavra César representa aos nossos olhos, foi o cristianismo primitivo quem criou essa grandeza.

Não a conhecia a antiguidade. As suas idéias covardes sobre a natureza do ser humano e sobre os seus destinos não lhe permitiam fazer dele outra coisa senão uma abelha subordinada à colméia, ou um pato selvagem elemento do triângulo enterrado no céu azul. Exceder em relação ao seu grupo; fazer bando à parte no espiritual e reservar o seu “quanto a mim” mesmo no caso em que o espiritual parece tocar no temporal e por este motivo interessa uma autoridade ciosa e exclusiva, é uma ideia que se não tolera numa sociedade ou materialista ou, em todo caso, mal segura dos porvires humanos, como é o caso de toda a antiguidade.

Se o homem não passa de um átomo pensante, destinado a desvanecer-se amanhã no grande todo em cuja obra a vida efêmera colabora, quem ousará conceber que esse serzinho se erga contra o todo representado pelos poderes sociais, e diga “não” ao que fica, ele que passa? Ao que é quase infinito em amplitude, em relação ao que ele pode justificar de existência? Dir-se-á a esse vermezinho: Submete-te! Se a tua consciência protesta, deixa-a formar pela consciência do grupo, que não é menos teu educador do que tua fonte, visto que dele emanaste em corpo e alma.

Diversamente sucede na hipótese espiritualista, e sobretudo cristã. Sucede mesmo, direi, ao inverso, visto como então já não é o indivíduo que passa, é o grupo; já não é o indivíduo que é pequeno, é esse corpo social constituído de nossos pós, vivificado por um tempo pela vibração de nossas almas, mas que deve esboroar-se

mais cedo ou mais tarde, no mínimo quando o planeta arrefecido rolar, féretro triste, em volta do seu sol inútil, contemplando-o as almas de longe, do alto de sua glória.

A dignidade do indivíduo, tal como o cristianismo concebeu e impôs ao mundo, é fundo da política moderna, na medida em que esta é ciosa do progresso e não sonha com retrogradações opressivas.

Logo no início, não parece esperar-se semelhante conversão do mundo. O pequenino rebanho, tão heróico espiritualmente, ainda não sonha com uma ação política de que a sua vida espiritual seja a alma. A grande máquina romana parece dever durar sempre e oprimir sempre os eleitos. É uma condição a que as pessoas se submetem como a uma vontade providencial. Faz-se o melhor que se pode para ser um bom cidadão, sendo cristão; mas se, apesar disso ou por causa disso, é preciso sofrer, sofre-se, e se é preciso morrer, morre-se. Faz-se como quando se tratou de gozar saúde por dever e se cai doente. Os que suportam melhor a doença são os mesmos que melhor sabem usar da saúde. Assim os cristãos fiéis às leis e os melhores servidores do Império, como dizem incansavelmente os apologistas, são os mais resignados a esse paradoxo atroz que faz deles uns pretensos revoltosos.

Só mais tarde, quando a sociedade cristã toma corpo e nela se introduzem elementos pertencentes a todos os setores, ao exercito, à política, à magistratura, tanto quanto ao povo, que forneceu os primeiros subsídios, só nesse momento, isto é, a partir do século III, surgem esperanças novas.

Desde o tempo de Marco Aurélio, um Meliton sonhava com uma espécie de aliança entre o cristianismo e o Império, encarregando-se o primeiro, em troca de uma proteção sincera, de fornecer ao segundo os valores morais que aumentariam imensamente a prosperidade. Orígenes retoma este tema uns cinquenta anos depois, com muito mais razão de alimentar esperanças, o que não impede que ele mesmo, torturado em 249, por ocasião da perseguição de Décio, possa perceber que os tempos ainda não estão maduros.

Pode-se mesmo imaginar que tais estados de espírito não entram por pouco na recrudescência das perseguições. Porque o que, no fundo, eles oferecem ao Império é lhe infundirem uma alma nova. Ora, o Império não quer saber disto. A sua alma lhe basta. Ele crê que ela corresponde às suas origens e ao seu fim. A Igreja, se o orgulho dele lhe permitisse levá-la em conta, parecer-lhe-ia aos que estão contentes com este mundo que fecham os ouvidos aos gritos de apelo que nos vêm de lá de cima

A Igreja não é deste mundo, e por esta razão age sobre este mundo a fundo, tentando arrancá-lo a si mesmo para fazê-lo chegar a mais alto do que ele. Para isto é preciso abalar-lhe as raízes. É a epopéia do Cedro na *Légende dès siècles*:

Et frissonnant, brisant Le dur rocher de marbre,
Dressante ses Brás ainsi qu'un vaisseau ses agres,
Fendant la vieille terre aicule dès forêts,
Le grand cèdre, arrachant aux profondes crevasses
Son trone, et as Racine, et ses ongles vivaces,
S'envola comme un sobre et formidable oiseau.

E, trêmulo, quebrando a dura rocha marmórea,
Erguendo os braços qual nau que ergue os seus maçames,
Fendendo a vetusta terra avoenga das matas,
O grande cedro, arrancando às rachaduras fundas
O tronco, e a raiz, e as suas unhas vivazes
Evolou-se qual ave lúgubre e formidanda.

Isso vai bem nos poemas; mas quando se trata da vida de um Estado, as raízes existem, o solo também, e o selvícola, César, é sempre tentado a bradar, como João no poema:

Joveaux Venus, laissez La nature tranquille. (Recém-vindos, deixai tranquila a natureza.)

Mas sim! O paganismo, aos seus próprios olhos, é “natureza”.

Não importa; a perturbação salutar lançada nos Estados pagãos, primeiro pela existência e depois pela ação social da Igreja, terá o seu resultado. Despertando as consciências retas, agrupando-as, a Igreja criará um Estado no Estado. No espiritual, entende-se! Porque no temporal seria uma grave censura; nós não somos separatistas. Mas no espiritual, é verdade; um grupo cristão num Estado pagão ou paganizante, é um Estado no Estado, e esse Estado, mais ativo se é fiel à alma que traz, tende a encerrar o outro, a envolvê-lo com sua influência para enriquecê-lo de seus dons, para que, tendo posto à frente das suas preocupações “*O reino de Deus e a sua justiça*”, tudo o mais lhe seja “*dado por acréscimo*”.

É o que o mundo novo, que vai suceder ao Império, experimentará pouco a pouco, no positivo, e também, ai! Quanto a contra prova. Mil desfalecimentos, de fato, limitarão constantemente os efeitos de uma política cristã difícil de conceber após o longo reinado dos preconceitos, mas difícil ainda de aplicar a uma matéria sempre parcialmente rebelde. É por isso que as lutas que acabamos de descrever não cessarão com as circunstâncias em que as vimos desenrolar-se. Elas são de todos os tempos. E, como já várias vezes insinuei, há outros Césares em luta com a Igreja que não os soberanos ou os ditadores; os poderes coletivos também intervêm, e esses imensos poderes anônimos que são as civilizações. Em toda parte onde a Igreja encontra isso a que o seu Fundador chamava *o mundo*, isto é, não somente as potências do mal, mas o que praticamente dá no mesmo, de ver que as culturas humanas pretendem orgulhosamente bastar-se, os laicismos de todos os jaezes, quer se abriguem nas Sorbonas, nos tribunais, nas bancas, nas oficinas ou nas escolas, quer inspirem os sistemas filosóficos, sociais, econômicos, literários, artísticos, etc., a Igreja ergue-se como adversária, porgue vê em conflito o temporal e o eterno, o insuficiente e o Único Necessário. Então, é a batalha; em todo caso, é a divisão, visível ou latente. “A procissão – Escreve Ernesto Hello – passa levando a cruz, e as criaturas dividem-se à sua passagem. As criaturas dividem-se e nem sempre sabem que é a cruz que as divide”.

Não importa, o mundo não está acabado, e a esperança é sempre possível. O reino de Cristo, por mais combatido que seja, subsiste. O que os seus inícios nos fizeram é ver ampliado sob nossos olhos e pode aguardar com confiança o futuro.

A que ponto chegamos sobre isto? E que testemunho traz o tempo atual em favor da Igreja cristã, consideradas as suas aquisições e as suas carências, as suas provações e as suas necessidades?

É a nossa última questão.

CAPÍTULO VII

A IGREJA EM FACE DO TEMPO PRESENTE

“Deus fez no meio de nós uma obra que, despreendida de qualquer outra causa e só dele dependendo, enche todos os tempos e todos os lugares”¹⁷. É nestes termos que Bousset julga poder apresentar aos seus contemporâneos a Igreja eterna. Ele sabe que a Igreja reivindica como fundamento os milagres evangélicos, e que esta manifestação exterior serve como que de selo ao ato do nascimento dela. Mas, depois que esses milagres a fundaram e a sustentaram no seu crescimento, no seu surto de conquista, e na sua resistência aos poderes, ela própria pretende, como manifestação exterior também do mesmo Deus, o mesmo brilho que por ela como por eles se faz reconhecer.

Nisso, ela não os suplanta, continua-os, visto como eles já estão nela. Com eles ela revela o divino no homem. Ela é uma síntese de milagres e um milagre a mais.

Propriamente, esse milagre novo consiste na existência entre nós de um organismo social humano-divino e que leva uma vida humano-divina, mostrando portanto Deus em sociedade com o homem e o homem em sociedade com Deus.

Esse organismo, nos seus primórdios, no momento em que todo recém-nascido exerce o mais poderosamente a sua força assimiladora, deslumbra o mundo pagão. A sua unidade, a sua constituição já forte, a evidência do seu fermento intenso, a vida do Espírito nela, brilhavam, e às almas chamadas e predestinadas persuadiam de que a sua pátria ali estava. Como dissemos, isso fez mais para a conversão do mundo do que os milagres particulares relatados nos Atos. Esses “sinais” apagavam-se, de alguma sorte, ante o sinal por excelência.

Hoje em dia, embora o trabalho do Espírito seja menos visível, em compensação são mais visíveis os seus resultados. E a Igreja pretende que esse sinal baste, normalmente, para convencer uma alma atenta e reta. Não nos podemos admirar disto. Se Deus age de veras em cooperação com o homem, e com o homem social, que evolue no visível, isso deve ver-se. Que Deus seja aqui como em toda parte o “Deus oculto” a título de causa invisível em si mesma e que quer ser discreta, isso não impede que fenômenos em que ele desempenha um papel essencial não possam deixar de revelar a sua presença, se já o coração o procura.

É preciso para isso o coração, porque sempre, nas coisas morais, é requerido este ponto de partida, e porque, aliás, sendo a fé uma graça, semente de vida eterna, não se vê que, para se revelar, possa o Bem soberano assim oferecido desprezar as disposições morais de quem se abeira dele. Assente, porém, isto, a convicção deve ser possível, ou melhor, normalmente falando, a negação impossível. “É impossível que os que amam a Deus e todo o seu coração desconheçam a Igreja, tão evidente é ela”, escreveu Pascal.

A vida divina da Igreja faz-se reconhecer, a quem quer vê-la, pela sua perpetuidade e pelos seus caracteres. A Igreja é a eternidade no tempo, e a eternidade é simultaneamente uma perpetuidade, pois envolve o tempo, e uma superioridade de

natureza em relação às nossas durações mutáveis. As durações igualam os seres. Nossas durações, as nossas, são durações fragmentárias e reduzidas às nossas medidas; a duração de Deus é imutável e infinita no seu ser, que é o do próprio Deus. Se, pois, Deus vive deusas com o homem na terra, graças à encarnação continuada e socializada, a vida assim constituída será dotada conjuntamente de uma perpetuidade indefectível e de uma superioridade relativa sempre, visto que o homem faz parte dela, mas suficiente para indicar que o homem, aqui, não está só; que o Autor de seu ser retomou a obra na sua base, para levá-la mais alto.

Perpetuidade, dizemos primeiro. Para quem sabe ver, há aí um fato surpreendente. Pela sua própria definição e pelas suas próprias declarações mil vezes repetidas, a Igreja é obrigada a ser perpétua. Estranha obrigação essa. O profeta que assim se enfeita com o futuro arrisca-se cada hora a ser desmentido. Por isso o adversário, sentindo o lado fraco que contra a instituição e a doutrina uma tal pretensão lhe oferece, apressa-se, ele, a profetizar a morte da Igreja, a declarar iminente essa morte, a mostrá-la, já assente, por assim dizer, nos seus pródomos certos.

A tática é boa. Não há maneira mais segura de arruinar moralmente a Igreja, de que lançar o descrédito sobre toda a sua duração, do que provar – se se provasse – que essa duração terá um termo. Se a Igreja deve morrer, ela nada é. Se a Igreja está não somente no tempo, o que deve ser, porém é súdita do tempo, é que está abandonada ao tempo assim como tudo o mais, e não está suspensa à eternidade. Por outros termos: se a Igreja morrer, se morrer numa data qualquer antes do fim do homem – e o homem, em verdade, não morre-, é que ela é humana somente, é que não é humano-divina, é que não é o que pretende ser, e para encurtar razões, é que não é nada.

Mas a Igreja não se perturba com esse perigo, e já há dois mil anos que escuta calmamente os que a ameaçam dele. Passado tal não seria uma garantia do futuro? Creram-no grandes historiadores, impressionados não somente com o fato, mas com o estado d'alma que o acompanha, com essa prodigiosa certeza por entre tantos reveses, com essa tranquilidade no curso e de períodos históricos movimentados em extremo, diversos e fecundos em surpresas.

Uma tal força psicológica é por si só um fenômeno surpreendente. Um poder tão seguro de si mesmo e do seu futuro, tão decidido no que faz e tão pouco inquieto com as contradições, com os ataques, com os obstáculos, com todas as ciladas que, entretanto, com a sua vasta experiência, ele sabe armadas sob os passos de todas as instituições: é um desafio. Que audácia o pretender assim fazer exceção sozinho!

E, não há dizer, o fato responde; sempre respondeu ao sentimento que a nossa Igreja tem dele, como se esse sentimento houvesse partido do próprio fato. A Igreja circula entre os acontecimentos como o sonâmbulo à beira do telhado. O sonâmbulo não cai, guiado que é por um espírito interior, numa feliz ignorância do perigo que tangencia. Acordai-o, tirai-lhe a sua inconsciente segurança, feita de certeza vital: ele está perdido. Assim a Igreja se perdesse a sua fé. Porém não a pode perder. O seu Espírito interior a um só tempo lhe comunica o sentimento da sua perenidade e lhe dá em toda parte segurança de si.

A Igreja entende sobreviver a tudo o que pretende ser o futuro, e já enterrou muitos dos que lhe meditavam ou aguardavam a perda. Tempestades não lhe têm faltado; mas os tornados no oceano e as tempestades de areia do Saara não afetam a estabilidade da terra. A Igreja esposou a terra; ela é a própria terra encimada pela cruz, a terra viva, santificada por uma Presença invisível, e ela não tem medo. Um dia, a terra morrerá, mais numa apoteose que a Igreja diz sua. Ela não teme esse acontecimento, espera-o. Do lado de cá, profeta de si mesma, projetando o que ela é sobre o que amanhã será, a Igreja diz: O futuro é meu, porque em mim está esse futuro já adquirido com Aquele que o regula. O tempo não me contém; eu, a Igreja, é que contenho o tempo, pelo meu Espírito, seu princípio eterno. Beber na taça do tempo a duração eterna é a sorte de todo aquele que adere a mim e comunga com a minha alma secreta. Muitas coisas me fazem sofrer, mas nenhuma me desconcerta nem me inquieta. A adversidade retempera-me. Um fracasso significa para mim: recomeça; como um êxito significa: prossegue. Por cima da cabeça de meus inimigos e para além dos obstáculos, eu olho uma finalidade visível a mim, mas tão exigente que eu não posso desviar dela meus olhares nem minha marcha. Completar meu Cristo na terra, o Cristo coletivo, a assembléia universal a que ele chamou seu corpo: é esse o meu trabalho. Trabalho de todos os tempos, sem dúvida! E é por isso que eu não morro.

Quer se arrazoe, quer se desarrazoe sobre isso, a força íntima assim manifestada tem algo de único. Supõe, ao que parece, no invisível, fora das nossas durações indecisas e fugazes, uma cumplicidade.

Procura-se a explicação disso num iluminismo feliz da nossa fé, e, por outra parte, em contingências históricas cada uma das quais se presta a explicações naturais. Está bem. Mas o iluminismo da Igreja é muito positivo; a ingenuidade não é coisa dessa avó, que sabe aonde vai, e que impressiona o observador justamente pela certeza imperturbável do que faz.

Explicação indigente é o menos que aqui possa dizer-se. Na verdade, a explicação é nula; por quanto, se a misticidade pode realmente ter seus desvios, a Igreja, que controla a misticidade com um rigor severo, deve ser chamada sobremística, e escapa ao perigo porque deve prevê-lo. Ela não sonha; a sua certeza é serena; é bem em pleno despertar e de posse de toda experiência humana que ela diz: Há em mim algo de sobre-humano; eu, que assisto ou presido a tantas mortes, sei que não morro.

Quanto às contingências históricas, estas existem. Não se trata de negar as causalidades inerentes a uma vida que está na terra, embora não proceda unicamente da terra. Cada um dos casos apresentados por essa extraordinária história é suscetível de explicações que se afiguram suficientes, e que o seriam, tomado à parte esse caso. Mas o que assim se não explica é a repetição indefinida de contingências semelhantes e semelhantemente previstas, de tal modo que a instituição que lhes é objeto possa dizer tranquilamente que elas se repetirão sempre, sem que nada, até agora, desminta.

Difícil é, nestas condições, fugir à observação de Pascal: “E tudo isso se faz pela força que o predissera”. A predição não é muito menos extraordinária que o fato. O fato confirma a predição. Digamos que há aí um só fato ao mesmo tempo espiritual e histórico, profético e efetivo. E segue-se que a explicação da Igreja, quanto à sua perpetuidade, está na própria Igreja. A Igreja é o vivente imortal que seu Cristo

predisse ao constituí-la; ela recebeu a imortalidade com o ser, e é por isso que afronta o tempo; é por isso que, por assim dizer, devora os ferozes acontecimentos feitos para devorá-la, e prossegue através de tudo os seus destinos tranquilos. Isso não são hábitos de homem.

Ademais, quando se fala de perpetuidade a respeito de uma sociedade religiosa, não se trata de uma perpetuidade exclusivamente política ou administrativa. Isso seria uma mera conservação de quadros. Para que a Igreja seja verdadeiramente perpétua, é preciso que se conservem, como fazendo parte dela mesma, e sem alteração essencial: o seu pensamento, isto é, o seu dogma; a sua prática, isto é, a sua moral e a sua liturgia; a sua organização, isto é, o seu sacerdócio e os chefes do seu sacerdócio – bispos, representantes dos Doze, Papa, sucessor de Pedro, e lugar-tenente de Cristo. É tudo isso que não deve perecer.

E quantas ocasiões para que isso tenha perecido! Pode-se dizer que tudo é ocasião para isso; porque o histórico se move no acidental. É clássico este adágio: Em história, tudo resulta sempre diversamente do que se previra. De sorte que, se não houvesse aí um princípio interno de indefectibilidade, de continuidade, tudo iria sempre a esmo, quer dizer, ao aniquilamento sem remédio; os dogmas desvanecer-se-iam em opiniões de indivíduos e de grupos (como no protestantismo); a prática moral e os sacramentos, a autoridade e as disciplinas mais essenciais teriam a mesma sorte; nada resistiria dessa contextura imensa, que, ao contrário, idêntica a si mesma vemos atravessar assim os séculos como os azares.

Todas as religiões têm mudado profundamente e têm-se esmigalhado em seitas: a Igreja de Jesus Cristo é fiel à sua tradição unitária, memória onde – sem prejuízo das adaptações que são o sinal da vida e que o serviço exige – se acham consignadas uma vez por todas as confidências de Deus à humanidade e as criações da sua graça.

Bem longe que o tempo deteriore a Igreja, ao contrário, ele lhe traz constantemente materiais novos; aumenta-lhe todos os órgãos e diferencia-os, sem prejudicar a ideia vital. Quem lê hoje S. Paulo reconhece nele a sua fé, a sua regra de vida, a sua prática ritual, o seu sacerdócio, a sua organização essencial; mas que riqueza aumentada! Que adaptação sempre mais perfeita aos problemas novos! Que manifestação obtida para o que o grão continha! Já não é mais o “grão de mostarda”, é verdadeiramente a grande “árvore”.

E, se há crises e atrasos, falhas no funcionamento, não há razão para nos admirarmos; é a parte do homem. Jesus Cristo prometeu a sua Igreja uma duração indefectível; não lhe prometeu uma saúde indefectível; ela tem as suas doenças, “que não levam à morte”. Cabe a nós fazer que ela melhore, pois a saúde, a nossa de fiéis e chefes é que proporciona a dela. Mas não se precisa de nós para que ela viva; ou, pelo menos, se de certa maneira a vida dela depende de nós, o Senhor dos corações aí está para que não falta o “restinho” em que Israel pode subsistir, reserva dos tempos melhores e penhor do triunfo eterno.

Observarei que a vitalidade da Igreja, condição da sua perenidade, é visível hoje mais do que nunca, primeiro porque o seu desenvolvimento interno está mais

adiantado, a sua diferenciação aumentada ao mesmo tempo que a sua unidade reforçada (duplo sinal característico do progresso), o seu surfo de penetração no coração das raças desdobrado com vigor novo; mas também porque, por esse mesmo fato e em razão de circunstâncias históricas providenciais, o princípio católico se manifesta mais independente de tudo o que não é ele.

Uma substância reconhece-se melhor quando é isolada. Os concluídos do Império constantiniano, o equilíbrio ofensivo do Sacerdócio e do Império, a aparência de misto político constituído pelo poder temporal, tudo isso pereceu. A Igreja é pura; pode-se ver o que ela é. E que é ela? É isso mesmo: um poder espiritual independente e que, a despeito das aparências superficiais que eu assinalo, sempre o foi. E pensar-se-á que isto não seja nada? Augusto Comte via nisso um fenômeno de primeira grandeza, depois de reconhecer aí uma condição de futuro da sociedade humana. A lua suspensa à noite no céu claro já não nos admira, porém KEPLER, Newton, Laplace ou Poincaré passaram anos a calcular esse equilíbrio delicado, irmão de um sono tranquilo.

A Igreja – tem-se acaso pensado nisto? – é a única sociedade religiosa assim independente que jamais se haja mostrado na humanidade. Não seria isto um prodígio? É um prodígio nisto que uma sociedade espiritualmente independente deve ter em si tudo o que uma autarquia dessa espécie exige para sobreviver, para não se misturar com coisa alguma de dissolvente, para se não deixar absorver por coisa alguma de envolvente ou de insinuante, e assim manter no mundo um poder alheio ao mundo, como seria em física um corpo liberto das forças cósmicas, inacessível às influências que tudo transformam.

As “autarquias econômicas” de que nos falamos agora, onde é que se realizam? Unicamente lá onde a natureza proveu a isso, dando ao grupo que a ele aspira tudo o que é preciso à sua vizinhança e sem temor da vizinhança. Se a Igreja pode ser e é uma autarquia espiritual perfeita, é que portanto tem em si, a título independente e garantido contra toda alteração, contra todo desvio, tudo o que uma vida religiosa perpétua e universal comporta. Deve ela poder ir a toda parte sem se misturar em parte alguma; ocupar-se de tudo e influir em tudo sem que nada a contamine; durar sempre sem que à falta de uma condição temporal – entendo entre as que são alheias ao seu próprio funcionamento – possa deixá-la cair. Pese-se um tal requisito.

No curso das idades, acontecimentos não têm faltado para porem à prova essa alta independência e para aboli-la. Ela sempre se mostrou superior a eles. Os poderes têm feito tudo para captar essa força e para escravizá-la; as lutas épicas em razão disso por ela sustentadas são bastante conhecidas: ela tem-se saído delas constantemente vitoriosa. Agora, todos querem tratar com ela; e ela se presta a isso; porque, se ela é independente de todos quanto à sua vida, entende de não ser independente de ninguém quanto à ação; quer dizer que está disposta a uma colaboração universal. Mas, se às vezes os que tratam com a Igreja o fazem no velho espírito de envolvimento de que eu falava, ela tem com que desmanchar e desmancha todos esses ardis terrenos. Aos vorazes, poderá ela abandonar algumas penas de suas asas; mas não interromperá o seu voo.

Em pequenos círculos inteligentes, porém míopes, as pessoas deixam-se levar a dizer que “Musolini meteu no bolso Pio XI”, que “Hitler repete a história”, etc. Isso

são palavras pouco sérias. Elevem-se antes esses tais à contemplação deste espetáculo: um soberano sem Estados, investido – por quem? – de um poder ante o qual o universo se inclina, que diz sim, que diz não aos mais poderosos como aos mais pequenos, e que da minúscula “Cidade”, território de teoria, quase irrisório se a irradiação dele não fosse tão solene, marca encontro para o futuro, sobre documentos autênticos, a tantos poderes que a ele não corresponderão.

Quanto durará Mussolini? Quanto Hitler? Quanto os regimes e as combinações políticas que temos sob os olhos? não sei; mas o Papa aí estava de tal forma antes deles, que, sem se arriscar, pode-se dizer que aí estará depois deles e depois dos que lhe aguardam a herança. Todas essas sortes de poderes têm passado, estendendo a mão a Pedro para engodá-lo, para utilizá-lo; eles têm passado, e Pedro fica. Há aí um princípio de vida, sem dúvida, e no entanto cumpriria dizer qual.

A independência, que é um indício de força e, nas condições em que a Igreja a manifesta, de força propriamente sobre-humana, essa independência poderia conceber-se sem ação conquistadora? Vimos essa ação nos seus primórdios; foi fulminante. É normal que hoje em dia o seja menos, e sabemos o motivo; porém ela é mais evidente do que nunca. O re florescimento missionário é mesmo assinalado, na ora atual, por um caráter extremamente impressionante e por um grande alcance de futuro: entendo a sua catolicidade intrínseca, se assim posso dizer, pelo acesso de todas as raças de homens ao sacerdócio e ao episcopado católicos, até aqui mais ou menos reservados, não de direito, por certo, mas de fato, só à raça branca.

No interior dos nossos grupos cristãos, a multiplicação das obras católicas deixar-nos-ia estupefatos, se soubéssemos ver. Poderíamos nós supor o menor começo delas, ou mesmo o antegozo, se não fora a Igreja? Não entendo dizer que a Igreja faça tudo; às vezes faz-se melhor do que ela; mas foi ela quem lançou tudo; o que ela mesma não faz, procede dela quanto à origem primeira e quanto às influências que sofre: emulação, concursos, exemplos.

Diversas tanto quanto as necessidades espirituais e temporais do homem, diversas tanto quanto a vida, a que é que se podem comparar as obras de criação ou de inspiração católica? Noutras partes há reflexos delas: da Igreja vem a luz. Há migalhas esparsas: nela está o pão.

Por certo! Muito mais haveria ainda por fazer do que o que a Igreja faz. Somos impacientes, e mui sinceramente podemos ficar impressionados com as lentidões seculares da Igreja mais do que com a sua ação secular. Mas, além de, aqui, intervirem as liberdades, e os acontecimentos, e os meios resistentes, não nos deveríamos precatar contra uma confusão dos valores e das escalas que os medem? Não é no absoluto, é comparativamente que convém julgar, quando se pede à experiência a resposta a esta pergunta: a Igreja é da mesma natureza que as outras potências deste mundo, ou de natureza superior?

No absoluto, tudo é lento daquilo que se move através do humano. O próprio Deus deve evitar os métodos “catastróficos”, inimigos da sua sabedoria, que é “número, peso e medida”. A Igreja, agente da Providência, e bem decidida a com ela se manter em contato, a não precedê-la, procura nos fatos passo a passo seguidos os

véstígios de seu Deus, e é assim que ela marcha. A gente apressada censura-lhe isso: mas a gente apressada é a mais apta a perder o tempo que a gente calma utiliza em toda a extensão. A Igreja realiza milagres de atividade precisamente porque não se apressa, não compromete nada, nunca se obriga ao recuo, olha longe e sem impaciência no sentido do futuro; em suma, porque conduz a ação temporal num espírito superior ao tempo.

Falar-nos-ão de tantas misérias na Igreja? Consinto, contanto que se acrescente: e tanta santidade. Pode-se desconhecer a força santificante e purificadora da Igreja sob suas duas formas essenciais: a forma mística e a forma educativa ou moral?

Misticamente, a vida sacramental sublima, purifica e arrasta à obra boa uma multidão de corações. Cristo tem um império ao qual nem de longe qualquer império deste mundo pode ousar comparar-se. A despeito da carne, do mundo e de Satanás, três potências adversas. Ele obtém de seus fiéis efeitos de virtude e de ação espiritual que os meios antecristãos ou não cristãos não podem pensar em conhecer; ou, se a eles chegam, devem-no ainda a Ele pelos caminhos desviados que havemos descrito.

Mesmo onde quer que a lei cedeu, aquilo que subsiste de vida sacramental: batismos, primeiras comunhões, casamentos, ritos funerários, cerimônias públicas e privadas, ainda conserva uma armadura tal qual a uma civilização indecisa; o futuro aí está em expectativa, e bem longe que só haja nisso um legado do passado. Muito errados andaríamos em subestimar esses “restos”.

Moralizadora, a Igreja o é em nome do céu e em vista do céu; mas o terreno de onde se alça o voo para o céu é a terra. O Reino de Deus é temporal, dizíamos, precisamente porque é eterno. Por isso a Igreja é uma educadora de atenção sempre vigilante, e de psicologia admirável, de experiência consumada, utilizando todos os recursos da alma e da vida, envolvendo esta toda, como se, gerado por ela, o cristão nunca acabasse de nascer, e lhe vivesse no amplo seio.

Um dos mais altos e dos mais preciosos caracteres da Igreja, como educadora, é a sua arte de tirar o bem do mal. Ela reergue o pecador e não o desanima; sem pactuar, longe disto! Ela sabe compadecer-se e compreender. Salva e utiliza assim uma multidão de valores que uma sociedade sem alma abandona às forças do mal, e depois rejeita.

Quem dirá o de que assim se privam grupos talvez muito apressados em denegrir e em combater neste ponto a vida católica! Os grandes pecadores que se tornaram santos, e obras como Betânia, o Bom Pastor, ou Nossa Senhora da Caridade, ou as simples capelanias de prisões, sem falar de tantos outros sinais, deveriam no entanto fazer refletir. A Igreja faz beleza com as fealdades, e com a força revirada das paixões faz energias puras. Pedro, sobre o Lago, pede a Jesus para afastar-se dele porque ele é um pecador; mas a Toda-Pureza não tem destes pudores hipócritas; ela só se afasta convidando, como uma mãe diante do filho que tropeça, e todo o surto do arrependimento chama o homem para sobre o coração dela.

Não se quer que a santidade, que o poder santificador da Igreja prove a sua divindade, porque, primeiro, ao gosto do censor não há bastante bem nela, e há

demasiado mal. Objeção tal não surpreende; fá-la muitas vezes a si mesmo o crente, e grande necessidade tem então de se lembrar da advertência de seu Senhor: “Bem aventurado aquele que se não escandalizar de mim” (Mt XI, 6). Mas no fundo desta dificuldade, como de muitas outras, há simplesmente isto: Exige-se que a Igreja seja humana ou divina, à escolha; não se quer que ela seja o que é; humana e divina, conjuntamente, com todas as consequências. Se uma vez se consente nesta última situação, compreende-se que, pela sua divindade, deve haver na Igreja grandes efeitos de Graça, e bem cego quem os não vê; mas, pela sua humanidade, deve ela oferecer também todas as misérias humanas, digo todas, visto haver nela todo o homem.

Quanto mais humanidade há na Igreja, tanto mais divindade deve nela haver para que ela sequer subsista; porém, quanto mais divindade há, isto é, sabedoria, respeito do homem, cuidado de deixar à obra um cunho de livre esforço e de responsabilidade, tanto mais imperfeições e taras devem nela encontrar-se.

Sem dúvida, poderia acontecer que esta última condição, a só olhar a ela, abolisse a primeira, e que de alguma sorte o humano afastasse a Deus. Mas isto é uma suposição inteiramente gratuita. A malícia do homem não iguala o poder de Deus. A Igreja tem em si, quando preciso, com que se reformar de dentro, mediante reconcentração do seu Espírito em individualidades que bem se devem chamar providenciais, embora em aparência nascidas do acaso, já que, à maneira da providência eterna, surgem sempre. Sempre o acaso, isto não será a providência?

Quanto a recusar a hipótese, exigindo o divino puro, sob pena de absolutamente não mais ver a Deus, isto é ditar a Deus o seu proceder. Melhor é, sem dúvida, fazer por dentro este gesto simplíssimo, a bem dizer profundíssimo e por isto quase heróico, de se inclinar perante Deus. Então, a objeção se esvai.

Pode ela, é verdade, dar lugar a outra. A santidade, na Igreja, não provaria a sua divindade, porque tudo o que se vê é explicável pelo homem. Mas na realidade, como observava Santo Agostinho, é mais difícil fazer um santo ou converter um pecador do que ressuscitar um morto, o que não é obra de homem. A despeito da audácia de uma tal fórmula, pode-se dizer que é tão difícil fazer um santo como fazer um Deus: um raio de sol ou um sol não são obra semelhante? É ao contato de Deus e do homem que a santidade jorra; reconhece-o um puro filósofo, como Bergson, e é esse, reconhece-o ele mais ou menos também, um dom especial da Igreja. A conclusão está bem próxima.

A santidade da Igreja é divindade latente. Brilha em certos pontos, em certas vidas, brilha amplamente, embora menos sensivelmente para a desatenção, no funcionamento geral da obra. Santidade concentrada ou santidade difusa, santidade brilhante ou humilde santidade, é sempre Deus que aflora, esse Deus que a humanidade procurava, que o seu capricho fabricava, e que um dia irrompeu nela mesma. Perguntava Santo Agostinho: “Que vale Juno em face de uma velhinha que é uma fiel cristã?”. Não é preciso mais do que estar atento a tudo isso para vê-lo; mas é preciso olhá-lo com os olhos da alma, e não com o espírito só.

Tendo-o reconhecido, e tendo-se capacitado de que, para a Igreja, fazer cristãos quer dizer humanos completos, em Deus, e juntos, bem pronto se está para

confessar que a Igreja e a civilização são solidárias, de tal sorte que o milagre religioso vem aqui ao encontro do fato humano e nele se reforça.

Não se ignora, conquanto às vezes se goste de esquecer ou se esqueça por inadvertência, o que a Igreja fez no passado. Nenhum historiador recusaria dizer que ela, a Madre Igreja, foi quem carregou nos joelhos a civilização moderna. Mas o que ela fez no passado, está armada para fazê-lo muito mais ainda, desenvolvida como jamais o foi; rica de funções, de pessoal e de obras: capaz de atingir, de alto a baixo da escala dos espíritos, das situações sociais e das almas, todos os elementos humanos em busca de progresso e de felicidade.

O gênio moral que habita a Igreja é o fermento animador e o sal conservador das civilizações. O sentido da vida, as leis do indivíduo, da família, dos grupos profissionais e especialistas de qualquer especialidade, da sociedade nacional e internacional, com todos os seus meios psicológicos e místicos, no terreno moral, fazem parte do seu depósito. Ela nos ajuda a adaptá-los às circunstâncias diversas. A sua ciência moral é uma consequência do seu dogma, e a sua maternidade goza do dom de conselho.

“Alma das nações”, como dizem os Papas da Idade Média, ela pode fornecer aos nossos grupos, no espiritual, todas as suas normas de ação e todas as impulsões que os guiam. Ela consolida o reinado das leis, fazendo-as partir da Razão divina e ir ter aos seus juízos; humaniza-as banhando a justiça no amor. Aos fatos de autoridade ela dá por princípio a autoridade serviço público da parte de Deus; aos fatos de subordinação dá a obediência ao poder como a Deus; aos fatos individuais que preparam a matéria social dá a vida depósito divino e atividade em marcha para Deus. Estão aí bases firmes.

A construção poderá em seguida inspirar-se nas largas vistas de governo que são as da Igreja. A Igreja é eminentemente democrática quanto à definição e à apreciação dos seus valores sociais; canoniza os santos e não os chefes, os humildes virtuosos e não os fortes. É, entretanto, aristocrática pelas suas Igrejas particulares que os bispos governam, e é monárquica em razão de Cristo e da sua representação visível, o Papa. Pode assim dar modelos de governo a todos os Estados, como lhes dita seus fins supremos.

O sentido social é nela tão forte que o cidadão, comungando na sua larga vida, hauriria nela um espírito cívico em harmonia com o que seria então a sua vida espiritual. Numa grande cidade de que a gente gosta, a gente se sente confirmado a um tempo no seu sentimento social e na sua personalidade; oceano e remeiro harmonizam-se; no seio da Igreja universal animada de caridade e agrupada em torno de Cristo, cada um se tranquiliza na sua própria força e na força coletiva; é um em si e um com todos; sente a humanidade dentro e fora, com Deus em toda parte.

Como então, em particular, a eucaristia, que é como que a encarnação de Cristo em todos nós, poderia não nos unir? Grande é a inconsciência humana; todavia, não se podem negar os vastos efeitos desse sacramento no conjunto das sociedades cristãs. Não seria preciso mais do que fidelidade para reforçar essa ação e combater o esfacelamento, os antagonismos criados no corpo social pelo choque dos sentimentos e dos interesses, privados dos seus limites e do seu freio. É certamente no dogma, na

moral e no culto católicos que o acionamento desse freio e o sentido desses limites são incomparavelmente mais bem assegurados.

Afirmando o Deus vivo, e pondo-nos com ele em vida comum; reintegrando-o, se assim posso dizer, em todas as suas funções, em relação a tantas religiões e filosofias que o dissolvem – Deus criador, Deus legislador, Deus providência, Deus justo e remunerador, Deus amor, - o catolicismo está em força para estabelecer a criatura na sua consciência e na sua solidez interior, nas suas atividades autênticas e nas suas relações verdadeiras. É o fundamento da vida que doravante é firme.

Trata-se da vida internacional, que a civilização deve considerar hoje em dia como por assim dizer idêntica a si mesma? A Igreja é competente pra isso tanto em relação ao princípio como do ponto de vista dos meios de realização. Pode-se dizer que, aos olhos da Igreja, a sociedade internacional é o fim dos Estados, a título de síntese humana em Deus e em Jesus Cristo, na razão que nos liga e no destino sobrenatural que são agora obra dos melhores! Penetre em toda parte e impregne tudo a cidade cristã, “alma das nações”, e a cidade universal está feita.

A comunidade internacional é para a Igreja um fim, pela boa razão de que é um começo, e de que sempre os princípios e os fins se correspondem. É da comunhão dos homens em Deus e em Cristo que tudo parte na vida católica. Se tudo parte disso no empreendimento e na intenção, a isso não deve tudo chegar na execução? Unidade espiritual, unidade moral, unidade jurídica, unidade política sob uma forma qualquer: pode isto dissociar-se sempre? Abordando o homem na sua unidade, o homem total, a Igreja ao pode deixar de querer a livre realização, pelo homem, do cosmos humano, como pela sua providência Deus realiza o cosmos universal.

O grande obstáculo à união dos povos está, de um lado, na materialização das almas, que multiplica as competições pela partilha das riquezas deste mundo, e, de outro, nos desvios do próprio ideal, que muitíssimas vezes se extravia, ou se particulariza, ou se exacerba. O exemplo das guerras de religião ou de prestígio aí está para nos mostrar que o idealismo nem sempre trabalha pela paz. Talvez que a catolicidade tenha aqui censuras a se fazer. Porém, fiel ao seu princípio de justiça e de amor, elevando e unificando ao mesmo tempo os homens, como a gente se aproxima em galgando um píncaro, a Igreja tem tudo o que é preciso para preparar o futuro do verdadeiro gênero humano, da sociedade humana definitiva.

Em suma, a Igreja em toda parte faz dominar o espírito, e, por via de consequência, a unidade de espírito, ligando-nos ao Espírito supremo. Ora, é uma verdade essencial, por demais desconhecida das nossas febres “soi-disant” realizadoras, que todo trabalho civilizador tem origem no espírito. As simples técnicas, sabemos o que delas se faz; elas dão força à barbaria tanto quanto aos valores humanos. Das nossas multidões materializadas tendem elas a fazer uma massa de indivíduos que, espiritualmente, já não são pessoas. A Igreja desejaria fazer deles pessoas sagradas, de boa mente diria com Bergson: deuses.

E não é essa uma razão para que ela despreze as técnicas. Nunca a ouviremos maldizer das invenções, das organizações, das máquinas, dos processos e dos engenhos

quase milagrosos que, pelo contrário, ela gosta de glorificar benzendo-os. Porém ela sabe e repete que todos esses valores, servos do espírito, e do espírito santificado, não o substituem; os efeitos deles dependem deste mais do que deles mesmos; pois sem ele, através da ruína do homem, eles só redundam no nada de si. Dividem o indivíduo de si mesmo corrompendo-o; dividem-no de outrem pela inveja, mesmo quando já não é pela necessidade.

Não se diga, pois, que por sua missão a Igreja, suposto que faça um trabalho útil, só o destine à salvação eterna. É verdade que a Igreja tem este escopo e não tem segredos para a organização deste mundo; mas a organização deste mundo depende dela porque depende dos homens, e, nos homens, depende justamente dessas virtudes, desses valores morais que os devem conduzir à salvação eterna.

“As coisas que vemos não foram feitas de coisas que se vêem”, diz a Epístola aos Hebreus (XI, 3). A civilização visível tem fontes invisíveis; reside nos corações; a forma dos nossos pensamentos, dos nossos desejos, das nossas ações individuais, das nossas relações, das nossas reações mútuas em todas as ordens e em todos os cenários será a forma dela. A Igreja, que age sobre tudo isso na medida em que se lhe é fiel, trabalha em tudo, se bem que por si mesma se mantenha fora dos nossos trabalhos. Ela é a eternidade no tempo, dizemos nós incessantemente, a eternidade que anima o tempo, sem que a meçam os nossos relógios.

Nos nossos dias de perturbação e de progressos materiais em tão violento contraste, não é inútil relembrar estas coisas. O mundo moderno é um instrumento admirável, mas desafinado; os sons individuais persistem belos e possantes, porém a música peca.

Muitos não veem a caua dos nossos males e atribuem-na a algum erro de método ou de organização. Pelam para os peritos, e muitas vezes estes procuram simplesmente meios para favorecer e exasperar a loucura dos homens. Sem dúvida há em nós defeitos de organização, defeitos de método; mas por detrás disso, e pela razão mesmo de haver isso, há outra coisa. Há os apetites desencadeados, uma febre absurda de vida a toda velocidade, como de quem se persuade de ter apenas um curto instante para gozar. Há os nossos laços afrouxados pela ausência das virtudes sociais: justiça, amor, que por sua vez dependem das nossas virtudes individuais.

Tornando-nos bons, nós nos tornamos um bem de todos; a solidariedade, que se estabelece pela boa vontade mútua, não é então uma cadeia de elos ociosos, assume valor ao mesmo tempo que coerência. De nada serve estar ligado a outrem se nada lhe trazer de benéfico! – talvez infligindo-lhes taras! – nem amar o próximo como a si mesmo, tal como o quer o Evangelho, se nada se tem de si que amar.

Abdicação ou absurda presunção, isto é, abdicação retardada e cataclisma: tal é a alternativa imposta a um mundo que recusa as leis da vida e que, por uma extensão que o fato consagra tanto quanto a fé atesta, recusa as suas próprias leis sobrenaturais.

A medida que o sentimento de Deus e o sentimento da nossa unidade espiritual em Deus, tal como a concebe e a organiza Igreja, se vai enfraquecendo, vê-se proporcionalmente baixar o sentimento dos homens da unidade interior e da comunidade moral. Não há mais, dentro e fora, senão forças esparsas ou bloqueadas para fins utilitários. Não há mais senão funções.

É em Deus criador que se acham originariamente a ideia do homem, a ideia da humanidade, a ideia do universo, território e matéria de civilizações: é aí que cumpre reencontrá-las, e o caminho normal dessa ascensão, desse retorno espiritual, é a Igreja. O olhar para a matéria vem depois. O estatuário pensa em bloco; mas pensa primeiro na forma de arte da estátua e na forma do monumento que ele decora.

É por isso que Cristo homem, iniciador e chefe permanente da Igreja, Cristo na sua pessoa e na doutrina que a exprime propondo-a, é o ponto de partida ideal da civilização; a sua perfeição domina-a toda desde as mais antigas idades; ela é sua regra também para o futuro. Graças ao Homem-Deus, a Igreja casa em si o ideal e o real, o terrestre e o celeste. Obriga segundo Deus e convida segundo o homem, cuja imagem autêntica apresenta; é assim inspiradora perfeita do trabalho humano, e o seu socorro mais eficaz. É preciso céu e terra para a germinação do que quer que seja, planta ou homem.

Por seu turno, esses espelhos vivos de Cristo que se chamam os santos são, em nome dele, modelos e agentes de civilização que se não deveriam desconhecer. Que não deve a humanidade a homens como S. Paulo, Santo Agostinho, S. Bernardo, S. Francisco e S. Domingos, Santo Inácio e S. João Batista de La Salle, S. Francisco de Sales e S. Vicente de Paulo? O que eles trazem nem sempre é brilhante e mensurável a título imediato; mas é um trabalho de fonte, e na medida em que a fonte lhes recebe a mensagem, torna-se, por igualdade de valor inato ou técnico, um elemento de verdadeira civilização.

Os chefes de estado que foram santos, como S. Luís, ou chefes militares como Sonis, como Foch, filósofos como Alberto Magno e S. Tomás de Aquino, artistas como Haydb, sábios como Linné ou Newton, não foram sublimados, em igualdade de gênio ou de poder, pela sua fé ativa e pela retidão da sua vida? Assim, generalizando, uma sociedade cristã é sublimada em todos os seus valores de civilização temporal, além da salvaguarda proporcionada ao que constituía esse fundo.

Felizmente, resta-nos muito daquilo que a Igreja verteu nas almas de nossos pais. A nossa civilização é um lençol d'água cuja superfície mostra uma triste espuma que terá sempre suas camadas inferiores; mas entre as duas, circula uma corrente pura e forte, formada das altas consciências cristãs e dos herdeiros, talvez inconscientes, do passado cristão.

É por isso que não há razão alguma para desesperar; mas é preciso despertar os dorminhocos e reconduzir os transviados, para que o milagre de Deus no meio de nós não seja vão, justamente no momento em que a sua oportunidade e as suas possibilidades de manifestação mais se patenteiam.

Quanto mais a humanidade dura, tanto mais necessidade tem daquilo que lhe permite tomar valor, começando por se desprender de si mesma. Quanto mais tempo há, tanto mais empréstimos à eternidade se fazem mister; quanto mais humanidade há, tanto mais divindade se torna mais necessária hoje do que nunca. Cumpre que ela nos batize, se não somos batizados, que nos confirme, nos faça comungar juntos e com Deus, nos ordene, nos perdoe também, nos case de um casamento puro e fecundo com a natureza santificada, e, se preciso, visto que as nações e as civilizações morrem, nos unja antes da paz do túmulo e da vinda a lume dos séculos novos..

Mas também, sempre mais necessário, a Igreja está sempre mais disponível. Ela é forte; pode carregar as desventuras do mundo e suas culpas, tanto quanto as suas virtudes e as suas venturas.

Quer se queira quer não, deve-se pois convir que as suas afirmações relativas a si mesma são justificadas; ela é “o estandarte levantado sobre as nações” de que fala o Concílio de Trento, e pelo qual a construção divina se reconhece. Só o dogma da Igreja explica o fato da Igreja. Fora isso, não há explicação pertinente. A gente dos primeiros séculos estava segura disso. Quando sucede duvidarmos disso, é que nossos olhos estão menos frescos. Deus queira que acontecimentos mais graves não nos refresque, mostrando-nos tragicamente aquilo que nos falta depois que acreditáramos tê-lo. Nossos pais, mais humildes, compreendiam que não o tinham.

NOTAS

- 1- Cf. infra, Cap. V.
- 2- Em Chartres, quatro vitrais apresentam a mesma ideia de maneira mais audaciosa, mostrando, cada um, um evangelista empoleirado nos ombros de um profeta.
- 3 – A este respeito, como a tantos outros, ler-se-á com incomparável fruto a obra tão preciosa do P. Lagrange: *L'Évangile de Jesus-Christ*, Paris, Gabalda editor.
- 4 – Henri de Tourville, *Lumière ET Vie*, p. 218, Bloud editor.
- 5 – *Le Mystere de L'Église*, p. 73, Pierre Téqui editor.
- 6 – Harnack, *Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, Leipzig, 1906.
- 7 – Para a análise desse movimento, neste capítulo e no seguinte, fomos buscar uma quantidade de aspectos ao belo trabalho de nosso confrade o R. P. Allo: *L'Évangile em face Du Syncretisme paien*. Paris, Bloud, 1910.
- 8 – Cf. Sêneca, Ep LXX; Epicteto, IV, 10.
- 9 – Luciano, *A Morte de Peregrinus*, 13.
- 6 – Harnack, *Die Mission und Ausbreitung des Christentums in den ersten drei Jahrhunderten*, Leipzig, 1906.
- 7 – Para a análise desse movimento, neste capítulo e no seguinte, fomos buscar uma quantidade de aspectos ao belo trabalho de nosso confrade o R. P. Allo: *L'Évangile em face Du Syncretisme paien*. Paris, Bloud, 1910.
- 8 – Cf. Sêneca, Ep LXX; Epicteto, IV, 10.
- 9 – Luciano, *A Morte de Peregrinus*, 13.
- 10 – A sei dos Naassênios, é verdade, ousou confundir Átis com Jesus; mas com isso só excitou o horror e a risada cristãs.
- 11 – Op. Cit., I, III, conclusão.
- 12 – Ibid, tomo II, p. 285
- 13 – Ibid, p. 206
- 14 – Plínio, *Hist. Ant.*, XIII, 4; Tácito, *Hist.*, V, 2, 5, 13.
- 15 – Cf. Tácito, *Anais*, XV, 44.
- 16 – Tertuliano, *Apologeticum*, 33.
- 17 – Bousset, *Oração fúnebre de Ana de Gonzaga*.